

CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e+mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

PROCESSO Nº 184/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 41/2020

AQUISIÇÃO DE PNEUS 14/17,5 PARA RETROESCAVADEIRA XCMG.

RECURSOS:

SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

05.01.267820008.2.011.3.3.90.30 (1449) FONTE: 000









Memorando 3.536/2020

Assunto: Aquisição de Pneus 14/17,5 - Dispensa

Via 1/2

Chopinzinho/PR, 28 de Julho de 2020 às 08:42

De:

Para:

SMVSU - Secretaria de Viação e Serviços Urbanos

Geraldo Olivo - Secretario de Viação, Obras E

Serviços Urbanos;

GAB - Gabinete do Prefeito

Esta documentação faz parte do Despacho 3.536/2020

O documento eletrônico contém assinatura digital



Memorando 3.536/2020

Assunto: Aquisição de Pneus 14/17,5 - Dispensa

Via 2/2

Chopinzinho/PR, 28 de Julho de 2020 às 08:42

De:

Para:

SMVSU - Secretaria de Viação e Serviços

Geraldo Olivo - Secretario de Viação, Obras E

Serviços Urbanos;

GAB - Gabinete do Prefeito

Esta documentação faz parte do Despacho 3.536/2020

O documento eletrônico contém assinatura digital

TERMO DE ENTREGA	Nome legivel:
Recebido em:	Assinatura:
	RG/CPF:

Prefeitura de Chopinzinho - Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3811 Bairro São Miguel, CEP 85560-000 Horário de Atendimento: De segunda a sexta das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 • 1Doc • www.1doc.com.br

Impresso em 28/07/2020 08:42:31 por Geraldo Olivo - Secretario de Viação, Obras E Servicos Urbanos;

"Acredite em si próprio e chegará um dia em que os outros não terão outra escolha senão acreditar com você." - Cynthia Kersey



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru

85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

DECRETO Nº 536/2019, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

Nomeia a Comissão Permanente de Licitações.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANĂ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 63, inciso X da Lei Orgânica:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados a Sra. Josiane Moschen, CPF nº 010.576.599-67, RG nº 9.873.409-0-SSP/PR, como Presidente, o Sr Roberto Alencar Przendziuk, CPF nº 546.462.519-49 e RG nº 5.253.580-8 – SSP/PR e a Sra. Neide Marinez Caldato, CPF nº 023.594.429-70 e RG nº 7.722.329-0 SSP/PR, como membros, para comporem a Comissão Permanente de Licitações, com o objetivo de receber, examinar, montar processo licitatório, fazer vistoria, análise e julgamento de propostas apresentadas por empresas participantes de Licitações instauradas pelo Município de Chopinzinho e julgar todos os documentos e procedimentos relativos ao cadastramento de licitantes, para o exercício de 2020.

Art. 2º - A investidura dos membros da Comissão Permanente de Licitações não excederá a 01 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente, de acordo como §4º do art. 51, da Lei nº 8.666/1993.

Art. 3° - Este Decreto entrará em vigor em 01 de janeiro de 2020, ficando revogado o Decreto nº 001/2019, de 03 de janeiro de 2019 e as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 27 DE DEZEMBRO DE 2019.

Ályaro Dênis Ceni Scolaro Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná DIOEMS

EDIÇÃO Nº 2016 de 31 / 12 /2019



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

SOLICITAÇÃO

Senhor Prefeito:

A Secretaria Municipal de Viação e Serviços Urbanos, tendo em vista a necessidade de aquisição de pneu 14-17,5 para retroescavadeira XCMG, solicita a Vossa Excelência, autorização através de processo licitatório na modalidade de DISPENSA, dos produtos relacionados no Termo de Referência em anexo.

As responsabilidades técnicas pelo acompanhamento e fiscalização segue abaixo designação de servidores que constarão nas Atas de Registro de Preço e Contratos:

Gestor do Contrato/Ata: Geraldo Olivo, inscrito no CPF sob nº 780.414.069-04. portador da Cédula de Identidade RG nº 5.800.790-0, Secretário de Viação e Serviços Urbanos:

Fiscal do Contrato/Ata: Dyonatan de Césaro, inscrito no CPF sob nº 065.924.689-98, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.995.573-2. Diretor de Viação, Almoxarifado e Frotas.

Fiscal Substituto do Contrato/Ata: Amarildo Miguel Dalle Tese, inscrito no CPF sob nº 749.565.409-06, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.235.619-0, Diretor do Departamento de Serviços Urbanos.

Nestes termos.

Pede deferimento.

Chopinzinho - PR, 28 de julho de 2020.

Geraldo Olivo

Secretario Municipal de Viação e Serviços Urbanos



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

JUSTIFICATIVA

A Secretaria Municipal de Viação e Serviços Urbanos vem por meio desta justificativa, embasar a solicitação de aquisição de pneus 14-17,5 para retroescavadeira XCMG, considerando que a referida máquina se encontra parada devido a falta do produto.

Considerando que a máquina Retroescavadeira XCMG, foi inclusa no patrimônio na data de 14 de novembro de 2019 conforme relatório em anexo e que o processo para aquisição de pneus já havia sido encaminhado, o mesmo não foi incluído no referido processo.

Considerando que a demanda de trabalho com máquina retroescavadeira é grande e que foram contratados seis Operadores de Máquinas mediante Processo Seletivo Simplificado – PSS e que os mesmos iniciaram seus trabalhos na data de 03 de julho de 2020.

Considerando que nas demais máquinas o tamanho dos pneus dianteiros é 12,5/80-18 e que somente a retroescavadeira XCMG utiliza o tamanho de pneu a ser licitado (pneu 14-17,5).

Considerando que um pneu da máquina estourou (imagem em anexo) e que há necessidade da aquisição de duas unidades tendo em vista que o pneu que restou já está gasto e que caso seja montado somente um novo poderá ocasionar problemas mecânicos pela diferença de altura dos mesmos.

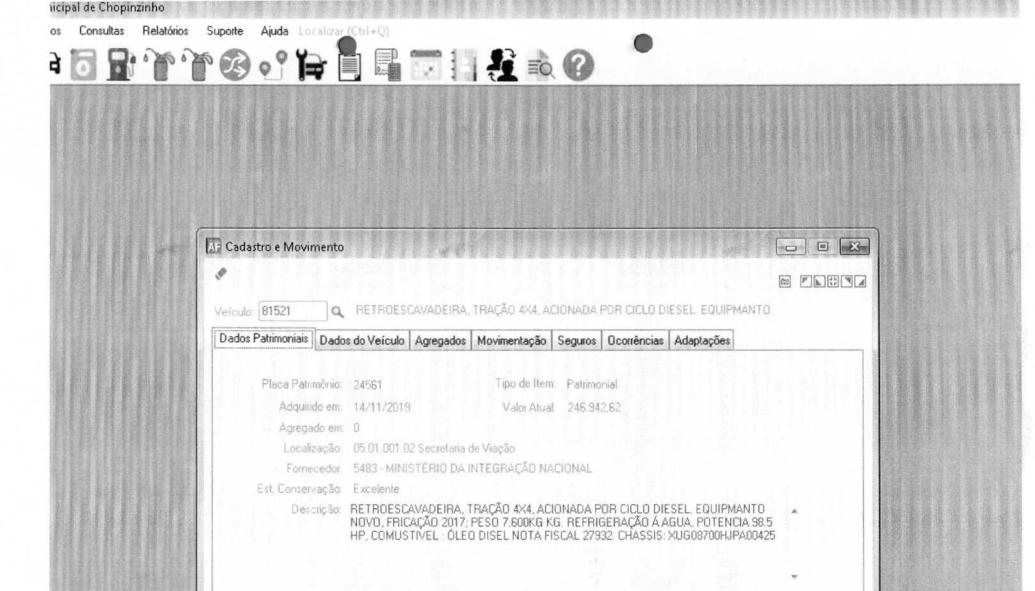
Ante ao exposto, a Secretaria Municipal de Viação e Serviços Urbanos justifica a aquisição de pneus 14-17,5 para retroescavadeira XCMG em caráter de urgência para o melhor andamento dos trabalhos e maior agilidade no atendimento a população de Chopinzinho.

Atenciosamente,

Chopinzinho, 28 de julho de 2020.

Geraldo Olivo

Secretário Municipal de Viação e Serviços Urbanos



A DYONATAN The Enter+Tab SQL Server 520.01.













ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

TERMO DE REFERÊNCIA

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

1 - OBJETO:

1.1 Constitui objeto deste certame, o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEU** 14/17,5 **PARA RETROESCAVADEIRA XCMG**, de acordo com as especificações técnicas adiante discriminadas, cabendo às Secretarias solicitantes a Fiscalização, informando se o serviço ofertado atende às exigências técnicas alvitradas.

ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL. R\$
01	Unid.	02	Pneu dianteiro 14/17,5 – 14 Ionas	1.950,00	3.900,00
			VALOR TOTAL DA PESQUISA	R\$ 3.9	00,00

SETOR REQUISITANTE: SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS FONTE DE RECURSOS: SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS

2 – PRAZO E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- **2.1** Os produtos uma vez solicitados deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias após a solicitação conforme necessidade da Administração.
- **2.2** Os produtos deverão ser entregues no pátio do parque de máquinas do Município, sito à Rua Santos Dumont, nº 3883, Bairro Frei Vito, Chopinzinho-PR, e passará por verificação da qualidade, prazo de validade e quantidade do bem fornecido e consequente aceitação pela Administração.
- 2.2 Ao contratado desta licitação cabe a total responsabilidade quanto ao correto atendimento no tocante as especificações, condições e obrigações.

3 - DA RESPONSABILIDADE QUANTO AO ATENDIMENTO

3.1 - O prazo de fornecimento dos produtos objeto desta licitação é de 90 (noventa) dias, sempre mediante a requisição expedida pela Administração Municipal.

VISEMILLA

- 3.2 Os produtos objetos desta licitação serão analisados e fiscalizados pela Secretaria solicitante.
- **3.3** Os fornecimentos julgados como mal executados deverão ser repostos pela Contratada, sem qualquer ônus para o Município.
- **3.4** O Município registrará em relatório as deficiências verificadas na execução do fornecimento, encaminhando cópias à Contratada, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Edital.
- **3.5** A adjudicatária ficará obrigada a reparar, corrigir, remover, ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções apresentadas pelos produtos fornecidos.
- **3.6** O Município reserva-se o direito de proceder diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se o licitante às cominações legais.
- 3.7 Nos termos de art. 3º combinado com o art. 39, VIII da Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1.990 Código do Consumidor são vedados o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas, pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).

4 - FORMA, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- **4.1** Fica estimado o valor máximo de R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais) para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.
- **4.2** Os recursos para o pagamento do referido objeto, serão das seguintes dotações orçamentárias: Secretaria de Viação e Serviços Urbanos: 05.01.267820008.2.011.3.3.90.30 (1449) F:000
- **4.3** O **PAGAMENTO** será efetuado em até **30** (**trinta**) dias após a apresentação da Nota Fiscal, relativa aos produtos entregues, que atestadas pela Secretaria Solicitante, serão encaminhadas para a Divisão de Finanças da PREFEITURA para pagamento.
- **4.3.1** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCAE, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.
- 4.4 Por se tratar de Registro de Preços, a reserva orçamentária deverá ser efetuada no ato da contratação, devendo a Secretaria solicitante verificar a existência de saldo.
- **4.5** Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.
- **4.6** O MUNICÍPIO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".
- **4.7** A Nota Fiscal deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.
- **4.8** O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

5 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- **5.1** Constituem direitos do Contratante receber o objeto deste Contrato e da Contratada perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.
- 5.2. Constituem obrigações da Contratante:
- a) efetuar o pagamento ajustado;
- b) dar à Contratada as condições necessárias para a execução do Contrato:
- 5.3. Constituem obrigações da Contratada:
- a) executar o contrato no prazo e forma ajustados;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;
- c) Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação solicitadas no edital;
- d) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

ml



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

6 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- **6.1** O CONTRATANTE se reserva o direito de fiscalização da Ata de Registro de Preços, podendo suspender sua execução desde que não atendam as expectativas da Secretaria solicitante.
- 6.2 A gestão da Ata de Registro de Preços e do(s) Contrato(s) gerados a partir dela ficará a cargo do Servidor Senhor Geraldo Olivo, CPF: 780.414.069-04, Secretário de Viação e Serviços Urbanos.
- 6.3 A responsabilidade pela fiscalização da ARP e do(s) Contrato(s) gerado(s) a partir dela, ficará a cargo do Servidor Senhor Dyonatan de Césaro, CPF: 065.924.689-98, Diretor do Departamento de Viação, Almoxarifado e Frotas, e Fiscal Substituto a cargo do Servidor Senhor Amarildo Miguel Dalle Tese, CPF 749.565.409-06, estando sujeito à conferência quantitativa e posterior qualitativa na conformidade do item do objeto licitado.
- **6.3.1** Compete aos responsáveis pela fiscalização comunicar ao gestor da ARP/Contrato as situações e fatos que caracterizam o descumprimento das cláusulas e anexos da ARP/Contrato, com os documentos pertinentes, para a adoção das medidas cabíveis.
- **6.4** Recebido o ato de comunicação de irregularidade, compete ao gestor da ARP/Contrato proceder conforme os itens 7.8 e 9.7 deste instrumento, de acordo com a gravidade da situação e dos fatos a serem apurados.
- **6.5** Com base no art. 65, §8, da Lei nº 8.666/93 e Acórdão 7487/2015/TCU, havendo necessidade de alterar o fiscal ou gestor inicialmente designado, o CONTRATANTE emitirá termo de apostilamento específico para esse fim, assinado pela autoridade competente em conjunto com novo gestor e/ou fiscal da ARP/Contrato, sendo publicado o extrato no diário oficial do município, realizando em seguida o apostilamento do ato junto ao processo originário de contratação e termos aditivos, mediante a juntada dos respectivos documentos, dando ciência à CONTRATADA através dos canais adotados pelo CONTRATANTE (e-mail, fax, etc).

7 - DA RESCISÃO

- 7.1 A Ata de Registro de Preços e o(s) Contrato(s) gerados desta Licitação poderá(ão) ser rescindido(s):
- 7.1.1 Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da CONTRATADA, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a inexecução sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao CONTRATANTE;
- **7.1.2** Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do CONTRATANTE;
- 7.1.3 A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE à rescisão no caso de inexecução total ou parcial da ARP/Contrato, sem prejuízo do art. 80, da Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos normativos aplicáveis.
- **7.2** A ARP e o(s) Contrato(s) poderá(ão) ser rescindido(s), ainda, nas hipóteses estabelecidas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.
- 7.3 Na hipótese de rescisão por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito.
- 7.4 Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

- 7.5 Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente.
- **7.6** Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente a ARP/Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do obieto contratado.
- 7.7 A inexecução do contrato pela CONTRATADA poderá ensejar na rescisão e/ou aplicação de alguma das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria, quando verificadas as seguintes situações, dentre outras:
- 7.7.1 A não entrega dos produtos contratados;
- **7.7.2** Inexecução do objeto da ARP/Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao CONTRATANTE;
- **7.7.3** Não atendimento das determinações da autoridade ou servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução da ARP/Contrato.
- 7.8 Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:
- **7.8.1** Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 7.8.2 Manifestação do gestor da ARP/Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal da Secretaria solicitante, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 7.8.3 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor da ARP/ Contrato;
- 7.8.4 Parecer da Procuradoria-Geral do Município;
- 7.8.5 Decisão do Prefeito Municipal;
- **7.8.6** Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;
- 7.8.7 As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no item 7.7 deste Termo.

8 - DAS ALTERAÇÕES (ARTIGOS: 57 E 65 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93)

- **8.1** O(s) Contrato(s) gerados a partir da ARP poderá(ão) ser alterado(s), inclusive quanto as prorrogações de prazos de execução (Lei 8.666/93), mediante a celebração de termo aditivo e/ou apostilamento, nos casos previstos em lei, que ao contrato se aderirá passando a dele fazer parte.
- 8.2 Aplica-se ao(s) Contrato(s), gerados a partir da ARP, sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas ao objeto, previstas na Lei nº 8.666/93.
- 8.3 A Ata de Registro de Preços não poderá ter o prazo de validade prorrogado além de 12 (doze) meses após sua assinatura, bem como, não poderá sofrer acréscimos em seus quantitativos.

9 - DAS PENALIDADES

9.1 - Denúncias relacionadas ao não cumprimento da ARP e do(s) Contrato(s) e seus anexos, estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação, tais como: advertência escrita, advertência escrita com prazo para correção, penalidades pecuniárias com os respectivos valores,



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

ordem de ressarcimento, suspensão temporária, rescisão do contrato, bem como a adoção das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria.

- 9.2 O CONTRATANTE decide aplicar à ARP e ao(s) Contrato(s) gerados, na hipótese de inexecução das obrigações pela CONTRATADA, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e as seguintes penalidades:
- I advertência escrita: quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligencia administrativa.
- II advertência escrita com prazo para correção: impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.
- III penalidades pecuniárias:
- a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato;
- b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa:
- c) multa punitiva de 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções médias;
- d) multa punitiva de 5% (cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções graves:
- e) multa punitiva de 15% (quinze por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do Contrato, por parte da CONTRATADA, nos termos da Lei nº 8.666/93:
- f) multa punitiva de 30% (trinta por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa, praticada em conjunto com agente público.
- IV suspensão temporária da prestação de serviços: será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.
- V rescisão do Contrato: será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público, sem prejuízo das demais disposições deste Contrato.
- VI A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer razão do item anterior, implicará na apuração de perdas e danos e aplicação das demais penalidades legais cabíveis.
- VII O CONTRATANTE resolve aplicar ao Contrato, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.
- 9.3 Na aplicação das penalidades contratuais, será observado as disposições da Lei nº 8.666/93, quando aos procedimentos, contraditório e ampla defesa.
- 9.4 Na hipótese de aplicação das penalidades pecuniárias referidas nos itens anteriores, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite das multas aplicadas, os créditos a que teria direito.
- 9.5 Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante das penalidades pecuniárias aplicadas, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante das penalidades aplicadas, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.
- 9.6 Caso a CONTRATADA n\u00e3o efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ser\u00e1 cobrado judicialmente.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

- 9.7 Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:
- 9.7.1 Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 9.7.2 Manifestação do gestor da ARP/Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal da Secretaria solicitante, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 9.7.3 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato:
- 9.7.4 Parecer da Procuradoria-Geral do Município;
- 9.7.5 Decisão do Prefeito Municipal;
- 9.7.6 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;
- 9.7.7 As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no Contrato.

10 - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

- 10.1 Ambos os contratantes deverão observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
- 10.2 Para os propósitos desta Cláusula, definem-se as seguintes práticas:
- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do poder público, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o poder público promover inspeção ou auditoria.
- 10.3 Sendo o Contrato financiado, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento, convênio ou reembolso, este organismo e/ou município poderão impor sanção sobre a CONTRATADA ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo e/ou município se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da CONTRATADA, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do Contrato.
- 10.4 Considerando os propósitos das cláusulas anteriores, a CONTRATADA concorda e autoriza que o organismo financeiro multilateral, bem como o município de Chopinzinho/PR, através de seu representante ou pessoas indicadas, possam inspecionar a execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do Contrato.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

11 - RESPONSÁVEL PELO LEVANTAMENTO DE PREÇOS.

11.1 - Dyonatan de Césaro - Diretor do Departamento de Viação e Serviços Urbanos, CPF 065.924.689-98.

Chopinzinho, 28 de julho de 2020.

Geraldo Olivo

Secretário Municipal de Viação e Serviços Urbanos



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

CORRESPONDÊNCIA INTERNA

DATA: 28/07/2020

ORIGEM: GABINETE DO PREFEITO

DESTINO: SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS/COMISSÃO

PERMANENTE DE LICITAÇÕES

REFERÊNCIA: AQUISIÇÃO DE PNEU 14-17,5 PARA RETROESCAVADEIRA XCMG.

Recebido a solicitação de Aquisição de Pneu 14-17,5 para Retroescavadeira XCMG, protocolada pela Secretaria de Viação e Serviços Urbanos sob nº 3.536/2020, autorizo a abertura de Procedimento Licitatório na modalidade de DISPENSA.

> VARO DÊNIS CENI SCOLARO Prefeito Municipal

Ronaldo - Auto Center PPneus

De:

Ronaldo - Auto Center PPneus <vendas2@ppneus.com>

Enviado em:

Para: Assunto: terça-feira, 28 de julho de 2020 14:40

viacaoeobras@chopinzinho.pr.gov.br ORCAMENTO

BOA TARDE

01-PNEU 14X 17,5 DIANTEIRO PARA RETRO

01-PNEU BKT 14 LONAS R\$ 1.950,00 DESDE JÁ AGRADDEÇO O CONTATO.

02.013.581/0001-21

P. M. PNEUS COMERCIAL LTDA.

AV. TUPI, 555 CEP 85504-000

L PATO BRANCO

PR



EDSON L. MARENGO

Telephological and Sp. 20-40500 for Sp. 20-40500 for Sp. 20-40500 for Sp. 20-20500 for Sp.

EU-1/-10

Page Made or TVP E L L L



ALINHAMENTO 3D, BALANCEAMENTO, PNEUS, RODAS, AMORTECEDORES, ESCAPAMENTOS E ACESSÓRIOS.

ORÇAMENTO

À Prefeitura Municipal de Chopinzinho PR

- Pneu 14x17.5 BKT 14 LONAS valor 1.980,00 À vista

Atenciosamente,

Coronel Vivida, 28 de Julho de 2020

Brizola

Gerente Geral

Auto Center Coronel

46 3232 4600

ORÇAMENTO PNEUS 14/17,5 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

Empresa: Avaldi Com du Peças pl Veiculos Lotda
Empresa: Avaldi Com du Yeças pl Veiculos Lotda. CNPJ: 27. 407. 605/2001 - 73
Porte da Empresa: Micro e Veguena Empresa
Endereço: Rua Castelo Branco - 4065
Nome do Responsável: Rosemery Araldi Feltraco
Assinatura: P/ Duy Duy 77.
Telefones para contato: 146. 3242 - 1518
Loca e Data: Chopinzinho, 28 du julho 2020.
(Obs. Preencher todos os dados do cabeçalho, assinar, rubricar e carimbar todas as folhas –
carimbo CNPJ)

ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. R\$
01	Unid.	01	Pneu dianteiro 14/17,5 - 14 Ionas	2,150,00
			VALOR TOTAL DA PESQUISA	2,150,00

Araidi Comércio de Peças para Velculos Ltda - ME CNPJ 27.707605/0001-73



CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru

85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

CORRESPONDÊNCIA INTERNA

DATA: 28/07/2020

ORIGEM: SECRETARIA DE FINANÇAS

DESTINO: SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS/COMISSÃO PERMANENTE DE

LICITAÇÕES

REFERÊNCIA: DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E RESERVA FINANCEIRA PARA

AQUISIÇÃO DE PNEU 14-17,5 PARA RETROESCAVADEIRA XCMG

VALOR R\$ 3.900,00

Em atenção à solicitação formulada, informo que existem recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações, decorrentes do objeto especificado, à conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS

05.01.267820008.2.011.3.3.90.30 (1449) F:000

Atenciosamente,

HELDER FELIPE KLASSEN
Contabilidade

LUCIANI MONTEIRO Financeiro



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

CORRESPONDÊNCIA INTERNA - PARECER

DATA: 28/07/2020

ORIGEM: SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS/COMISSÃO

PERMANENTE DE LICITAÇÕES

DESTINO: DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

REFERÊNCIA: PARECER ACERCA DA AQUISIÇÃO DE PNEUS 14-17,5 PARA

RETROESCAVADEIRA XCMG

Em atenção ao despacho do Senhor Prefeito referente à autorização para início de Procedimento Licitatório para Aquisição de Pneus 14-17,5 para Retroescavadeira XCMG, constante no Termo de Referência, temos a informar:

De posse da documentação apresentada pela Secretaria de Viação e Serviços Urbanos, entendemos ser perfeitamente viável a referida Aquisição e somos de parecer favorável que a mesma seja realizada via Modalidade DISPENSA.

Atenciosamente,

Josiane Moschen

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

1

P.M. PNEUS COMERCIAL LTDA CNPJ 02.013.581/0001-21 NIRE 41203697816

6º ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO

MAURICIO GARCIA, brasileiro, maior, empresário, casado sob regime de separação total de bens, nascido em 17/09/1976, residente e domiciliado na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná, na Rua Wenceslau Braz, nº 51, Bairro Jardim das Américas, CEP 85.502-410, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.262.005-8, expedida pelo Instituto de Identificação do Paraná e CPF nº 941.210.109-06,

PEDRO GARCIA SOBRINHO, brasileiro, maior, empresário, casado sob o regime de comunhão universal de bens, residente e domiciliado na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná, na Prudêncio Alves de Oliveira o 11, Bairro Bancários, CEP 85.504-590, portador da Cédula de Identidade RG no 884.829-7 expedida pelo Instituto de Identificação do Paraná e CPF no 093.646.509-30;

Sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira sob o nome empresarial de P.M. PNEUS COMERCIAL LTDA, tendo sua sede e foro na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná, na Avenida Tupi, 555, Bairro Bortot, CEP 85.504-000, devidamente inscrita no CNPJ nº 02.013.581/0001-21, com seu contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob NIRE 41203697816, por despacho em sessão de 01/08/1997, e última alteração contratual arquivada sob nº 20093755155, por despacho em sessão de 20/08/2009, resolvem alterar e consolidar seu contrato social e demais alterações contratuais, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA — DOAÇÃO DE COTAS: O sócio PEDRO GARCIA SOBRINHO, já qualificado, possuidor de 108.000 (cento e oito mil quotas), no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando a importância de R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais), totalmente subscritas e integralizadas, retira-se da sociedade, transferindo, por doação, neste ato, a totalidade de suas cotas para MAURICIO GARCIA, já qualificado, conforme Declaração de ITCMD.

CLÁUSULA SEGUNDA – VENDA DE COTAS: O sócio MAURICIO GARCIA, já qualificado, vende e transfere para a sócia ingressante ANGELA NIEHUES GARCIA, brasileira, maior, empresária, casada com regime de separação total de bens, nascida em 25/01/1977, residente e domiciliada na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná, na Rua Wenceslau Braz, nº 51, Bairro Jardim das Américas, CEP 85.502-410, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.709.311-9, expedida pelo Instituto de Identificação do Paraná e CPF nº 020.087.179-09, o valor de 108.000 (cento e oito mil quotas), no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando a importância de R\$

95

mg



P.M. PNEUS COMERCIAL LTDA CNPJ 02.013.581/0001-21 NIRE 41203697816

6º ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO

108.000,00 (cento e oito mil reais), dando plena e geral quitação das cotas transferidas.

CLÁUSULA TERCEIRA: Em virtude das alterações ocorridas, o capital social inalterado, no valor de R\$ 1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil reais), dividido em 1.200.000 (Um milhão e duzentos mil) cotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado, fica distribuído pelos sócios conforme abaixo:

Sócios	Cotas	Valor (R\$)	%
MAURICIO GARCIA	1.092.000	1.092.000,00	91,00%
ANGELA NIEHUES GARCIA	108.000	108.000,00	9,00%
Total	1.200.000	1.200.000,00	100,00%

CLÁUSULA QUARTA – ADMINISTRAÇÃO: a sociedade será administrada pelo sócio MAURICIO GARCIA, já qualificado, bem como pela sócia ANGELA NIEHUES GARCIA, já qualificada, individualmente, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações em favor de qualquer dos cotistas ou terceiros bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização de todos os sócios.

CLÁUSULA QUINTA – DESIMPEDIMENTO: Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, conforme Art. 1.011 do Código Civil.

CLÁUSULA SEXTA – À vista da modificação ora ajustada, os sócios resolvem, por este instrumento, atualizar o contrato social e se mantem inalteradas as demais cláusulas e condições contidas na última consolidação contratual, adequado às disposições da referida Lei nº 10.406/2002 aplicáveis a este tipo societário.

drg.





P.M. PNEUS COMERCIAL LTDA CNPJ 02.013.581/0001-21 NIRE 41203697816

6ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO

P.M. PNEUS COMERCIAL LTDA CNPJ 02.013.581/0001-21 NIRE 41203697816 CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

MAURICIO GARCIA, brasileiro, empresário, casado sob o regime de separação total de bens, inscrito no CPF sob o nº 941.210.109-06 e no RG sob o nº 5.262.005-8 II/PR, residente à rua Venceslau Braz, 51 Bairro Jardim das Américas, na cidade de Pato Branco – Paraná, CEP: 85.502-410.

ANGELA NIEHUES GARCIA, brasileira, empresária, casado sob o regime de separação total de bens, inscrito no CPF sob o nº 020.087.179-09 e no RG sob o nº 6.709.311-9 II/PR, residente à rua Venceslau Braz, 51 Bairro Jardim das Américas, na cidade de Pato Branco – Paraná, CEP: 85.502-410.

Sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira sob o nome empresarial de P M PNEUS COMERCIAL LTDA, tendo sua sede e foro na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná, na Avenida Tupi, 555, Bairro Bortot, CEP 85.504-000, devidamente inscrita no CNPJ nº 02.013.581/0001-21, com seu contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob NIRE 41203697816, por despacho em sessão de 01/08/1997, e última alteração contratual arquivada sob nº 20093755155, por despacho em sessão de 20/08/2009, resolvem consolidar seu contrato social e demais alterações contratuais, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A sociedade gira sob o nome empresarial P.M. PNEUS COMERCIAL LTDA.

CLÁUSULA SEGUNDA - A sociedade tem sua sede e foro na Rua na Avenida Tupi, 555, Bairro Bortot, CEP 85.504-000, Pato Branco, Estado do Paraná.

CLÁUSULA TERCEIRA - O objeto social consiste em:

Descrição das atividades
Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar
Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores
Comércio a varejo de peças e acessórios novos para motocicletas e motonetas
Comércio por atacado de pneumáticos e câmaras-de-ar
Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores
Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas







P.M. PNEUS COMERCIAL LTDA CNPJ 02.013.581/0001-21 NIRE 41203697816

3	6ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO
45.20-0/04	Serviços de alinhamento e balanceamento de veiculos automotores
45.20-0/01	Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores
49.30-2/01	Transporte rodoviário de cargas próprias, municipal
49.30-2/02	Transporte rodoviário de cargas próprias, intermunicipal, interestadual e internacional Importação e exportação

CLÁUSULA QUARTA – O capital social é no valor de R\$ 1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil reais), dividido em 1.200.000 (Um milhão e duzentos mil) cotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado, fica assim distribuído entre os sócios:

Sócios	Cotas	Valor (R\$)	%
MAURICIO GARCIA	1.092.000	1.092.000,00	91,00%
ANGELA NIEHUES GARCIA	108.000	108.000,00	9,00%
Total	1.200.000	1.200.000,00	100,00%

CLÁUSULA QUINTA – A sociedade iniciou suas atividades em 01/08/1997 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA SEXTA – As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SÉTIMA – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA OITAVA — A sociedade será administrada pelo sócio MAURICIO GARCIA, já qualificado, bem como pela sócia ANGELA NIEHUES GARCIA, já qualificada, individualmente, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações em favor de qualquer dos cotistas ou terceiros bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização de todos os sócios.

CLÁUSULA NONA — Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas cotas, os lucros ou perdas apurados.







21 ml

P.M. PNEUS COMERCIAL LTDA CNPJ 02.013.581/0001-21 NIRE 41203697816

6ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão o administrador quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único – o mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolve em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, conforme Art. 1.011 do Código Civil.

July

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – As deliberações sociais serão tomadas em reunião de sócios, cujo quórum de instalação e decisão será a maioria simples do capital social, nos casos em que a lei não exigir quórum maior.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Fica eleito o Foro da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.



28 ml

P.M. PNEUS COMERCIAL LTDA CNPJ 02.013.581/0001-21 NIRE 41203697816

6ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 01 (uma) via, obrigando-se a cumpri-lo em todos os seus termos, por si ou por seus eventuais herdeiros e sucessores.

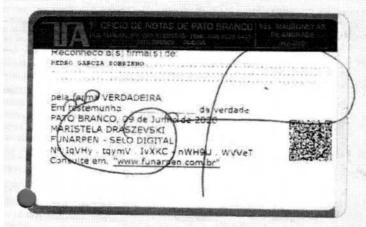
Pato Branco - PR, 03 de junho de 2020.

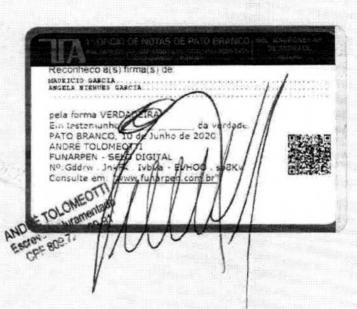
MAURICIO GARCIA

ANGELA NIEHUES GARCIA

PEDRO GARCIA SOBRINHO

zinho 1º OFÍCIO





CERTIFICO O REGISTRO EM 26/06/2020 16:18 SOB Nº 20202039463. PROTOCOLO: 202039463 DE 25/06/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12002656000. NIRE: 41203697816. P M PNEUS COMERCIAL LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA SECRETÁRIO-GERAL CURITIBA, 26/06/2020 www.empresafacil.pr.gov.br



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.013.581/0001-21 MATRIZ	COMPROVANTE D	E INSCRIÇÃO E I CADASTRAL	DE SITUAÇÃO	04/08/1997	
NOME EMPRESARIAL P.M.PNEUS COMERCIA	L LTDA				
TITULO DO ESTABELECIMENTO P.M. PNEUS	O (NOME DE FANTASIA)				PORTE DEMAIS
	VIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL varejo de pneumáticos e câm	aras-de-ar			
45.41-2-06 - Comércio a 45.30-7-02 - Comércio p 45.30-7-01 - Comércio p 45.41-2-02 - Comércio p 45.20-0-04 - Serviços de 45.20-0-01 - Serviços de 49.30-2-01 - Transporte		novos para motocicl câmaras-de-ar rios novos para veícu rios para motocicleta o de veículos automo cânica de veículos au rodutos perigosos e r	etas e motonetas ulos automotores es e motonetas otores tomotores nudanças, munici		adual e
LOGRADOURO AV TUPI		NÚMERO 555	COMPLEMENTO ********		20-
CEP 85.504-000 BAIRRO/DISTRITO BORTOT		MUNICÍPIO PATO BRA	MUNICÍPIO PATO BRANCO		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (046) 2243	TELEFONE (046) 2243-884			
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁ	VEL (EFR)				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA MOTIVO DE SITUAÇÃO CADAS	TRAL			TA DA SITUAÇÃO CAD. /10/2003	ASTRAL
SITUAÇÃO ESPECIAL			T DAT	TA DA SITUAÇÃO ESPI	ECIAI

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 31/07/2020 às 13:43:24 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02.013.581/0001-21
Razão Social:P M PNEUS COMERCIAL LTDA

Endereço: AV TUPI 555 / BORTOT / PATO BRANCO / PR / 85504-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:17/07/2020 a 15/08/2020

Certificação Número: 2020071703001327414909

Informação obtida em 29/07/2020 13:50:11

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br





CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: P.M.PNEUS COMERCIAL LTDA

CNPJ: 02.013.581/0001-21

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

- 1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 -Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
- não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://rfb.gov.br ou http://www.pgfn.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 13:52:40 do dia 29/07/2020 <hora e data de Brasília>. Válida até 25/01/2021.

Código de controle da certidão: B7E5.3072.4138.4FA7 Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: P.M.PNEUS COMERCIAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.013.581/0001-21 Certidão nº: 17513490/2020

Expedição: 29/07/2020, às 13:51:38

Validade: 24/01/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que P.M.PNEUS COMERCIAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 02.013.581/0001-21, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.





Estado do Paraná Secretaria de Estado da Fazenda Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual Nº 022332471-34

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 02.013.581/0001-21

Nome: P M PNEUS COMERCIAL LTDA

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 26/11/2020 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet www.fazenda.pr.gov.br



CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

555 BORTOT

NOME.....: PM PNEUS COMERCIAL LTDA

CNPJ/CPF..: 02.013.581/0001-21

ENDEREÇO..: 7 TUPI

MUNICÍPIO.: PATO BRANCO UF: PR

FINALIDADE: Consulta de Débitos

Certifico, para os devidos fins, que de conformidade com as informações prestadas pelos órgãos competentes desta Prefeitura no cadastro Imobiliário ou Mobiliário do sujeito passivo acima identificado, é CERTIFICADO que NÃO CONSTAM pendências em seu nome eferente a Tributos Municipais inscritos ou não em Dívida Ativa, até a presente data.

A Fazenda Municipal reserva-se o direito de cobrar Dividas posteriormente constatadas, mesmo referente a períodos compreendidos nesta CERTIDÃO.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço http://www.patobranco.pr.gov.br/.

Certidão emitida com base na Lei Municipal. Emitida em 29/07/2020. Válida até 90 dias após a data de emissão desta. Código/Ano da certidão.....: 0029785/2020 Código de autenticidade da certidão: 740787349740787

Certidão emitida gratuitamente.

ATENÇÃO: QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDARÁ ESTE DOCUMENTO.



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (29/07/2020 às 14:07) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 02.013.581/0001-21.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 5F21.ACD4.DF6F.C452 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 02013581000121

LIMPAR

Data da consulta: 29/07/2020 14:02:43

Data da última atualização: 29/07/2020 12:00:05

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	QUANTIDADE
Nenhum registro	encontrado						



Consulta de Impedidos de Licitar

Tipo documento	CNPJ 🗸	Número documento	02013581000121	
Nome				
Período publicação : de		até		
Data de Início Impedimento: de		até		
Data de Fim Impedimento: de		até		

Pesquisar

NENHUM ITEM ENCONTRADO PARA O CNPJ: 02013581000121!

m

DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO CONFORME O PREJULGADO 9 DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, E DE QUE A LICITANTE NÃO ESTÁ INCURSA NAS VEDAÇÕES DO INCISO III DO ART. 9° DA LEI FEDERAL 8.666/93.

A PM PNEUS COMERCIAL LTDA inscrita no CNPJ sob nº02.013.581/0001-21, com sede à Avenida Tupi, nº 555, no Município Pato Branco, Paraná, neste ato representada pelo Sr Maurcio Garcia, portador(a) da carteira de identidade RG nº 5.262.005-8 e inscrito(a) no CPF sob nº 941.210.109-06, **DECLARA** sob as penas da Lei, que os proprietários, dirigentes, e/ou responsável técnico ou legal da referida empresa **NÃO** possuem grau de parentesco consanguíneo (cônjuges, companheiros ou parentes) ou afim, em linha reta, colateral ou por adoção até o 3º grau com as seguintes autoridades e servidores públicos:

Prefeito, Vice Prefeito, Secretários Municipais, Chefe de Gabinete e Procurador Geral do Municipio.

Membros da Comissão de Licitações e Pregoeiros.

Ocupantes de cargo comissionado ou servidores efetivos com função gratificada ou comissionada, inclusive o órgão de controle interno, desde que tenham atuado ou atuem em processos licitatórios da respectiva pasta a que se encontrem vinculados ou qualquer outra autoridade ligada à contratação, responsabilizando-se civil, administrativa e criminalmente pela veracidade das informações contidas nesta Declaração. (Que possa caracterizar nepotismo, contrariando a orientação do Prejulgado 09 do TC/PR, Súmula Vinculante nº 13 do STF, Acórdão nº 2745/2010 do TCE-Tribunal de Contas do Paraná; ressaltamos o entendimento firmado no TJPR Apelação Cível e Reexame Necessário nº 1273953-4/Paranavai-PR-4ª Câmara Cível).

DECLARA, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade ______nº___, instaurada pelo Município de Chopinzinho, que os proprietários, dirigentes, e/ou responsáveis técnicos ou legal da referida empresa não são servidores ou dirigentes de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme disposto no inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Pato Branco, 30 de julho de 2020.

Mauricio Garcia / CPF 941.210.109-06

OBS: Ao redigir a presente Declaração, o Proponente deverá utilizar formulário com timbre da empresa ou com carimbo do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1°	Pai/Mãe	Filho (a)	-
2°	Avô/Avó	Neto (a)	Irmão (ā)
3°	Bísavô/Bisavó	Bisneto (a)	Sobrinho (a)/Tio(a)
Finidades [Decorrentes de Casamento/União	Estável:	
Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1°	Sogro (a)	Enteado (a)	
2°	Pai/Mãe do (a) Sogro (a)	Filhos (as) do (a) Enteado (a)	Cunhado (a) – Irmão (ã) do Cônjuge
3°	Avô (ó) do (a) Sogro (a)	Netos (as) do (a) Enteado (a)	Sobrinho (a)/tio (a) do Cônjuge
Afinidades	decorrentes de casamento/união	dos parentes consanguineos:	
Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1°	Padastro/Madastra	Genro/Nora	-
2°	Pai/Māe do (a) Padastro/Madrasta	Cônjuge do (a) Neto (a)	Cunhado (a) – Cônjuge do (a) irmão (ã)
3°	Avô (ó) do (a) Padastro/Madastra	Cônjuge do (a) Bisneto (a)	Cônjuge do (a) Sobrinho (a)/Tio



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

AUTORIZAÇÃO

Face ao constante dos autos, protocolado nesta Prefeitura sob o Memorando nº 3.536/2020 e considerando a média de preços de mercado, objeto da presente, autorizo firmar Contrato de Serviços, através de processo de Dispensa de Licitação, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

As despesas decorrentes deverão onerar os recursos orçamentários das categorias econômicas, conforme dotações, abaixo:

SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS 05.01.267820008.2.011.3.3.90.30 (1449) FONTE: 000

Por outro lado o impacto orçamentário-financeiro foi considerado no presente exercício e nos dois subsequentes, bem como tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, nos termos dos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Solicito a Divisão de Licitações e Contratos, preparação da minuta do instrumento de Dispensa de Licitação e Contrato, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

Chopinzinho - PR, 31 de julho de 2020.

Álváro Dênis Ceni Scolaro Prefeito





ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

(MINUTA) DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº _____/2020

Processo nº 184/2020

O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO – PR, através da Comissão Permanente de Licitações, constituída pelo Decreto nº 536/2019, resolve realizar licitação na modalidade Dispensa de Licitação por Limite.

A presente Dispensa de Licitação por Limite está baseada no Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

I - DO OBJETO

- 1.1 A Secretaria de Viação e Serviços Urbanos em sua Solicitação protocolada sob o Memorando nº 3.536/2020 requer a Aquisição de Pneus 14/17,5 para Retroescavadeira XCMG, conforme descrito no Anexo I Descrição do Objeto, parte inseparável deste Edital, sendo este, portanto, o Objeto desta Dispensa de Licitação.
- 1.2 A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições aqui contratadas, acréscimos ou supressões do objeto da presente licitação, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, conforme Art. 65 da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.
- 1.3 Quaisquer alterações no termo de contrato a ser firmado entre as partes serão firmadas através de termo de aditamento.

II - DO JULGAMENTO

- 2.1 Contratação com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, sendo dispensada a realização de licitação para compras e serviços até o limite de R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais).
- 2.2 Juntadas no mínimo três propostas de fornecedores distintos a Comissão de Licitação julgará como melhor oferta àquela que apresentar menor preço e estiver em acordo com o Objeto citado no Item I e descrito no Anexo I deste Edital.

III - DETENTOR DA MELHOR OFERTA

Fornecedor: P.M. Pneus Comer	cial Ltda.	
Endereço: Rua Avenida Tupi, 55	55, Bairro Bortot.	
Cidade: Pato Branco	CEP: 85.504-000	U.F.: PR
CNPJ: 02.013.581/0001-21		-
Representante Legal: Maurício (Garcia	
CPF: 941.210.109-06 RG: 5.262.005-8 II/PR		II/PR



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

IV - DA HABILITAÇÃO

- 4.1.1 Afim da comprovação da Regularidade Jurídica a Licitante detentora da melhor oferta deverá apresentar o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (e a última alteração contratual), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- 4.1.2 Afim da comprovação da Regularidade Fiscal a Licitante detentora da melhor oferta deverá apresentar:
- 4.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC).
- 4.1.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 4.1.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 4.1.2.4 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 4.1.2.5 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 4.1.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.
- 4.1.3 Caso a Licitante apresente Registro Cadastral este substituirá a documentação do item.
- 4.1.4 Declaração de Não Parentesco conforme o prejulgado nº 9 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e de que a Licitante não está incursa nas vedações do Inciso III do Art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93.
- 4.1.5 Comprovante de regularidade junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas.
- 4.1.6 Comprovante de regularidade junto ao Cadastro de Impedidos de Licitar, junto ao TCE/PR.
- 4.1.7 Certidão junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade Conselho Nacional de Justiça CNJ.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

V - DA RAZÃO DA ESCOLHA

- 5.1 Com base no disposto no Art. 24 da Lei 8666/93 é facultado a Administração Pública optar pela aquisição por Dispensa de Licitação:
- 5.2.1 "Inciso II" para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27/05/98).
- 5.2.2 A Medida Provisória nº 961, de 6 de maio de 2020, altera os valores das modalidades de licitação de que tratam os incisos I e II do **caput** do art. 24 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para outros serviços e compras no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
- 5.3 A Aquisição deste processo tem valor de R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais), portanto dentro do limite estabelecido anteriormente.

VI - PRAZO E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 6.1 Os produtos uma vez solicitados deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias após a solicitação conforme necessidade da Administração.
- 6.2 Os produtos deverão ser entregues no pátio do parque de máquinas do Município, sito à Rua Santos Dumont, nº 3883, Bairro Frei Vito, Chopinzinho-PR, e passará por verificação da qualidade, prazo de validade e quantidade do bem fornecido e consequente aceitação pela Administração.
- 6.2 Ao contratado desta licitação cabe a total responsabilidade quanto ao correto atendimento no tocante as especificações, condições e obrigações.

VII - DA RESPONSABILIDADE QUANTO AO ATENDIMENTO

- 7.1 O prazo de fornecimento dos produtos objeto desta licitação é de 90 (noventa) dias, sempre mediante a requisição expedida pela Administração Municipal.
- 7.2 Os produtos objetos desta licitação serão analisados e fiscalizados pela Secretaria solicitante.
- 7.3 Os fornecimentos julgados como mal executados deverão ser repostos pela Contratada, sem qualquer ônus para o Município.
- 7.4 O Município registrará em relatório as deficiências verificadas na execução do fornecimento, encaminhando cópias à Contratada, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Edital.
- 7.5 A adjudicatária ficará obrigada a reparar, corrigir, remover, ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções apresentadas pelos produtos fornecidos.

m



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

7.6 – O Município reserva-se o direito de proceder diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se o licitante às cominações legais.

7.7 – Nos termos de art. 3º combinado com o art. 39, VIII da Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1.990 – Código do Consumidor são vedados o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas, pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).

VIII – FORMA, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 8.1 Fica estimado o valor máximo de R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais) para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.
- 8.2 Os recursos para o pagamento do referido objeto, serão das seguintes dotações orçamentárias: Secretaria de Viação e Serviços Urbanos: 05.01.267820008.2.011.3.3.90.30 (1449) F:000
- 9.3 O PAGAMENTO será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal, relativa aos produtos entregues, que atestadas pela Secretaria Solicitante, serão encaminhadas para a Divisão de Finanças da PREFEITURA para pagamento.
- 9.3.1 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCAE, além dos juros cle mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.
- 9.4 Por se tratar de Registro de Preços, a reserva orçamentária deverá ser efetuada no ato da contratação, devendo a Secretaria solicitante verificar a existência de saldo.
- 9.5 Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.
- 9.6 O MUNICÍPIO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".
- 9.7 A Nota Fiscal deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.
- 9.8 O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

IX – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 9.1 Constituem direitos do Contratante receber o objeto deste Contrato e da Contratada perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.
- 9.2 Constituem obrigações da Contratante:
- a) efetuar o pagamento ajustado;
- b) dar à Contratada as condições necessárias para a execução do Contrato;
- 9.3 Constituem obrigações da Contratada:
- a) executar o contrato no prazo e forma ajustados;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;
- c) Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação solicitadas no edital;
- d) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

X – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 10.1 O CONTRATANTE se reserva o direito de fiscalização da Ata de Registro de Preços, podendo suspender sua execução desde que não atendam as expectativas da Secretaria solicitante.
- 10.2 A gestão da Ata de Registro de Preços e do(s) Contrato(s) gerados a partir dela ficará a cargo do Servidor Senhor Geraldo Olivo, CPF: 780.414.069-04, Secretário de Viação e Serviços Urbanos.
- 10.3 A responsabilidade pela fiscalização da ARP e do(s) Contrato(s) gerado(s) a partir dela, ficará a cargo do Servidor Senhor Dyonatan de Césaro, CPF: 065.924.689-98, Diretor do Departamento de Viação, Almoxarifado e Frotas, e Fiscal Substituto a cargo do Servidor Senhor Amarildo Miguel Dalle Tese, CPF 749.565.409-06, estando sujeito à conferência quantitativa e posterior qualitativa na conformidade do item do objeto licitado.
- 10.3.1 Compete aos responsáveis pela fiscalização comunicar ao gestor da ARP/Contrato as situações e fatos que caracterizam o descumprimento das cláusulas e anexos da ARP/Contrato, com os documentos pertinentes, para a adoção das medidas cabíveis.
- 10.4 Recebido o ato de comunicação de irregularidade, compete ao gestor da ARP/Contrato proceder conforme os itens 11.8 e 13.7 deste instrumento, de acordo com a gravidade da situação e dos fatos a serem apurados.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

10.5 – Com base no art. 65, §8, da Lei nº 8.666/93 e Acórdão 7487/2015/TCU, havendo necessidade de alterar o fiscal ou gestor inicialmente designado, o CONTRATANTE emitirá termo de apostilamento específico para esse fim, assinado pela autoridade competente em conjunto com novo gestor e/ou fiscal da ARP/Contrato, sendo publicado o extrato no diário oficial do município, realizando em seguida o apostilamento do ato junto ao processo originário de contratação e termos aditivos, mediante a juntada dos respectivos documentos, dando ciência à CONTRATADA através dos canais adotados pelo CONTRATANTE (e-mail, fax, etc).

XI - DA RESCISÃO

- 11.1 A Ata de Registro de Preços e o(s) Contrato(s) gerados desta Licitação poderá(ão) ser rescindido(s):
- 11.1.1 Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da CONTRATADA, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a inexecução sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao CONTRATANTE;
- 11.1.2 Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do CONTRATANTE;
- 11.1.3 A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE à rescisão no caso de inexecução total ou parcial da ARP/Contrato, sem prejuízo do art. 80, da Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos normativos aplicáveis.
- 11.2 A ARP e o(s) Contrato(s) poderá(ão) ser rescindido(s), ainda, nas hipóteses estabelecidas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.
- 11.3 Na hipótese de rescisão por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito.
- 11.4 Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.
- 11.5 Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente.
- 11.6 Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente a ARP/Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

- 11.7 A inexecução do contrato pela CONTRATADA poderá ensejar na rescisão e/ou aplicação de alguma das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria, quando verificadas as seguintes situações, dentre outras:
- 11.7.1 A não entrega dos produtos contratados;
- 11.7.2 Inexecução do objeto da ARP/Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao CONTRATANTE:
- 11.7.3 Não atendimento das determinações da autoridade ou servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução da ARP/Contrato.
- 11.8 Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:
- 11.8.1 Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 11.8.2 Manifestação do gestor da ARP/Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal da Secretaria solicitante, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 11.8.3 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor da ARP/Contrato;
- 11.8.4 Parecer da Procuradoria-Geral do Município;
- 11.8.5 Decisão do Prefeito Municipal;
- 11.8.6 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;
- 11.8.7 As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no item 11.7 deste Termo.

XII - DAS ALTERAÇÕES (ARTIGOS: 57 E 65 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93)

12.1 – O(s) Contrato(s) gerados a partir da ARP poderá(ão) ser alterado(s), inclusive quanto as prorrogações de prazos de execução (Lei 8.666/93), mediante a celebração de termo aditivo e/ou apostilamento, nos casos previstos em lei, que ao contrato se aderirá passando a dele fazer parte.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

- 11.2 Aplica-se ao(s) Contrato(s), gerados a partir da ARP, sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas ao objeto, previstas na Lei nº 8.666/93.
- 11.3 A Ata de Registro de Preços não poderá ter o prazo de validade prorrogado além de 12 (doze) meses após sua assinatura, bem como, não poderá sofrer acréscimos em seus quantitativos.

XIII - DAS PENALIDADES

- 13.1 Denúncias relacionadas ao não cumprimento do(s) Contrato(s) e seus anexos, estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação, tais como: advertência escrita, advertência escrita com prazo para correção, penalidades pecuniárias com os respectivos valores, ordem de ressarcimento, suspensão temporária, rescisão do contrato, bem como a adoção das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria.
- 13.2 O CONTRATANTE decide aplicar ao(s) Contrato(s) gerados, na hipótese de inexecução das obrigações pela CONTRATADA, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e as seguintes penalidades:
- I advertência escrita: quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligencia administrativa.
- II advertência escrita com prazo para correção: impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.
- III penalidades pecuniárias:
- a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato;
- b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;
- c) multa punitiva de 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções médias;
- d) multa punitiva de 5% (cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções graves;
- e) multa punitiva de 15% (quinze por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do Contrato, por parte da CONTRATADA, nos termos da Lei nº 8.666/93;
- f) multa punitiva de 30% (trinta por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa, praticada em conjunto com agente público.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-r Telefone: (46) 3242-8600 Rua Migue 85.560-000 CHC

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

- IV suspensão temporária da prestação de serviços: será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.
- V rescisão do Contrato: será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público, sem prejuízo das demais disposições deste Contrato.
- VI A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer razão do item anterior, implicará na apuração de perdas e danos e aplicação das demais penalidades legais cabíveis.
- VII O CONTRATANTE resolve aplicar ao Contrato, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.
- 13.3 Na aplicação das penalidades contratuais, será observado as disposições da Lei nº 8.666/93, quando aos procedimentos, contraditório e ampla defesa.
- 13.4 Na hipótese de aplicação das penalidades pecuniárias referidas nos itens anteriores, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite das multas aplicadas, os créditos a que teria direito.
- 13.5 Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante das penalidades pecuniárias aplicadas, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante das penalidades aplicadas, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.
- 13.6 Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente será cobrado judicialmente.
- 13.7 Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:
- 13.7.1 Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 13.7.2 Manifestação do Gestor do Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal da Secretaria solicitante, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 13.7.3 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo Gestor do Contrato:
- 13.7.4 Parecer da Procuradoria-Geral do Município:
- 13.7.5 Decisão do Prefeito Municipal;
- 13.7.6 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;



CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru

85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

13.7.7 – As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no Contrato.

XIV - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

- 14.1 Ambos os contratantes deverão observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
- 14.2 Para os propósitos desta Cláusula, definem-se as seguintes práticas:
- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do poder público, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o poder público promover inspeção ou auditoria.
- 14.3 Sendo o Contrato financiado, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento, convênio ou reembolso, este organismo e/ou município poderão impor sanção sobre a CONTRATADA ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo e/ou município se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da CONTRATADA, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do Contrato.
- 14.4 Considerando os propósitos das cláusulas anteriores, a CONTRATADA concorda e autoriza que o organismo financeiro multilateral, bem como o município de Chopinzinho/PR, através de seu representante ou pessoas indicadas, possam inspecionar a execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do Contrato.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

XV - DO PROSSEGUIMENTO

15.1 – A Comissão Permanente de Licitações encaminha à Procuradoria Geral do Município e requer que seja, conhecida a necessidade da aquisição, os autos sejam analisados e que a Procuradoria posicione-se em relação ao mérito emitindo Parecer Jurídico.

Chopinzinho - PR, ____/2020.

Álvaro Dênis Ceni Scolaro Prefeito

> Josiane Moschen Presidente da CPL



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru

85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

Anexo - I - Descrição do Objeto

1.1 Constitui objeto deste certame, o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEU 14/17,5 PARA RETROESCAVADEIRA XCMG, de acordo com as especificações técnicas adiante discriminadas, cabendo às Secretarias solicitantes a Fiscalização, informando se o serviço ofertado atende às exigências técnicas alvitradas.

ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL. R\$
01	Unid.	02	Pneu dianteiro 14/17,5 – 14 Ionas	1.950,00	3.900,00
			VALOR TOTAL DA PESQUISA	R\$ 3.	900.00

M



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

(MINUTA) CONTRATO Nº /2020

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO E A EMPRESA P.M. PNEUS COMERCIAL LTDA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 76.995.414/0001-60, estabelecida na Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, na cidade Chopinzinho – PR, representada por seu Prefeito, Senhor Álvaro Dênis Ceni Scolaro, portador do CPF nº 009.378.889-40 e do RG nº 8.124.995-4 SSP/PR, residente e domiciliado, na cidade de Chopinzinho – PR, ora denominado CONTRATANTE.

CONTRATADA: P.M. PNEUS COMERCIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Avenida Tupi, 555, Bairro Bortot, no Município de Pato Branco - Paraná, CEP 85.504-000, inscrita no CNPJ: 02.013.581/0001-21, telefone (46) 3220 4050, neste ato representado pelo Senhor Maurício Garcia, portador do CPF 941.210.109-06 e RG 5.262.005-8 II/PR, ora denominada CONTRATADA.

Por este instrumento de Contrato e de acordo com a Dispensa de Licitação nº _____/2020, Processo Licitatório nº 184/2020, as partes acima mencionadas tem contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 Constitui objeto deste certame, o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEU 14/17,5 PARA RETROESCAVADEIRA XCMG, de acordo com as especificações técnicas adiante discriminadas, cabendo às Secretarias solicitantes a Fiscalização, informando se o serviço ofertado atende às exigências técnicas alvitradas.

ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL. R\$
01	Unid.	02	Pneu dianteiro 14/17,5 – 14 Ionas	1.950,00	3.900,00
			VALOR TOTAL DA PESQUISA	R\$ 3.	.900,00

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR, PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 2.1 Fica estimado o valor máximo de R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais) para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.
- 2.2 Os recursos para o pagamento do referido objeto, serão das seguintes dotações orçamentárias: Secretaria de Viação e Serviços Urbanos: 05.01.267820008.2.011.3.3.90.30 (1449) F:000
- 2.3 O PAGAMENTO será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal, relativa aos produtos entregues, que atestadas pela Secretaria Solicitante, serão encaminhadas para a Divisão de Finanças da PREFEITURA para pagamento.
- 2.3.1 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCAE, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.
- 2.4 Por se tratar de Registro de Preços, a reserva orçamentária deverá ser efetuada no ato da contratação, devendo a Secretaria solicitante verificar a existência de saldo.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Rt 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

- 2.5 Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.
- 2.6 O MUNICÍPIO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".
- 2.7 A Nota Fiscal deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.
- 2.8 O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia.
- 2.9 A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições aqui contratadas, acréscimos ou supressões do objeto da presente licitação, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, conforme Art. 65 da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA QUALIDADE

3.1 - A contratada fica obrigada à entregar os produtos/serviços de primeira qualidade sendo de responsabilidade da contratada o uso de equipamentos e profissionais qualificados.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 4.1 Os produtos uma vez solicitados deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias após a solicitação conforme necessidade da Administração.
- 4.2 Os produtos deverão ser entregues no pátio do parque de máquinas do Município, sito à Rua Santos Dumont, nº 3883, Bairro Frei Vito, Chopinzinho-PR, e passará por verificação da qualidade, prazo de validade e quantidade do bem fornecido e consequente aceitação pela Administração.
- 4.2 Ao contratado desta licitação cabe a total responsabilidade quanto ao correto atendimento no tocante as especificações, condições e obrigações.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE QUANTO AO ATENDIMENTO

- 5.1 O prazo de fornecimento dos produtos objeto desta licitação é de 90 (noventa) dias, sempre mediante a requisição expedida pela Administração Municipal.
- 5.2 Os produtos objetos desta licitação serão analisados e fiscalizados pela Secretaria solicitante.
- 5.3 Os fornecimentos julgados como mal executados deverão ser repostos pela Contratada, sem qualquer ônus para o Município.
- 5.4 O Município registrará em relatório as deficiências verificadas na execução do fornecimento, encaminhando cópias à Contratada, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Edital.
- 5.5 A adjudicatária ficará obrigada a reparar, corrigir, remover, ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções apresentadas pelos produtos fornecidos.
- 5.6 O Município reserva-se o direito de proceder diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se o licitante às cominações legais.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

5.7 – Nos termos de art. 3º combinado com o art. 39, VIII da Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1.990 – Código do Consumidor são vedados o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas, pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 6.1 Constituem direitos do Contratante receber o objeto deste Contrato e da Contratada perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.
- 6.2 Constituem obrigações da Contratante:
- a) efetuar o pagamento ajustado;
- b) dar à Contratada as condições necessárias para a execução do Contrato;
- 6.3 Constituem obrigações da Contratada:
- a) executar o contrato no prazo e forma ajustados;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;
- c) Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação solicitadas no edital;
- d) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

- 7.1 A Ata de Registro de Preços e o(s) Contrato(s) gerados desta Licitação poderá(ão) ser rescindido(s):
- 7.1.1 Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da CONTRA-TADA, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a inexecução sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao CONTRATANTE;
- 7.1.2 Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do CONTRATANTE;
- 7.1.3 A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE à rescisão no caso de inexecução total ou parcial da ARP/Contrato, sem prejuízo do art. 80, da Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos normativos aplicáveis.
- 7.2 A ARP e o(s) Contrato(s) poderá(ão) ser rescindido(s), ainda, nas hipóteses estabelecidas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.
- 7.3 Na hipótese de rescisão por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito.
- 7.4 Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

- 7.5 Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente.
- 7.6 Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente a ARP/Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.
- 7.7 A inexecução do contrato pela CONTRATADA poderá ensejar na rescisão e/ou aplicação de alguma das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria, quando verificadas as seguintes situações, dentre outras:
- 7.7.1 A não entrega dos produtos contratados;
- 7.7.2 Inexecução do objeto da ARP/Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao CONTRATANTE:
- 7.7.3 Não atendimento das determinações da autoridade ou servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução da ARP/Contrato.
- 7.8 Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:
- 7.8.1 Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 7.8.2 Manifestação do gestor da ARP/Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal da Secretaria solicitante, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 7.8.3 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor da ARP/Contrato;
- 7.8.4 Parecer da Procuradoria-Geral do Município:
- 7.8.5 Decisão do Prefeito Municipal:
- 7.8.6 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;
- 7.8.7 As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no item 7.7 deste Termo.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES (ARTIGOS: 57 E 65 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93)

- 8.1 O(s) Contrato(s) gerados a partir da ARP poderá(ão) ser alterado(s), inclusive quanto as prorrogações de prazos de execução (Lei 8.666/93), mediante a celebração de termo aditivo e/ou apostilamento, nos casos previstos em lei, que ao contrato se aderirá passando a dele fazer parte.
- 8.2 Aplica-se ao(s) Contrato(s), gerados a partir da ARP, sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas ao objeto, previstas na Lei nº 8.666/93.
- 8.3 A Ata de Registro de Preços não poderá ter o prazo de validade prorrogado além de 12 (doze) meses após sua assinatura, bem como, não poderá sofrer acréscimos em seus quantitativos.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Pro 85.560-000 CHOPIN

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

- 9.1 Denúncias relacionadas ao não cumprimento do Contrato e seus anexos, estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação, tais como: advertência escrita, advertência escrita com prazo para correção, penalidades pecuniárias com os respectivos valores, ordem de ressarcimento, suspensão temporária, rescisão do contrato, bem como a adoção das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria.
- 9.2 O **CONTRATANTE** decide aplicar ao presente Contrato, na hipótese de inexecução das ações, obrigações e serviços pela **CONTRATADA**, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e as seguintes penalidades:
- I advertência escrita: quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligencia administrativa
- II advertência escrita com prazo para correção: impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.
- III penalidades pecuniárias:
- a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor mensal do Contrato;
- b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou paralização injustificada na prestação do serviço ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do valor mensal do Contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;
- c) multa punitiva de 1% (um por cento) do valor mensal do Contrato, quando verificada distorções médias;
- d) multa punitiva de 5% (cinco por cento) do valor mensal do Contrato, quando verificada distorções graves;
- e) multa punitiva de 15% (quinze por cento) do valor mensal do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do Contrato, por parle da CON-TRATADA, nos termos da Lei nº 8.666/93;
- f) multa punitiva de 30% (trinta por cento) do valor mensal do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa, praticada em conjunto com agente público.
- IV suspensão temporária da prestação de serviços: será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.
- V rescisão do Contrato: será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público, sem prejuízo das demais disposições deste Contrato.
- VI A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer razão do item anterior, implicará na apuração de perdas e danos e aplicação das demais penalidades legais cabíveis.
- VII O **CONTRATANTE** resolve aplicar ao Contrato, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

- 9.3 Na aplicação das penalidades contratuais, será observado as disposições da Lei n $^\circ$ 8.666/93, quando aos procedimentos, contraditório e ampla defesa.
- 9.4 Na hipótese de aplicação das penalidades pecuniárias referidas nos itens anteriores, fica o **CONTRATANTE** autorizado a reter, até o limite das multas aplicadas, os créditos a que teria direito.
- 9.5 Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante das penalidades pecuniárias aplicadas, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante das penalidades aplicadas, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.
- 9.6 Caso a **CONTRATADA** não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente será cobrado judicialmente.
- 9.7 Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula Oitava, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do **CONTRATANTE**, nesta ordem:
- 9.7.1 Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 9.7.2 Manifestação do gestor do Contrato e/ou do Secretário Viação e Serviços Urbanos, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 9.7.3 Notificação da **CONTRATADA**, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato;
- 9.7.4 Parecer da Procuradoria-Geral do Município;
- 9.7.5 Decisão do Prefeito Municipal;
- 9.7.6 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;
- 9.7.7 As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da **CONTRATADA**, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no item 7.7 e/cu Cláusula Nona deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 10.1 − O CONTRATANTE se reserva o direito de fiscalização da Ata de Registro de Preços, podendo suspender sua execução desde que não atendam as expectativas da Secretaria solicitante.
- 10.2 A gestão da Ata de Registro de Preços e do(s) Contrato(s) gerados a partir dela ficará a cargo do Servidor Senhor Geraldo Olivo, CPF: 780.414.069-04, Secretário de Viação e Serviços Urbanos.
- 10.3 A responsabilidade pela fiscalização da ARP e do(s) Contrato(s) gerado(s) a partir dela, ficará a cargo do Servidor Senhor Dyonatan de Césaro, CPF: 065.924.689-98, Diretor do Departamento de Viação, Almoxarifado e Frotas, e Fiscal Substituto a cargo do Servidor Senhor Amarildo Miguel Dalle Tese, CPF 749.565.409-06, estando sujeito à conferência quantitativa e posterior qualitativa na conformidade do item do objeto licitado.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

- 10.3.1 Compete aos responsáveis pela fiscalização comunicar ao gestor da ARP/Contrato as situações e fatos que caracterizam o descumprimento das cláusulas e anexos da ARP/Contrato, com os documentos pertinentes, para a adoção das medidas cabíveis.
- 10.4 Recebido o ato de comunicação de irregularidade, compete ao gestor da ARP/Contrato proceder conforme os itens 11.8 e 13.7 deste instrumento, de acordo com a gravidade da situação e dos fatos a serem apurados.
- 10.5 Com base no art. 65, §8, da Lei nº 8.666/93 e Acórdão 7487/2015/TCU, havendo necessidade de alterar o fiscal ou gestor inicialmente designado, o CONTRATANTE emitirá termo de apostilamento específico para esse fim, assinado pela autoridade competente em conjunto com novo gestor e/ou fiscal da ARP/Contrato, sendo publicado o extrato no diário oficial do município, realizando em seguida o apostilamento do ato junto ao processo originário de contratação e termos aditivos, mediante a juntada dos respectivos documentos, dando ciência à CONTRATADA através dos canais adotados pelo CONTRATANTE (e-mail, fax, etc).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

- 11.1 Ambos os contratantes deverão observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
- 11.2 Para os propósitos desta Cláusula, definem-se as seguintes práticas:
- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer precos em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do poder público, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o poder público promover inspeção ou auditoria.
- 11.3 Sendo o Contrato financiado, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento, convênio ou reembolso, este organismo e/ou município poderão impor sanção sobre a CONTRATADA ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo e/ou município se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da CONTRATADA, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do Contrato.
- 11.4 Considerando os propósitos das cláusulas anteriores, a CONTRATADA concorda e autoriza que o organismo financeiro multilateral, bem como o município de Chopinzinho/PR, através de seu representante ou pessoas indicadas, possam inspecionar a execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do Contrato.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Rt 85 560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1. O **CONTRATANTE** fica expressamente eximido de qualquer responsabilidade seja ela direta, solidária ou subsidiária –, na hipótese de inexecução dos serviços pela **CONTRATADA**.
- 12.2. O **CONTRATANTE** fica expressamente eximido de qualquer responsabilidade seja ela direta, solidária ou subsidiária –, com eventuais obrigações fiscais, administrativas, cível, penal, trabalhista, previdenciária, contratual, bem como pelo adimplemento de obrigações com impostos, tarifas, taxas, licenças, pagamento de fornecedores e salários, entre outros encargos, sendo de responsabilidade única e exclusiva da **CONTRATADA** o adimplemento de tais obrigações.
- 12.3. Eventual condenação do **CONTRATANTE** com relação ao previsto nos itens anteriores, ensejará na automática retenção dos valores do presente Contrato, independentemente de comunicação prévia, renunciando a **CONTRATADA** qualquer alegação de direito e defesa.
- 12.4. As questões omissas serão resolvidas de comum acordo entre as partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93.
- 12.5. Fica vedada a CONTRATADA, sem anuência prévia e expressa do CONTRATANTE, a cessão ou transferência do presente Contrato, no todo ou em parte a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

13.1. A publicação resumida do instrumento deste Contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo CONTRATANTE até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

- 14.1. Elege-se o foro da Comarca de Chopinzinho/PR para dirimir quaisquer dúvidas fundadas neste Contrato.
- 14.2. E por estarem cientes de todas as cláusulas e anexos, justos e acordados, os contratantes firmam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para os devidos efeitos legais.

Chopinzin	ho - PR,	/	/2020

Município de Chopinzinho Álvaro Dênis Ceni Scolaro - Prefeito Contratante

P.M. Pneus Comercial Ltda Maurício Garcia – Representante Legal Contratada



CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

Geraldo Olivo Gestor do Contrato

Dyonatan de Césaro Fiscal do Contrato

Amarildo Miguel Dalle Tese Fiscal Substituto

Testemunhas:		
NOME:	NOME:	
CPF:	CPF:	



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

Espécie: Extrato do Contrato nº _/2020. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: P.M. Pneus Comercial Ltda. CNPJ: 02.013.581/0001-21. Objeto: Aquisição de Pneus 14/17,5 para Retroescavadeira XCMG. Valor: R\$ R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais). Origem: Dispensa de Licitação nº _____/2020. Fundamento Legal: Artigo 24 da Lei 8.666/93. Elemento de despesa: (1449) FONTE 000. Data da assinatura ____/___/2020. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Maurício Garcia, pela Empresa.





Memorando 3: 3.536/2020

9667	
1	CHOPINZINHO
	CHOTHERITO

	4 10	
Via	7/2	
VIC	1/2	

Chopinzinho/PR, 05 de Agosto de 2020 às 14:53

De:

Para:

SMA-LC - Licitações e Contratos

PGM - Procuradoria Geral do Município

Micheli Leticia Dietrich - Auxiliar Administrativo

Esta documentação faz parte do Despacho 3: 3.536/2020

O documento eletrônico contém assinatura digital



Memorando 3: 3.536/2020



Via 2/2

Chopinzinho/PR, 05 de Agosto de 2020 às 14:53

De:

Para:

SMA-LC - Licitações e Contratos

Micheli Leticia Dietrich - Auxiliar Administrativo

PGM - Procuradoria Geral do Município

Esta documentação faz parte do Despacho 3: 3.536/2020

O documento eletrônico contém assinatura digital

TERMO DE ENTREGA	Nome legivel:
Recebido em:	Assinatura:
/as:	RG/CPF:

Prefeitura de Chopinzinho - Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3811 Bairro São Miguel, CEP 85560-000 Horário de Atendimento: De segunda a sexta das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 * 1Doc * www.1doc.com.br

Impresso em 05/08/2020 14:53:43 por Micheli Leticia Dietrich - Auxiliar Administrativo

"Tudo o que um sonho precisa para ser realizado é alguém que acredite que ele possa ser realizado." - Roberto Shinyashiki

RECEBIMENTO

CERTIFICO e dou fé que, nesta data, recebi os presentes autos na Procuradoria Geral do Município.

Chopinzinho/PR, 05 de agosto de 2020.

Auxiliar Administrativa

Decreto 433/2018

CONCLUSÃO

Aos 05 dias do mês de agosto faço estes autos conclusos ao Procurador Municipal, Dr. Thiago Voracoski Santos - PGM-LIC, tendo em vista que o Procurador Geral Dr. Fábio Luiz Santin de Albuquerque - PGM-LIC, encontra-se em gozo de férias pelo período de 27/07/2020 à 07/08/2020, do que lavro o presente termo.

> Maria Antonia Schizzi Auxiliar Administrativa

Decreto 433/2018





Memorando 5: 3.536/2020

De:

Fábio A. - PGM-LIC

Para: SMVSU-VSU - Viação, Almoxarifado e Frotas - A/C Dyonatan C.

Data: 20/08/2020 às 14:55:31

Setores envolvidos:

GAB, SMVSU, PGM, SMA-LC, SMVSU-VSU, PGM-LIC

Em anexo o Parecer Jurídico n.º 227/2020/PGM/FLSA.

Fábio Luiz Santin de Albuquerque

Fábio Luiz Santin de Albuquerque
Procurador Geral
Decreto 014/2018 - OAB/PR 26.368

Anexos:
Parecer n.º 227-2020 - Processo n.º 184-2020 - Dispensa - Viação (Aquisição de Pneus 14-17,5 para Retroescavadeira XCMG) por securidad por subjuito de Pneus 14-17,5 para Retroescavadeira XCMG) por securidad por subjuito de Pneus 14-17,5 para Retroescavadeira XCMG) por securidad por subjuito de Pneus 14-17,5 para Retroescavadeira XCMG) por securidad por subjuito de Pneus 14-17,5 para Retroescavadeira XCMG) por securidad por subjuito de Pneus 14-17,5 para Retroescavadeira XCMG) por subjuito de Pneus 1





ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru

85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 184/2020

130

MEMORANDO 1DOC N.º 3.536/2020

PARECER JURÍDICO N.º 227/2020/PGM/FLSA

REQUERENTE

: SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS

INTERESSADOS

: DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PREFEITO MUNICIPAL
SECRETARIA DE FINANÇAS
CONTROLE INTERNO

ASSUNTO

: Contratação de Empresa para Aquisição de Pneus 14/17,5 para Retroesca-

VADEIRA XCMG

EMENTA: LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISI-ÇÃO DE PNEUS 14/17,5 PARA RETROESCAVADEIRA XCMG. DIS-PENSA. JUSTIFICATIVA TÉCNICA. REQUISITOS LEGAIS SATISFEITOS. POSSIBILIDADE, COM RECOMENDAÇÕES.

1 Do RELATÓRIO

Trata-se do **Processo Licitatório n.º 184/2020 (Memorando 1Doc n.º 3.536/2020)**, **Dispensa**, pelo qual a Secretaria de Viação e Serviços Urbanos pretende a contratação de empresa para aquisição de pneus 14/17,5 para retroescavadeira XCMG, ao preço de R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais).

Os autos, contendo 65 (sessenta e cinco) páginas, foram regularmente formalizados e encontram-se instruídos com os seguintes documentos:

- a) Decreto Municipal n.º 536/2019 (fls. 03);
- b) Solicitação e Justificativa (fls. 04/09);
- c) Termo de Referência (fls. 10/16);
- d) Autorização do Prefeito Municipal para abertura do procedimento licitatório (fls. 17);
- e) Orçamentos: P.M. Pneus Comercial Ltda. (R\$ 1.950,00), Auto Center Coronel (R\$ 1.980,00) e Araldi Comércio de Peças para Veículo Ltda. ME (R\$ 2.150,00) (fls. 18/20);
- f) Parecer da Secretaria Municipal de Finanças de que existe dotação orçamentária para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes deste objeto pela Fonte 000 (fls. 21);
 - g) Parecer da Comissão Permanente de Licitações (fls. 22);
- h) P.M Pneus Comercial Ltda.: 6ª Alteração Contratual, Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral, Certificado de Regularidade do FGTS, Certidão Positiva com Efeitos de Nega-





ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ



tiva de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Negativa de Débitos do Estado do Paraná, Certidão Negativa de Débitos do Município de Pato Branco, Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ, Consulta ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas — CEIS, Consulta ao Cadastro de Impedidos de Licitar — TCE/PR e Declaração de ausência de parentesco e de que não está incursa nas vedações do inc. III do art. 8.666/93 (fls. 23/40);

- i) Autorização do Prefeito Municipal para firmar contrato de serviços, via processo de dispensa de licitação, além de preparação da minuta (fls. 41);
- j) Minutas da dispensa, do contrato e do extrato para publicação, elaborados pela Divisão de Licitações e Contratos (fls. 42/63).
 - **k)** Os autos foram remetidos para a Procuradoria Municipal em 05/08/2020 (fls. 65). É o relatório.

2 DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1 Do Campo de Análise do Parecer Jurídico

Nos termos do art. 38, inc. VI da Lei n.º 8.666/1993, o processo administrativo de contratação pública deve ser instruído, entres outros documentos, com "(...) pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade". O parágrafo único desse mesmo dispositivo estabelece, ainda, que "(...) as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração".

Sem embargo, não se incluem no âmbito desta análise os elementos técnicos ou discricionários pertinentes ao caso, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis e autoridades competentes.

2.2 DA OBRIGATORIEDADE DA CONTRATAÇÃO VIA LICITAÇÃO E SUAS EXCEÇÕES

Toda a vez que a Administração Pública pretende contratar terceiros para executar obras, prestar serviços e comprar, a regra é a licitação (art. 37, inc. XXI, da CRFB/1988¹) e a exceção a contratação direta, via dispensa ou inexigibilidade.

O procedimento licitatório visa garantir não apenas a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, mas sim, visa assegurar o princípio constitucional da isonomia entre os potenciais prestadores do serviço ou fornecedores do objeto pretendido pelo Poder Público.

^{1 &}quot;Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações;"



Página 2 de 8







ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel OG J
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Entretanto, a própria Carta Magna, em seu art. 37, XXI, ao fazer a exigência da licitação, ressalva "os casos especificados na legislação", abre a possibilidade da lei ordinária fixar hipóteses para estabelecer exceções à regra de licitar.

Essas exceções estão previstas nos artigos 24 e 25 da Lei n.º 8.666/93, que tratam, respectivamente, sobre os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação.

De todo modo, partindo-se da premissa que a regra é a licitação e a exceção a contratação direta, necessário diferenciar as formas de contratação direta, as quais foram resumidas pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 em hipóteses de *inexigibilidade* e de *dispensa*.²

Passa-se, doravante, à análise do caso concreto.

2.3 DA ANÁLISE DO CASO CONCRETO

A Secretaria de Viação e Serviços Urbanos pretende a contratação de empresa para aquisição de pneus 14/17,5 para retroescavadeira XCMG, ao preço de R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais).

2.3.1 DA AUTORIDADE COMPETENTE

O Prefeito Municipal autorizou a abertura do procedimento licitatório e, depois, a contratação através do processo de dispensa (fls. 17 e 41).

2.3.2 DA JUSTIFICATIVA

Sob o ponto de vista técnico-jurídico, a justificativa apresentada pela Secretaria contempla motivos legítimos e benefícios resultantes da contratação (fls. 05/09).

2.3.3 DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

As especificações mínimas do objeto, contidas no Termo de Referência de fls. 10/16, são claras, objetivas e vinculadas às necessidades apontadas e, ao mesmo tempo, não indicam direcionamento.

No entanto, necessário que a Secretaria: a) adéque a redação do Termo de Referência, tendo em vista que não se trata de Ata de Registro de Preços; b) o prazo de fornecimento

^{2 &}quot;Quando a disputa for inviável, o certame será inexigível. De outro lado, a dispensa pressupõe uma licitação 'exigível' que só não ocorrerá por vontade do legislador. Em termos práticos, o administrador deverá verificar primeiramente se a licitação é exigível ou inexigível, conforme a possibilidade ou não de competição. Sendo assim, afastada a inexigibilidade, passará a verificar a presença dos pressupostos de dispensa da licitação" (MARINELA, Fernanda. Direito administrativo. 7 ed. Niterói: Impetus, 2013, p. 465).



DE ALBUQUERQUE

FABIO LUIZ SANTIN



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel;
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

do Item 3.1 (90 dias) está divergente do prazo constante no Item 2.1 (10 dias). A Secretaria deve deixar claro qual é o prazo de entrega do produto e qual é o prazo de vigência contratual.

2.3.4 DA MODALIDADE

Agiu com acerto a Presidente da Comissão Permanente de Licitações ao emitir parecer favorável à contratação direta, via dispensa (fls. 22).

A contratação de empresa para aquisição de pneus não envolve a aquisição de materiais, produtos ou gêneros disponibilizados por fornecedor exclusivo (inc. I); também não se trata de serviço técnico, de natureza singular, dentre aqueles descritos no art. 13, da Lei n.º 8.666/93 (inc. II); e, também, não envolve a contratação de profissional do setor artístico (inc. III). Logo, não se trata de hipótese de inexigibilidade de licitação (art. 25³ c/c o art. 13,⁴ da Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Tanto é assim que a possibilidade de disputa está comprovada pelos próprios 03 (três) orçamentos anexados aos autos das seguintes empresas: P.M. Pneus Comercial Ltda. (R\$ 1.950,00), Auto Center Coronel (R\$ 1.980,00) e Araldi Comércio de Peças para Veículo Ltda. — ME (R\$ 2.150,00) (fls. 18/20).

Porém, como o menor orçamento possui valor unitário de <u>R\$ 1.950,00</u> e total de <u>R\$ 3.900,00</u> (três mil e novecentos reais), não ultrapassa o limite de <u>R\$ 50.000,00</u> (cinquenta mil reais), a contratação direta, via dispensa, é possível, com base no art. 24, inc. II⁵ c/c o art. 23, inc. II, letra "a",⁶ ambos da Lei 8.666/1993 com as alterações atribuídas pelo art. 1º, I, "b", da Medida Provisória n.º 961, de 06 de maio de 2020⁷.

ICP Brasil

³ "Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes; II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação; III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública."

⁴ "Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a: I - estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos; II - pareceres, perícias e avaliações em geral; III - assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras; III - assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias; IV - fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços; V - patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas; VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; VIII - restauração de obras de arte e bens de valor histórico. VIII - (Vetado)."

⁵ "Art. 24. É dispensável a licitação: (...) II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;"

⁶ "Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação: (...) II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior: a) convite - até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);"

⁷ Art. 1º Ficam autorizados à administração pública de todos os entes federativos, de todos os Poderes e órgãos constitucionalmente autônomos: I - a dispensa de licitação de que tratam os incisos I e II do *caput* do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, até o limite de: b) para outros serviços e compras no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e para alienações, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;"





ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro Şão Miguel 7 1
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Entende-se que, nesse caso, o custo econômico da licitação seria superior ao benefício dela extraível.

Como escreve Marçal Justen Filho:

"A pequena relevância econômica da contratação não justifica gastos com uma licitação comum. A distinção legislativa entre concorrência, tomada de preços e convite se filia não só à dimensão econômica do contrato. A lei determinou que as formalidades prévias deverão ser proporcionais às peculiaridades e mais rápido o procedimento licitatório quanto menor for o valor a ser despendido pela Administração Pública." 8

Todavia, como o administrador público não está livre para contratar, ainda mais nas hipóteses de contratação direta, via dispensa, é necessário que certos requisitos sejam comprovados nos autos do processo de contratação direta.

Pela redação do art. 25, I c/c o art. 26, ambos da Lei 8.666/93, para que a contração seja legal é necessário: a) que o contrato deve ser firmado com a própria empresa que prestará o serviço; b) justificativa da escolha; c) justificativa do preço; e, d) publicidade da contratação.

Passa-se ao exame desses requisitos.

2.3.4.1 DAS EXIGÊNCIAS DO ART. 26, DA LEI N.º 8.666/1993

2.3.4.1.1 DO CONTRATO A SER FIRMADO COM A PRÓPRIA EMPRESA QUE PRESTARÁ O SERVIÇO

De acordo com os documentos que constam dos autos, a Secretaria de Viação e Serviços Urbanos pretende contratar a PM Pneus Comercial Ltda., CNPJ 02.013.581/0001-21, para a aquisição de pneus 14/17,5 para retroescavadeira XCMG.

2.3.4.1.2 DA JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA

A grande preocupação na interpretação das hipóteses de dispensa e inexigibilidade é a abrangência das expressões contidas no permissivo legal. Em verdade, trata-se de termos jurídicos indeterminados, que concedem, em tese, certa margem de discricionariedade ao administrador.

A proporcionalidade é princípio de envergadura constitucional que decorre do devido processo legal em sua acepção substantiva. Tem por finalidade limitar a atuação do Poder Público a parâmetros constitucionalmente aceitáveis.

A proporcionalidade deve ser analisada levando-se em conta o trinômio necessidade, adequação e proporcionalidade em sentido estrito, que são conceitos parcelares que permitem a verificação da lisura e aceitabilidade de uma conduta estatal.

Pergunta-se, então:

⁸ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 17 ed., rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 470.





ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Rua 85.560-000

-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

072

- a) há necessidade da aquisição para que cumpra com o seu objeto? A contratação é necessária para a aquisição de 02 (dois) pneus dianteiros 14-17,5 para a Máquina Retroescavadeira XCMG:
- b) há adequação entre a medida tomada e fim almejado? Há um perfeito acoplamento entre a ação e o resultado? A contratação mostra-se a escolha correta, já que a Máquina Retroescavadeira XCMG foi inclusa no patrimônio em 14/11/2019, após a conclusão do processo licitatório para a aquisição de pneus, sendo a única retroescavadeira que utiliza o tamanho de pneu 14-17,5, considerando, ainda, a grande demanda de trabalhos com o referido maquinário;
- c) há proporcionalidade em sentido estrito no que tange ao equilibrado custo benefício. As melhorias trazidas pela medida são superiores aos seus malefícios? Atendido na medida em que no orçamento repassado pela P.M Pneus Comercial Ltda. refere-se à aquisição de Pneus 14-17,5 e, se comparado com os demais orçamentos, é o de menor valor.

2.3.4.1.3 DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A Secretaria juntou orçamentos das seguintes empresas: P.M. Pneus Comercial Ltda. (R\$ 1.950,00), Auto Center Coronel (R\$ 1.980,00) e Araldi Comércio de Peças para Veículo Ltda. – ME (R\$ 2.150,00) (fls. 18/20).

Além disso, os orçamentos encontram-se datados e com a completa identificação das empresas que os forneceram e no Termo de Referência consta a informação de que o servidor Dyonatan de Césaro foi o responsável pela pesquisa de preços (fls. 16).

2.3.5 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Secretaria de Finanças emitiu parecer que há disponibilidade orçamentária para a contratação pretendida (F: 000) (fls. 21).

2.3.6 DA DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E EQUIPE DE APOIO

De acordo com o Decreto Municipal n.º 536/2019, a Comissão Permanente de Licitações está formalmente constituída (fls. 03).

2.3.7 DA POSSIBILIDADE DE CONTRATAR A PM PNEUS COMERCIAL LTDA.

Dos autos constam os seguintes documentos da Contratada:

a) habilitação jurídica: 6ª Alteração Contratual e Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral (fls. 23/30);

Página 6 de 8







CNPJ 76.995.414/0001-60

85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel **CHOPINZINHO** PARANÁ

- b) regularidade fiscal e trabalhista: Certificado de Regularidade do FGTS, Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Negativa de Débitos do Estado do Paraná e Certidão Negativa de Débitos do Município de Pato Branco (fls. 31/35);
- c) ausência de impedimentos para contratar com o Poder Público: Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ, Consulta ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, Consulta ao Cadastro de Impedidos de Licitar – TCE/PR e Declaração de ausência de parentesco e de que não está incursa nas vedações do inc. III do art. 8.666/93 (fls. 36/40).

Não obstante, recomenda-se que a Divisão de Licitações e Contratos atualize o documento de fls. 31, posto que vencido.

2.3.8 DAS MINUTAS DO EDITAL, ANEXOS E EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

As minutas do edital, anexos e do extrato para publicação (fls. 42/63), atendem às exigências previstas no art. 24, II c/c os artigos 26, 40 e 55 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Trazem seus elementos essenciais: sujeitos, objeto, condições de pagamento, dotação orçamentária, condições de revisão ou alteração do contrato, penalidades, rescisão e prazo de entrega de 10 (dez) dias e o Item VIII do Edital prescreve que a gestão da avença ficará a cargo do Secretário de Viação e Serviços Urbanos, Sr. Geraldo Olivo, e a fiscalização a cargo dos servidores Dyonatan de Césaro (titular) e Amarildo Dalle Tese (substituto).

Recomenda-se que a Divisão de Licitações e Contratos adéque as minutas do Edital e Anexos ao Termo de Referência reformulado.

2.3.9 DAS PUBLICAÇÕES

A Divisão de Licitações e Contratos deverá garantir a devida publicidade do certame, através das publicações de praxe, anexando-as aos autos.

3 DA CONCLUSÃO

ANTE O EXPOSTO, a Procuradoria Geral do Município não vê óbice no prosseguimento do Processo Licitatório n.º 184/2020 (Memorando 1Doc n.º 3.536/2020), instaurado pela Secretaria de Viação e Serviços Urbanos, com o objetivo de contratar, por dispensa, com base no art. 24, inc. II, da Lei 8.666/1993, a empresa PM PNEUS COMERCIAL LTDA., para a aquisição de pneus 14/17,5 para retroescavadeira XCMG, ao preço de R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais), desde que atendidas as seguintes recomendações:







ESTADO DO PARANÁ

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br CNPJ 76.995.414/0001-60 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel Telefone: (46) 3242-8600 CHOPINZINHO 85.560-000

PARANÁ

Secretaria de Viação e Serviços Urbanos:

Recomendação 1: adequar a redação do Termo de Referência, tendo em vista que não se trata de Ata de Registro de Preços;

Recomendação 2: o prazo de fornecimento do Item 3.1 (90 dias) está divergente do prazo constante no Item 2.1 (10 dias). A Secretaria deve deixar claro qual é o prazo de entrega do produto e qual é o prazo de vigência contratual.

Divisão de Licitações e Contratos:

Recomendação 1: atualizar as minutas do Edital e anexos ao Termo de Referência reformulado;

Recomendação 2: atualizar o documento de fls. 31, posto que vencido;

Recomendação 3: providenciar as publicações de praxe, anexando os comprovantes aos autos.

A Divisão de Licitações e Contratos deverá fiscalizar e cumprir as recomendações acima, bem assim providenciar as publicações de praxe, sendo desnecessário o retorno dos autos a esta Procuradoria, salvo se entender de maneira diversa.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Chopinzinho (PR), em 20 de agosto de 2020.

FÁBIO LUIZ SANTIN DE ALBUQUERQUE PROCURADOR GERAL DECRETO 014/2018 - OAB/PR 26.368





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 17D7-03A2-FCE1-6DB9

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

FABIO LUIZ SANTIN DE ALBUQUERQUE (CPF 913.910.409-53) em 20/08/2020 14:55:49 (GMT-03:00) Emitido por: AC SOLUTI Multipla << AC SOLUTI << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/17D7-03A2-FCE1-6DB9

REMESSA

Aos 20 dias do mês de agosto do ano de 2020, faço REMESSA dos presentes autos à **Secretaria Municipal de Viação e Serviços Urbanos**, do que lavro o presente termo.

Maria Antonia Schizzi

Auxiliar Administrativa Decreto nº 433/2018





ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

TERMO DE REFERÊNCIA

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

1 - OBJETO:

1.1 Constitui objeto deste certame, para AQUISIÇÃO DE PNEU 14/17,5 PARA RETROESCAVADEIRA XCMG, de acordo com as especificações técnicas adiante discriminadas, cabendo às Secretarias solicitantes a Fiscalização, informando se o serviço ofertado atende às exigências técnicas alvitradas.

ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL. R\$
01	Unid.	02	Pneu dianteiro 14/17,5 – 14 Ionas	1.950,00	3.900,00
			VALOR TOTAL DA PESQUISA	R\$ 3.9	00,00

SETOR REQUISITANTE: SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS FONTE DE RECURSOS: SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS

2 - PRAZO E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 2.1 Os produtos uma vez solicitados deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias após a solicitação da Administração.
- **2.2** Os produtos deverão ser entregues no pátio do parque de máquinas do Município, sito à Rua Santos Dumont, nº 3883, Bairro Frei Vito, Chopinzinho-PR, e passará por verificação da qualidade, prazo de validade e quantidade do bem fornecido e consequente aceitação pela Administração.
- **2.3** Ao contratado desta licitação cabe a total responsabilidade quanto ao correto atendimento no tocante as especificações, condições e obrigações.
- 2.4 A vigência do Contrato será de 90 (noventa) dias.

3 - DA RESPONSABILIDADE QUANTO AO ATENDIMENTO

- 3.1 Os produtos objetos desta licitação serão analisados e fiscalizados pela Secretaria solicitante.
- **3.2** Os fornecimentos julgados como mal executados deverão ser repostos pela Contratada, sem qualquer ônus para o Município.
- **3.3** O Município registrará em relatório as deficiências verificadas na execução do fornecimento, encaminhando cópias à Contratada, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Edital.
- **3.4** A adjudicatária ficará obrigada a reparar, corrigir, remover, ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções apresentadas pelos produtos fornecidos.
- **3.5** O Município reserva-se o direito de proceder diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se o licitante às cominações legais.
- 3.6 Nos termos de art. 3º combinado com o art. 39, VIII da Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1.990 Código do Consumidor são vedados o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas, pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

4 - FORMA, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- **4.1** Fica estimado o valor máximo de R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais) para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.
- **4.2** Os recursos para o pagamento do referido objeto, serão das seguintes dotações orçamentárias: Secretaria de Viação e Serviços Urbanos: 05.01.267820008.2.011.3.3.90.30 (1449) F:000
- **4.3** O **PAGAMENTO** será efetuado em até **30** (**trinta**) dias após a apresentação da Nota Fiscal, relativa aos produtos entregues, que atestadas pela Secretaria Solicitante, serão encaminhadas para a Divisão de Finanças da PREFEITURA para pagamento.
- **4.3.1** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCAE, além dos juros de mora, os cuais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.
- **4.4** Por se tratar de Contrato, a reserva orçamentária deverá ser efetuada no ato da contratação, devendo a Secretaria solicitante verificar a existência de saldo.
- **4.5** Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.
- **4.6** O MUNICÍPIO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".
- **4.7** A Nota Fiscal deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.
- **4.8** O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

5 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- **5.1** Constituem direitos do Contratante receber o objeto deste Contrato e da Contratada perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.
- **5.2.** Constituem obrigações da Contratante:
- a) efetuar o pagamento ajustado:
- b) dar à Contratada as condições necessárias para a execução do Contrato;
- 5.3. Constituem obrigações da Contratada:
- a) executar o contrato no prazo e forma ajustados;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;
- c) Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação solicitadas no edital;
- d) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

6 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

ml



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

6.1 - O CONTRATANTE se reserva o direito de fiscalização do Contrato, podendo suspender sua execução desde que não atendam as expectativas da Secretaria solicitante.

6.2 - Á gestão do Contrato gerado a partir dela ficará a cargo do Servidor Senhor Geraldo Olivo, CPF: 780.414.069-04, Secretário de Viação e Serviços Urbanos.

6.3 - A responsabilidade pela fiscalização do Contrato gerado a partir dela, ficará a cargo do Servidor Senhor Dyonatan de Césaro, CPF: 065.924.689-98, Diretor do Departamento de Viação, Almoxarifado e Frotas, e Fiscal Substituto a cargo do Servidor Senhor Amarildo Miguel Dalle Tese, CPF 749.565.409-06, estando sujeito à conferência quantitativa e posterior qualitativa na conformidade do item do objeto licitado.

6.3.1 - Compete aos responsáveis pela fiscalização comunicar ao gestor do Contrato as situações e fatos que caracterizam o descumprimento das cláusulas e anexos do Contrato, com os documentos pertinentes, para a adoção das medidas cabíveis.

6.4 - Recebido o ato de comunicação de irregularidade, compete ao gestor do Contrato proceder conforme os itens 7.8 e 9.7 deste instrumento, de acordo com a gravidade da situação e dos fatos a serem apurados.

6.5 - Com base no art. 65, §8, da Lei nº 8.666/93 e Acórdão 7487/2015/TCU, havendo necessidade de alterar o fiscal ou gestor inicialmente designado, o CONTRATANTE emitirá termo de apostilamento específico para esse fim, assinado pela autoridade competente em conjunto com novo gestor e/ou fiscal do Contrato, sendo publicado o extrato no diário oficial do município, realizando em seguida o apostilamento do ato junto ao processo originário de contratação e termos aditivos, mediante a juntada dos respectivos documentos, dando ciência à CONTRATADA através dos canais adotados pelo CONTRATANTE (e-mail, fax, etc).

7 - DA RESCISÃO

7.1 - O Contrato gerado desta Licitação poderá ser rescindido:

7.1.1 - Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da CONTRATADA, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a inexecução sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao CONTRATANTE:

7.1.2 - Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do CONTRATANTE;

7.1.3 - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE à rescisão no caso de inexecução total ou parcial do Contrato, sem prejuízo do art. 80, da Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos normativos aplicáveis.

7.2 – O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas hipóteses estabelecidas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.

7.3 - Na hipótese de rescisão por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito.

7.4 - Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

7.5 - Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente.

7.6 - Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

7.7 - A inexecução do contrato pela CONTRATADA poderá ensejar na rescisão e/ou aplicação de alguma das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria, quando verificadas as seguintes situações, dentre outras:

7.7.1 - A não entrega dos produtos contratados:

7.7.2 - Inexecução do objeto do Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao CONTRATANTE;

7.7.3 - Não atendimento das determinações da autoridade ou servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.

7.8 - Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:

7.8.1 - Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

7.8.2 - Manifestação do gestor do Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal da Secretaria solicitante, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados:

7.8.3 - Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato:

7.8.4 - Parecer da Procuradoria-Geral do Município;

7.8.5 - Decisão do Prefeito Municipal;

7.8.6 - Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;

7.8.7 - As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no item 7.7 deste Termo.

8 - DAS ALTERAÇÕES (ARTIGOS: 57 E 65 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93)

8.1 - O Contrato gerado poderá ser alterado, inclusive quanto as prorrogações de prazos de execução (Lei 8.666/93), mediante a celebração de termo aditivo e/ou apostilamento, nos casos previstos em lei, que ao contrato se aderirá passando a dele fazer parte.

8.2 - Aplica-se ao(s) Contrato(s), sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas ao objeto, previstas na Lei nº 8.666/93.

9 - DAS PENALIDADES

9.1 - Denúncias relacionadas ao não cumprimento do Contrato e seus anexos, estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação, tais como: advertência escrita, advertência escrita com prazo para correção, penalidades pecuniárias com os respectivos valores, ordem de ressarcimento, suspensão temporária, rescisão do contrato, bem como a adoção das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria.

9.2 - O CONTRATANTE decide aplicar ao Contrato gerado, na hipótese de inexecução das obrigações pela CONTRATADA, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e as

sequintes penalidades:

I - advertência escrita: quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligencia administrativa.

Ne



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

II - advertência escrita com prazo para correção: impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

III - penalidades pecuniárias:

- a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato;
- b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa:
- c) multa punitiva de 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções médias;
- d) multa punitiva de 5% (cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções graves;
- e) multa punitiva de 15% (quinze por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do Contrato, por parte da CONTRATADA, nos termos da Lei nº 8.666/93;
- f) multa punitiva de 30% (trinta por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa, praticada em conjunto com agente público.
- IV suspensão temporária da prestação de serviços: será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.
- V rescisão do Contrato: será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público, sem prejuízo das demais disposições deste Contrato.
- VI A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer razão do item anterior, implicará na apuração de perdas e danos e aplicação das demais penalidades legais cabíveis.
- **VII** O CONTRATANTE resolve aplicar ao Contrato, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.
- 9.3 Na aplicação das penalidades contratuais, será observado as disposições da Lei n° 8.666/93, quando aos procedimentos, contraditório e ampla defesa.
- 9.4 Na hipótese de aplicação das penalidades pecuniárias referidas nos itens anteriores, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite das multas aplicadas, os créditos a que teria direito.
- 9.5 Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante das penalidades pecuniárias aplicadas, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante das penalidades aplicadas, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.
- 9.6 Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente será cobrado judicialmente.
- **9.7** Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:
- **9.7.1** Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 9.7.2 Manifestação do gestor do Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal da Secretaria solicitante, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

ml



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

- 9.7.3 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato:
- 9.7.4 Parecer da Procuradoria-Geral do Município;
- 9.7.5 Decisão do Prefeito Municipal;
- 9.7.6 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;
- 9.7.7 As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no Contrato.

10 - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

- **10.1** Ambos os contratantes deverão observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
- 10.2 Para os propósitos desta Cláusula, definem-se as seguintes práticas:
- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do poder público, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o poder público promover inspeção ou auditoria.
- 10.3 Sendo o Contrato financiado, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento, convênio ou reembolso, este organismo e/ou município poderão impor sanção sobre a CONTRATADA ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo e/ou município se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da CONTRATADA, diretamente cu por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do Contrato.
- 10.4 Considerando os propósitos das cláusulas anteriores, a CONTRATADA concorda e autoriza que o organismo financeiro multilateral, bem como o município de Chopinzinho/PR, através de seu representante ou pessoas indicadas, possam inspecionar a execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do Contrato.

11 - RESPONSÁVEL PELO LEVANTAMENTO DE PREÇOS.

11.1 – Dyonatan de Césaro - Diretor do Departamento de Viação e Serviços Urbanos, CPF 065.924.689-98.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Chopinzinho, 20 de agosto de 2020.

Geraldo Olivo

Secretário Municipal de Viação e Serviços Urbanos



Memorando 6: 3.536/2020



Via 1/2

Chopinzinho/PR, 24 de Agosto de 2020 às 13:31

De:

Para:

SMVSU - Secretaria de Viação e Serviços Urbanos

,5

Geraldo Olivo - Secretario de Viação, Obras E Serviços Urbanos;

SMA-LC - Licitações e Contratos

Esta documentação faz parte do Despacho 6: 3.536/2020

O documento eletrônico contém assinatura digital



Memorando 6: 3.536/2020



Via 2/2

Chopinzinho/PR, 24 de Agosto de 2020 às 13:31

De:

Para:

SMVSU - Secretaria de Viação e Serviços Urbanos SMA-LC - Licitações e Contratos

Geraldo Olivo - Secretario de Viação, Obras E Serviços Urbanos;

Esta documentação faz parte do Despacho 6: 3.536/2020

O documento eletrônico contém assinatura digital

TERMO DE ENTREGA	Nome legível:
Recebido em:	Assinatura:
	RG/CPF:

Prefeitura de Chopinzinho - Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3811 Bairro São Miguel, CEP 85560-000 Horário de Atendimento: De segunda a sexta das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 * 1Doc * www.1doc.com.br

Impresso em 24/08/2020 13:32:15 por Geraldo Olivo - Secretario de Viação, Obras E Serviços Urbanos;

"Quer você acredite que consiga fazer uma coisa ou não, você está certo." - Henry Ford

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02.013.581/0001-21

Razão Social:P M PNEUS COMERCIAL LTDA

Endereco: AV TUPI 555 / BORTOT / PATO BRANCO / PR / 85504-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 24/08/2020 a 22/09/2020

Certificação Número: 2020082404161410873876

Informação obtida em 24/08/2020 15:43:38

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br





ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 41/2020

Processo nº 184/2020

O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO – PR, através da Comissão Permanente de Licitações, constituída pelo Decreto nº 536/2019, resolve realizar licitação na modalidade Dispensa de Licitação por Limite.

A presente Dispensa de Licitação por Limite está baseada no Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

I - DO OBJETO

- 1.1 A Secretaria de Viação e Serviços Urbanos em sua Solicitação protocolada sob o Memorando nº 3.536/2020 requer a Aquisição de Pneus 14/17,5 para Retroescavadeira XCMG, conforme descrito no Anexo I Descrição do Objeto, parte inseparável deste Edital, sendo este, portanto, o Objeto desta Dispensa de Licitação.
- 1.2 A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições aqui contratadas, acréscimos ou supressões do objeto da presente licitação, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, conforme Art. 65 da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.
- 1.3 Quaisquer alterações no termo de contrato a ser firmado entre as partes serão firmadas através de termo de aditamento.

II - DO JULGAMENTO

- 2.1 Contratação com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, sendo dispensada a realização de licitação para compras e serviços até o limite de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
- 2.2 Juntadas no mínimo três propostas de fornecedores distintos a Comissão de Licitação julgará como melhor oferta àquela que apresentar menor preço e estiver em accrdo com o Objeto citado no Item I e descrito no Anexo I deste Edital.

III - DETENTOR DA MELHOR OFERTA

Fornecedor: P.M. Pneus Comer	cial Ltda.	
Endereço: Rua Avenida Tupi, 5	55, Bairro Bortot.	
Cidade: Pato Branco	CEP: 85.504-000	U.F.: PR
CNPJ: 02.013.581/0001-21		
Representante Legal: Maurício	Garcia	
CPF: 941.210.109-06	RG: 5.262.005-8	II/PR





Município de Chopinzinho ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

IV – DA HABILITAÇÃO

- 4.1.1 Afim da comprovação da Regularidade Jurídica a Licitante detentora da melhor oferta deverá apresentar o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (e a última alteração contratual), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- 4.1.2 Afim da comprovação da Regularidade Fiscal a Licitante detentora da melhor oferta deverá apresentar:
- 4.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC).
- 4.1.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 4.1.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 4.1.2.4 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 4.1.2.5 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 4.1.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.
- 4.1.3 Caso a Licitante apresente Registro Cadastral este substituirá a documentação do item.
- 4.1.4 Declaração de Não Parentesco conforme o prejulgado nº 9 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e de que a Licitante não está incursa nas vedações do Inciso III do Art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93.
- 4.1.5 Comprovante de regularidade junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas.
- 4.1.6 Comprovante de regularidade junto ao Cadastro de Impedidos de Licitar, junto ao TCE/PR.
- 4.1.7 Certidão junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - Conselho Nacional de Justiça - CNJ.





ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

V - DA RAZÃO DA ESCOLHA

- 5.1 Com base no disposto no Art. 24 da Lei 8666/93 é facultado a Administração Pública optar pela aquisição por Dispensa de Licitação:
- 5.2.1 "Inciso II" para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27/05/98).
- 5.2.2 A Medida Provisória nº 961, de 6 de maio de 2020, altera os valores das modalidades de licitação de que tratam os incisos I e II do **caput** do art. 24 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para outros serviços e compras no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
- 5.3 A Aquisição deste processo tem valor de R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais), portanto dentro do limite estabelecido anteriormente.

VI - PRAZO E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 6.1 Os produtos uma vez solicitados deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias após a solicitação da Administração.
- 6.2 Os produtos deverão ser entregues no pátio do parque de máquinas do Município, sito à Rua Santos Dumont, nº 3883, Bairro Frei Vito, Chopinzinho-PR, e passará por verificação da qualidade, prazo de validade e quantidade do bem fornecido e consequente aceltação pela Administração.
- 6.3 Ao contratado desta licitação cabe a total responsabilidade quanto ao correto atendimento no tocante as especificações, condições e obrigações.
- 6.4 A vigência do Contrato será de 90 (noventa) dias.

VII - DA RESPONSABILIDADE QUANTO AO ATENDIMENTO

- 7.1 Os produtos objetos desta licitação serão analisados e fiscalizados pela Secretaria solicitante.
- 7.2 Os fornecimentos julgados como mal executados deverão ser repostos pela Contratada, sem qualquer ônus para o Município.
- 7.3 O Município registrará em relatório as deficiências verificadas na execução do fornecimento, encaminhando cópias à Contratada, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Edital.
- 7.4 A adjudicatária ficará obrigada a reparar, corrigir, remover, ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções apresentadas pelos produtos fornecidos.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

7.5 - O Município reserva-se o direito de proceder diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se o licitante às cominações legais.

7.6 - Nos termos de art. 3º combinado com o art. 39, VIII da Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1.990 - Código do Consumidor são vedados o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas, pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).

VIII – VALOR, FORMA, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 8.1 Fica estimado o valor máximo de R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais) para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.
- 8.2 Os recursos para o pagamento do referido objeto, serão das seguintes dotações orçamentárias: Secretaria de Viação e Serviços Urbanos: 05.01.267820008.2.011.3.3.90.30 (1449) F:000
- 8.3 O PAGAMENTO será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal, relativa aos produtos entregues, que atestadas pela Secretaria Solicitante, serão encaminhadas para a Divisão de Finanças da PREFEITURA para pagamento.
- 8.3.1 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCAE, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupanca. segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.
- 8.4 Por se tratar de Contrato, a reserva orçamentária deverá ser efetuada no ato da contratação, devendo a Secretaria solicitante verificar a existência de saldo.
- 8.5 Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.
- 8.6 O MUNICÍPIO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobranca em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".
- 8.7 A Nota Fiscal deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.
- 8.8 O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

IX – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 9.1 Constituem direitos do Contratante receber o objeto deste Contrato e da Contratada perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.
- 9.2 Constituem obrigações da Contratante:
- a) efetuar o pagamento ajustado;
- b) dar à Contratada as condições necessárias para a execução do Contrato;
- 9.3 Constituem obrigações da Contratada:
- a) executar o contrato no prazo e forma ajustados;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;
- c) Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação solicitadas no edital;
- d) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

X – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 10.1 O CONTRATANTE se reserva o direito de fiscalização do Contrato, podendo suspender sua execução desde que não atendam as expectativas da Secretaria solicitante.
- 10.2 A gestão do Contrato gerado a partir dela ficará a cargo do Servidor Senhor Geraldo Olivo, CPF: 780.414.069-04, Secretário de Viação e Serviços Urbanos.
- 10.3 A responsabilidade pela fiscalização do Contrato gerado a partir dela, ficará a cargo do Servidor Senhor Dyonatan de Césaro, CPF: 065.924.689-98, Diretor do Departamento de Viação, Almoxarifado e Frotas, e Fiscal Substituto a cargo do Servidor Senhor Amarildo Miguel Dalle Tese, CPF 749.565.409-06, estando sujeito à conferência quantitativa e posterior qualitativa na conformidade do item do objeto licitado.
- 10.3.1 Compete aos responsáveis pela fiscalização comunicar ao gestor do Contrato as situações e fatos que caracterizam o descumprimento das cláusulas e anexos do Contrato, com os documentos pertinentes, para a adoção das medidas cabíveis.
- 10.4 Recebido o ato de comunicação de irregularidade, compete ao gestor do Contrato proceder conforme os itens 7.8 e 9.7 deste instrumento, de acordo com a gravidade da situação e dos fatos a serem apurados.
- 10.5 Com base no art. 65, §8, da Lei nº 8.666/93 e Acórdão 7487/2015/TCU, havendo necessidade de alterar o fiscal ou gestor inicialmente designado, o CONTRATANTE emitirá termo de apostilamento específico para esse fim, assinado pela autoridade competente em



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

conjunto com novo gestor e/ou fiscal do Contrato, sendo publicado o extrato no diário oficial do município, realizando em seguida o apostilamento do ato junto ao processo originário de contratação e termos aditivos, mediante a juntada dos respectivos documentos, dando ciência à CONTRATADA através dos canais adotados pelo CONTRATANTE (e-mail, fax, etc).

XI - DA RESCISÃO

- 11.1 O Contrato gerado desta Licitação poderá ser rescindido:
- 11.1.1 Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da CONTRATADA, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a inexecução sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao CONTRATANTE;
- 11.1.2 Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do CONTRATANTE;
- 11.1.3 A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE à rescisão no caso de inexecução total ou parcial do Contrato, sem prejuízo do art. 80, da Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos normativos aplicáveis.
- 11.2 O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas hipóteses estabelecidas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.
- 11.3 Na hipótese de rescisão por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito.
- 11.4 Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.
- 11.5 Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente.
- 11.6 Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.
- 11.7 A inexecução do contrato pela CONTRATADA poderá ensejar na rescisão e/ou aplicação de alguma das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria, quando verificadas as seguintes situações, dentre outras:
- 11.7.1 A não entrega dos produtos contratados;
- 11.7.2 Inexecução do objeto do Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao CONTRATANTE:





CNPJ 76.995.414/0001-60 e-n

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

Telefone: (46) 3242-8600 85.560-000

- 85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ
- 11.7.3 Não atendimento das determinações da autoridade ou servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.
- 11.8 Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:
- 11.8.1 Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 11.8.2 Manifestação do gestor do Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal da Secretaria solicitante, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 11.8.3 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato;
- 11.8.4 Parecer da Procuradoria-Geral do Município;
- 11.8.5 Decisão do Prefeito Municipal;
- 11.8.6 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;
- 11.8.7 As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no item 11.7 deste Termo.

XII - DAS ALTERAÇÕES (ARTIGOS: 57 E 65 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93)

- 12.1 O Contrato gerado poderá ser alterado, inclusive quanto as prorrogações de prazos de execução (Lei 8.666/93), mediante a celebração de termo aditivo e/ou apostilamento, nos casos previstos em lei, que ao contrato se aderirá passando a dele fazer parte.
- 12.2 Aplica-se ao(s) Contrato(s), sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas ao objeto, previstas na Lei nº 8.666/93.

XIII - DAS PENALIDADES

13.1 – Denúncias relacionadas ao não cumprimento do Contrato e seus anexos, estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação, tais como: advertência escrita, advertência escrita com prazo para correção, penalidades pecuniárias com os respectivos valores, ordem de ressarcimento, suspensão temporária, rescisão do contrato, bem como a adoção das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria.





ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

- 13.2 O CONTRATANTE decide aplicar ao Contrato gerado, na hipótese de inexecução das obrigações pela CONTRATADA, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e as seguintes penalidades:
- I advertência escrita: quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligencia administrativa.
- II advertência escrita com prazo para correção: impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.
- III penalidades pecuniárias:
- a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato;
- b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;
- c) multa punitiva de 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções médias;
- d) multa punitiva de 5% (cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções graves;
- e) multa punitiva de 15% (quinze por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do Contrato, por parte da CONTRATADA, nos termos da Lei nº 8.666/93;
- f) multa punitiva de 30% (trinta por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa, praticada em conjunto com agente público.
- IV suspensão temporária da prestação de serviços: será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.
- V rescisão do Contrato: será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público, sem prejuízo das demais disposições deste Contrato.
- VI A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer razão do item anterior, implicará na apuração de perdas e danos e aplicação das demais penalidades legais cabíveis.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Rt 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

- VII O CONTRATANTE resolve aplicar ao Contrato, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.
- 13.3 Na aplicação das penalidades contratuais, será observado as disposições da Lei nº 8.666/93, quando aos procedimentos, contraditório e ampla defesa.
- 13.4 Na hipótese de aplicação das penalidades pecuniárias referidas nos itens anteriores, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite das multas aplicadas, os créditos a que teria direito.
- 13.5 Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante das penalidades pecuniárias aplicadas, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante das penalidades aplicadas, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.
- 13.6 Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente será cobrado judicialmente.
- 13.7 Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:
- 13.7.1 Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 13.7.2 Manifestação do gestor do Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal da Secretaria solicitante, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 13.7.3 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato;
- 13.7.4 Parecer da Procuradoria-Geral do Município;
- 13.7.5 Decisão do Prefeito Municipal;
- 13.7.6 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;
- 13.7.7 As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no Contrato.





ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

XIV - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

- 14.1 Ambos os contratantes deverão observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
- 14.2 Para os propósitos desta Cláusula, definem-se as seguintes práticas:
- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do poder público, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o poder público promover inspeção ou auditoria.
- 14.3 Sendo o Contrato financiado, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento, convênio ou reembolso, este organismo e/ou município poderão impor sanção sobre a CONTRATADA ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo e/ou município se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da CONTRATADA, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do Contrato.
- 14.4 Considerando os propósitos das cláusulas anteriores, a CONTRATADA concorda e autoriza que o organismo financeiro multilateral, bem como o município de Chopinzinho/PR, através de seu representante ou pessoas indicadas, possam inspecionar a execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do Contrato.

XV - DO PROSSEGUIMENTO

15.1 – A Comissão Permanente de Licitações encaminha à Procuradoria Geral do Município e requer que seja, conhecida a necessidade da aquisição, os autos sejam analisados e que a Procuradoria posicione-se em relação ao mérito emitindo Parecer Jurídico.



CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

> Alvaro Dênis Ceni Scolaro Prefeito

> > Josiane Moschen Presidente da CPL



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

Anexo - I - Descrição do Objeto

1.1 Constitui objeto deste certame, para AQUISIÇÃO DE PNEU 14/17,5 PARA RETROESCAVADEIRA XCMG, de acordo com as especificações técnicas adiante discriminadas, cabendo às Secretarias solicitantes a Fiscalização, informando se o serviço ofertado atende às exigências técnicas alvitradas.

ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL. R\$
01	Unid.	02	Pneu dianteiro 14/17,5 – 14 Ionas	1.950,00	3.900,00
			VALOR TOTAL DA PESQUISA	R\$ 3.	900,00



Município de Chopinzinho ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

REF. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 41/2020

Tendo em vista o Parecer da Comissão de Julgamento e da Procuradoria Municipal, que apuraram o resultado do Processo de Dispensa de Licitação por Limite nº 41/2020, eu, ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO, Prefeito, torno pública a RATIFICAÇÃO do procedimento em epígrafe e a ADJUDICAÇÃO do objeto da seguinte forma:

EMPRESA	CNPJ	VALOR TOTAL R\$
P.M. PNEUS COMERCIAL LTDA	02.013.581/0001-21	3.900,00

Conforme proposta.

É a decisão.

Gabinete do Prefeito de Chopinzinho - PR, 24/08/2020.

Alvaro Dênis Ceni Scolaro Prefeito



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

Espécie: Extrato do Contrato nº 266/2020. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: P.M. Pneus Comercial Ltda. CNPJ: 02.013.581/0001-21. Objeto: Aquisição de Pneus 14/17,5 para Retroescavadeira XCMG. Valor: R\$ R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais). Origem: Dispensa de Licitação nº 41/2020. Fundamento Legal: Artigo 24 da Lei 8.666/93. Elemento de despesa: (1449) FONTE 000. Data da assinatura 24/08/2020. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Maurício Garcia, pela Empresa.



CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

CONTRATO Nº 266/2020

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO E A EM-PRESA P.M. PNEUS COMERCIAL LTDA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 76.995.414/0001-60, estabelecida na Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, na cidade Chopinzinho - PR, representada por seu Prefeito, Senhor Álvaro Dênis Ceni Scolaro, portador do CPF nº 009.378.889-40 e do RG nº 8.124.995-4 SSP/PR, residente e domiciliado, na cidade de Chopinzinho - PR, ora denominado CONTRATANTE.

CONTRATADA: P.M. PNEUS COMERCIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Avenida Tupi, 555, Bairro Bortot, no Município de Pato Branco - Paraná, CEP 85.504-000, inscrita no CNPJ: 02.013.581/0001-21, telefone (46) 3220 4050, neste ato representado pelo Senhor Maurício Garcia, portador do CPF 941.210.109-06 e RG 5.262.005-8 II/PR, ora denominada CONTRATADA.

Por este instrumento de Contrato e de acordo com a Dispensa de Licitação nº 41/2020, Processo Licitatório nº 184/2020, as partes acima mencionadas tem contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 Constitui objeto deste certame, para AQUISIÇÃO DE PNEU 14/17,5 PARA RETROESCAVADEIRA XCMG, de acordo com as especificações técnicas adiante discriminadas, cabendo às Secretarias solicitantes a Fiscalização, informando se o serviço ofertado atende às exigências técnicas alvitradas

ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL. R\$
01	Unid.	02	Pneu dianteiro 14/17,5 - 14 lonas	1.950,00	3.900,00
			VALOR TOTAL DA PESQUISA	R\$ 3	.900,00

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR, FORMA, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO OR-CAMENTÁRIA

- 2.1 Fica estimado o valor máximo de R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais) para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.
- 2.2 Os recursos para o pagamento do referido objeto, serão das seguintes dotações orçamentárias: Secretaria de Viação e Serviços Urbanos: 05.01.267820008.2.011.3.3.90.30 (1449) F:000
- 2.3 O PAGAMENTO será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal, relativa aos produtos entregues, que atestadas pela Secretaria Solicitante, serão encaminhadas para a Divisão de Finanças da PREFEITURA para pagamento.
- 2.3.1 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCAE, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.
- 2.4 Por se tratar de Contrato, a reserva orçamentária deverá ser efetuada no ato da contratação, devendo a Secretaria solicitante verificar a existência de saldo.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru

85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

- 2.5 Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.
- 2.6 O MUNICÍPIO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".
- 2.7 A Nota Fiscal deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.
- 2.8 O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia.
- 2.9 A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições aqui contratadas, acréscimos ou supressões do objeto da presente licitação, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, conforme Art. 65 da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA QUALIDADE

3.1 - A contratada fica obrigada à entregar os produtos/serviços de primeira qualidade sendo de responsabilidade da contratada o uso de equipamentos e profissionais qualificados.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 4.1 Os produtos uma vez solicitados deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias após a solicitação da Administração.
- 4.2 Os produtos deverão ser entregues no pátio do parque de máquinas do Município, sito à Rua Santos Dumont, nº 3883, Bairro Frei Vito, Chopinzinho-PR, e passará por verificação da qualidade, prazo de validade e quantidade do bem fornecido e consequente aceitação pela Administração.
- 4.3 Ao contratado desta licitação cabe a total responsabilidade quanto ao correto atendimento no tocante as especificações, condições e obrigações.
- 4.4 A vigência do Contrato será de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE QUANTO AO ATENDIMENTO

- 5.1 O prazo de fornecimento dos produtos objeto desta licitação é de 90 (noventa) dias, sempre mediante a requisição expedida pela Administração Municipal.
- 5.2 Os produtos objetos desta licitação serão analisados e fiscalizados pela Secretaria solicitante.
- 5.3 Os fornecimentos julgados como mal executados deverão ser repostos pela Contratada, sem qualquer ônus para o Município.
- 5.4 O Município registrará em relatório as deficiências verificadas na execução do fornecimento, encaminhando cópias à Contratada, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Edital.
- 5.5 A adjudicatária ficará obrigada a reparar, corrigir, remover, ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções apresentadas pelos produtos fornecidos.
- 5.6 O Município reserva-se o direito de proceder diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se o licitante às cominações legais.

\$

9.

9G

2

ml



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

5.7 – Nos termos de art. 3º combinado com o art. 39, VIII da Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1.990 – Código do Consumidor são vedados o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas, pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).

CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 6.1 Constituem direitos do Contratante receber o objeto deste Contrato e da Contratada perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.
- 6.2 Constituem obrigações da Contratante:
- a) efetuar o pagamento ajustado;
- b) dar à Contratada as condições necessárias para a execução do Contrato;
- 6.3 Constituem obrigações da Contratada:
- a) executar o contrato no prazo e forma ajustados;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;
- c) Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação solicitadas no edital;
- d) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

- 7.1 O Contrato gerado desta Licitação poderá ser rescindido:
- 7.1.1 Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da CONTRA-TADA, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a inexecução sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao CONTRATANTE;
- 7.1.2 Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do CONTRATANTE;
- 7.1.3 A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE à rescisão no caso de inexecução total ou parcial do Contrato, sem prejuízo do art. 80, da Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos normativos aplicáveis.
- 7.2 O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas hipóteses estabelecidas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.
- 7.3 Na hipótese de rescisão por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito.
- 7.4 Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

B

11

* a



CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

- 7.5 Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmen-
- 7.6 Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.
- 7.7 A inexecução do contrato pela CONTRATADA poderá ensejar na rescisão e/ou aplicação de alguma das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria, quando verificadas as seguintes situações, dentre outras:
- 7.7.1 A não entrega dos produtos contratados;
- 7.7.2 Inexecução do objeto do Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao CON-TRATANTE:
- 7.7.3 Não atendimento das determinações da autoridade ou servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.
- 7.8 Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:
- 7.8.1 Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 7.8.2 Manifestação do gestor do Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal da Secretaria solicitante, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apura-
- 7.8.3 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Con-
- 7.8.4 Parecer da Procuradoria-Geral do Município:
- 7.8.5 Decisão do Prefeito Municipal;
- 7.8.6 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;
- 7.8.7 As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no item 7.7 deste Termo.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES (ARTIGOS: 57 E 65 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93)

- 8.1 O Contrato gerado poderá ser alterado, inclusive quanto as prorrogações de prazos de execução (Lei 8.666/93), mediante a celebração de termo aditivo e/ou apostilamento, nos casos previstos em lei, que ao contrato se aderirá passando a dele fazer parte.
- 8.2 Aplica-se ao(s) Contrato(s), sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas ao objeto, previstas na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 - Denúncias relacionadas ao não cumprimento do Contrato e seus anexos, estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação, tais como: advertência escrita, advertência escrita com prazo



ESTADO DO PARANÁ

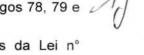
CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Rua N

85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

para correção, penalidades pecuniárias com os respectivos valores, ordem de ressarcimento, suspensão temporária, rescisão do contrato, bem como a adoção das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria.

- 9.2 O CONTRATANTE decide aplicar ao Contrato gerado, na hipótese de inexecução das obrigações pela CONTRATADA, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e as seguintes penalidades:
- I advertência escrita: quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligencia administrativa.
- II advertência escrita com prazo para correção: impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.
- III penalidades pecuniárias:
- a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato:
- b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;
- c) multa punitiva de 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções médias;
- d) multa punitiva de 5% (cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções graves;
- e) multa punitiva de 15% (quinze por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do Contrato, por parte da CONTRATADA, nos termos da Lei nº 8.666/93;
- f) multa punitiva de 30% (trinta por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa, praticada em conjunto com agente público.
- IV suspensão temporária da prestação de serviços: será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.
- V rescisão do Contrato: será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público, sem prejuízo das demais disposições deste Contrato.
- VI A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer razão do item anterior, implicará na apuração de perdas e danos e aplicação das demais penalidades legais cabíveis.
- VII O CONTRATANTE resolve aplicar ao Contrato, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.
- 9.3 Na aplicação das penalidades contratuais, será observado as disposições da Lei nº 8.666/93, quando aos procedimentos, contraditório e ampla defesa.











ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

- 9.4 Na hipótese de aplicação das penalidades pecuniárias referidas nos itens anteriores, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite das multas aplicadas, os créditos a que teria direito.
- 9.5 Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante das penalidades pecuniárias aplicadas, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante das penalidades aplicadas, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.
- 9.6 Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente será cobrado judicialmente.
- 9.7 Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:
- 9.7.1 Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 9.7.2 Manifestação do gestor do Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal da Secretaria solicitante, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados:
- 9.7.3 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato:
- 9.7.4 Parecer da Procuradoria-Geral do Município:
- 9.7.5 Decisão do Prefeito Municipal;
- 9.7.6 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;
- 9.7.7 As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 10.1 O CONTRATANTE se reserva o direito de fiscalização do Contrato, podendo suspender sua execução desde que não atendam as expectativas da Secretaria solicitante.
- 10.2 A gestão do Contrato gerado a partir dela ficará a cargo do Servidor Senhor Geraldo Olivo, CPF: 780.414.069-04, Secretário de Viação e Serviços Urbanos.
- 10.3 A responsabilidade pela fiscalização do Contrato gerado a partir dela, ficará a cargo do Servidor Senhor Dyonatan de Césaro, CPF: 065.924.689-98, Diretor do Departamento de Viação, Almoxarifado e Frotas, e Fiscal Substituto a cargo do Servidor Senhor Amarildo Miguel Dalle Tese, CPF 749.565.409-06, estando sujeito à conferência quantitativa e posterior qualitativa na conformidade do item do objeto licitado.
- 10.3.1 Compete aos responsáveis pela fiscalização comunicar ao gestor do Contrato as situações e fatos que caracterizam o descumprimento das cláusulas e anexos do Contrato, com os documentos pertinentes, para a adoção das medidas cabíveis.

gestor do Contrato as situa-





CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600

85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

10.4 - Recebido o ato de comunicação de irregularidade, compete ao gestor do Contrato proceder conforme os itens 7.8 e 9.7 deste instrumento, de acordo com a gravidade da situação e dos fatos a serem apurados.

10.5 - Com base no art. 65, §8, da Lei nº 8.666/93 e Acórdão 7487/2015/TCU, havendo necessidade de alterar o fiscal ou gestor inicialmente designado, o CONTRATANTE emitirá termo de apostilamento específico para esse fim, assinado pela autoridade competente em conjunto com novo gestor e/ou fiscal do Contrato, sendo publicado o extrato no diário oficial do município, realizando em seguida o apostilamento do ato junto ao processo originário de contratação e termos aditivos, mediante a juntada dos respectivos documentos, dando ciência à CONTRATADA através dos canais adotados pelo CONTRATANTE (e-mail, fax, etc).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

- 11.1 Ambos os contratantes deverão observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
- 11.2 Para os propósitos desta Cláusula, definem-se as seguintes práticas:
- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato:
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer precos em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do poder público, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o poder público promover inspeção ou auditoria.
- 11.3 Sendo o Contrato financiado, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento, convênio ou reembolso, este organismo e/ou município poderão impor sanção sobre a CONTRATADA ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo e/ou município se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da CONTRATADA, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do Contrato.
- 11.4 Considerando os propósitos das cláusulas anteriores, a CONTRATADA concorda e autoriza que o organismo financeiro multilateral, bem como o município de Chopinzinho/PR, através de seu representante ou pessoas indicadas, possam inspecionar a execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - O CONTRATANTE fica expressamente eximido de qualquer responsabilidade - seja ela direta, solidária ou subsidiária -, na hipótese de inexecução dos serviços pela CONTRATADA.



CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

Chopinzinho - PR, 24/08/2020.

- 12.2 O CONTRATANTE fica expressamente eximido de qualquer responsabilidade seja ela direta, solidária ou subsidiária -, com eventuais obrigações fiscais, administrativas, cível, penal, trabalhista, previdenciária, contratual, bem como pelo adimplemento de obrigações com impostos, tarifas, taxas, licencas, pagamento de fornecedores e salários, entre outros encargos, sendo de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA o adimplemento de tais obrigações.
- 12.3 Eventual condenação do CONTRATANTE com relação ao previsto nos itens anteriores, ensejará na automática retenção dos valores do presente Contrato, independentemente de comunicação prévia, renunciando a CONTRATADA qualquer alegação de direito e defesa.
- 12.4 As questões omissas serão resolvidas de comum acordo entre as partes, de acordo com a Lei n° 8.666/93.
- 12.5 Fica vedada a CONTRATADA, sem anuência prévia e expressa do CONTRATANTE, a cessão ou transferência do presente Contrato, no todo ou em parte a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

13.1 - A publicação resumida do instrumento deste Contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo CONTRATANTE até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. Elege-se o foro da Comarca de Chopinzinho/PR para dirimir quaisquer dúvidas fundadas neste Contrato.

14.2. E	por es	tarem	cientes	de toda	s as	cláusul	as e	anexos.	justos	e acc	ordados,	os contr	atantes
firmam	o prese	ente in	strumer	nto em ()4 (q	uatro) v	ias c	le igual	teor e f	orma,	para os	devidos	efeitos
legais.					_						\supset		

Município de Chopinzinho Álvaro Denis Ceni Scolaro - Prefeito **Contratante** 101aio auncio P.M. Pneus Comercial Ltda Maurício Garcia - Représentante Legal Contratada

Geraido Olivo	
Gestor do Contrato	
41	
Dyonatan de Cesaro	
Fiscal do Contrato	
1 1/2 1/2 1/25	
Amarido Miguel Dalle Tese	-

Fiscal Substituto

Testemunhas:

NOME:	NOME:	
CPF:	CPF:	

THE	PROHUTS/GENORIÇÃO	HARCA	QTDE.	WHID.	MNE (NA)	175H (88)
19	ARRESTA LIVE	PRINCERO	21	UNIX	1,34	106,27
118	DESERVENADELRA METALLICA DENVADA, CASO AMERTO MEDINOS LINET em	THOMPSON	- 5	13901	11,49	67.15
117	DELINATE (LOCKENTE), COMPOSIÇÃO, MESTURA BACANCIASIA DE ALZOOIS, ESTURES, TEDA MOUMO DE PIA DE CESTO	PROCE	et:	1,940	7,79	376,51
117	DESCRIPTION OF SERVICE CONCURS ASSESSED A S. S.	TI-CHESON .	1/8	UNK	17,49	174,90
136	DESCRIPE SERVA CERCULAR VERSA Y LUX	THOMPSON	3/0	UNE	14,90	314,59
131	STREET COMPANY AND A 2.50 y 75,0 mm - 6744 MIXTHD 11,000, WHY CACAD ANY CONCRESSOR Y CONSTRUCTOR COME, BY GROW, - CORTS STEET	1H0HH009	10	unn	29,69	145,35
166	DESCRIPTION OF THE PERSON OF THE PERSON OF	VENTORNOS.	100	UND	84,50	\$ 515,36
121	PO PLEASURE, WHILE	TECHNIC	1200	95	1.39	1,393,00
179	FIGURESTING, & MAR	75CH10	Epido	M	7.21	2,136,00
185	CONDICIONACION CHINATE PARA CENTRU DE	JUME:	pe.	180	1,80	136,00
201	LIMPACIA COMPACTA PLACESCRAFE, 3C MICT'S 127 (SSL70)	BONN	310	180	6,77	8,591,50
234	LAMPACIA LETT BLAJBO LZ WARTER 6, SUITE BORCK T	80/09	500	1790	1,84	604,00
211	LAMPADA LEU BLOSO 9 WATTS A SHIW BINDLE	8700	200	UNC	5,05	5314,01
291	LIMPARRIA (CREAR), DE ERRUTER PARA 2 LIMPADAS PLUMBISCENTES DE 40 auma, COM LIMPADAS E REATOR E PANAPUROS DE FISAÇÃO	X386	29	19407	142.97	8-121.50
147	SERIES MILE TRUBO DUPLO 1" - 1.1/4" - 1.1/2"	PLASBOHR.	- 17Y	1/14/17	9,70	

de Mis de Registro de Proços e die **85 18.546,95 (Daposto MI**) a Neumantea e Quarenta e Min Hazis e de Cantavaso. As dipartina asima alla collimadas, protendo hapier variogico, contrario a displantia da Administratio.

1992.

delició de prosper explativades relor atrição e Abronostrução a firmar an construição que divise publicio autor-cidarios de avellenção de licitação extendia que a construção presentes, memo escepción os hiministicos autor-cidarios e a particidade de apullados de consciliar.

a a particidade de maisministica de construição de la publicidad de construição de la productiva de las construiçãos de construição de la publicidad de la productiva de las construições de la publicidad de la productiva del productiva de la productiva del productiva de la productiva de la productiva del produ

RELIGIN ARTONED PEVERSANT

MUNICIPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - PE - CNP2 SO 874 100/2001-84

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PRECOS Nº 112/2020

Treasure voluments on REVIEW 2- HERNOLOGISON (RV. 1-998/2023)

VERTICAL 3.1. (DEPT) HERNS (RV. 1-998/2023) 2.7 (20/2023)

DETENTIONAL A.1. (1901.1-2807 COMERCIO OC GAS TOR - F.PF - C.RP). 3.3.29-8.256/9000-78.

DETENTIONAL A.1. (1901.1-2807 COMERCIO OC GAS TOR - F.PF - C.RP). 3.3.29-8.256/9000-78.

DETENTIONAL A.1. (1901.1-2807 COMERCIO OC GAS TOR - F.PF - C.RP). 3.3.29-8.256/9000-78.

DETENTIONAL A.1. (1901.1-2807 COMERCIO OC GAS TOR - C.RP). 3.3.29-8.256/9000-78.

DETENTIONAL A.1. (1901.1-2807 COMERCIO OC GAS TOR - C.RP). 3.3.29-8.256/9000-78.

DETENTIONAL A.1. (1901.1-2807 COMERCIO OC GAS TOR - C.RP). 3.3.29-8.256/9000-78.

DETENTIONAL A.1. (1901.1-2807 COMERCIO OC GAS TOR - C.RP). 3.3.29-8.29-8.29-8.

DETENTIONAL A.1. (1901.1-2807 COMERCIO OC GAS TOR - C.RP). 3.3.29-8.29-8.

DETENTIONAL A.1. (1901.1-2807 COMERCIO OC GAS TOR - C.RP). 3.3.29-8.29-8.

DETENTIONAL A.1. (1901.1-2807 COMERCIO OC GAS TOR - C.RP). 3.3.29-8.29-8.

DETENTIONAL A.1. (1901.1-2807 COMERCIO OC GAS TOR - C.RP). 3.3.29-8.29-8.

DETENTIONAL A.1. (1901.1-2807 COMERCIO OC GAS TOR - C.RP). 3.3.29-8.

DETENTIONAL A.1. (1901.1-2807 COMERCIO OC GAS TOR - C.RP). 3.3.29-8.

DETENTIONAL A.1. (1901.1-2807 COMERCIO OC GAS TOR - C.RP). 3.3.29-8.

DETENTIONAL A.1. (1901.1-2807 COMERCIO OC GAS TOR - C.RP). 3.3.29-8.

DETENTIONAL A.1. (1901.1-2807 COMERCIO OC GAS TOR - C.RP). 3.3.29-8.

DETENTIONAL A.1. (1901.1-2807 COMERCIO OC GAS TOR - C.RP). 3.3.29-8.

DETENTIONAL A.1. (1901.1-2807 COMERCIO OC GAS TOR - C.RP). 3.3.29-8.

DETENTIONAL A.1. (1901.1-2807 COMERCIO OC GAS TOR - C.RP). 3.3.29-8.

DETENTIONAL A.1. (1901.1-2807 COMERCIO OC GAS TOR - C.RP). 3.3.29-8.

DETENTIONAL A.1. (1901.1-2807 COMERCIO CO

de sund de Projet Devictes et PACADO, des la SERIO.

GESCRIÇÃO DOS ITEMS QTOC. UNID. MARCA VALOR VALOR VALOR (RS) __ITEM (RS)

GESCRIÇÃO DOS ITEMS QTOC. UNID. MARCA __UNIL.(RS) __ITEM (RS)

ROUGE ULTRADAS __ITEM (RS) __ITEM (RS) all Df (III-P) (Jake to Cumhel | 12 | Stript | (ITRAIAS) | 214-27 | 24-25-25 | 15 All of Gridge | (ITRAIAS) | 214-27 | 24-25-25 | 15 All of Gridge | 16 Project 6-16 RE 5-52-53 (Cinco Mil a bissanchos e Vinite a Quarter Renice Commo Challeson | 16 Project 6-16 RE 5-52-53 (Cinco Mil a bissanchos e Vinite a Quarter Renice Commo Challeson | 16 Project 6-16 P

To date that it is not received.)

Character Committee Committee and a size administre, proceed not or variables, parameter a structure of Committee Committee and a size administre of Committee C

NILSON ANTONIO FEVERSANI. Profess Managail

MUNICIPIO DE SAIDADE EN EDITAD ESTADO DO PARANA
ESTADO TO PARANA
TERMO ADTINO CONTRATO Nº 007/2017.

Termo Adrivo ao Centrado nº 007/2020.
TERMO ADTINO CONTRATO Nº 007/2017.

Termo Adrivo ao Centrado nº 1007/2020.
TERMO ADTINO CONTRATO Nº 007/2017.
TO CONTRATO Nº 007/2020.
TERMO ADTINO CONTRATO Nº 007/2020.
TERMO DE SALDADE DO TICO Nº 007/2020.
TERMO DE SALDADE DO TICO Nº 007/2020.
TERMO Nº 007/2020.

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº. 102/2020 (Vinculado a Inexigibilidade nº. 027/2020) CONTRATANTE: Prefeirura Municipal de Renascenço CONTRATADA; Jair dos Santos

OBJETO: Credenciamento de interessados para fornecimento de cursos de ados aos serviços de recuperação e conservação de estradas

e urbanas.
VALOR: ES 22.350.00 (vinte e dois mil trezentos e cirquenta reais).
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 28 de agosto de 2020.
FORO: Comarca de Matmeleiro, Estado do Paraná.
Renascença, 28 de agosto de 2020.

Lessir Canan Bortoli Prefeito Municipal

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 101/2020

(Vinculado a Inexigibilidade nº 026/2020)

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Remascença CONTRATADA: Clinica Medica Mais Saúde Para Você Eireli OBLETO: Credenciamento de empresas para prestação de serviços de plantã-médico, para atendimento no fundo municipal de saúde noste municipio de

Renascença. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 28 de agosto de 2020. FORO: Comarca de Marmeleiro, Estado do Paruná

Renascença, 28 de agosto de 2020

ENTRATO PARA PUBLICAÇÃO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 100/2020

(Vinculado a înexigibilidade nº 025/2020) CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Renascenca CONTRATADA: Algenir dos Santos Guedes Eireli OBJETO: Credencia

Credenciamento de empresas para prestação de serviços de plantão a atendimento no fundo municipal de saúde neste municipio de

Remascença.
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 28 de agosto de 2020.
FORO: Comarca de Marmeleiro, Estado do Parana.
Remascença, 28 de agosto de 2020.
Lessir Canan Bortoli

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 038/2020 - PMM

CONTRATADO: CLEITON MIGUEL SCHIAVINI

OBJETO: Aquisição de 1600 (hum mil e seiscentos) máscaras para realizar campanha de conscientização da população em atendimento a solicitação da Secretaria de Saúde da Prefeitura

VALOR: RS 6 208 00 (Seis mil. duzentos e gito reais).

DATA: 28 de agosto de 2020.

Mangueirinha 28 de agosto de 2020. PUBLIQUE-SE Setor de Licitações

CIRUSPAR (ale)

Edital de Convocação ASSIEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

do Consdecio Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgância de Sudos O Presidente de Comedicio Interminicipal de Saúde da Rode de Unglanda de Budeseis de Parana - CRUSARA, (la filla) cambie hodion, no uno das stribujões logais quat ha sidu confedea estatulariemente e, em conformadore com o que estabelece a ciduada 10º inclisa (li dir Reina) di dir Reina). COMVOCA de representateire logas dos municipos consociados, para participament da ASSEMBLEAS CORNAL EXTRAGORDIAMANA a resistance no dia O de de setembre da 2000, e sente fere », excepcionelmente de fuma vetad por noto da pitadiuma zoom tressentida de seite de AMSOP em Francisco Detribo. PRI, sandro o tink da reuniñac divagedo eus preleños son de antes da assentiñea, sos prenezo composiçõe ao 30000 com a presença de quinum minimo de 20 des consistracios agras a vidar e, sen segundas consunçaçõe ao 6000 com queluyem número de vorsentes confurse quorum assibilidado na cidaduda 11º do acidado, pura deliberemes suche a segundo posicilidad por como assibilidado.

- Pencrama geral do conobroli
- Attoração do Currento de Reter
- Crisção de vages para as roves Rasse

Assurba Gersia.
 Ségundo estabelece a Cibinula 12º do participando da Assamblea Gasal na Chiefes de Proter Execubide de cada este federado comunicado, no impossibilidade do prefeito compressor, deve provincirca a procuração, suboligando produce de impresentação e vida e encarrente fai, por a-mail amespacificantigas popular e efectos e original pelo cortem.

Posse or Conversable

A Presidente do Circtóso Numbrosi do Fortido Verde - Soudone do ignieça - PR - Nuncipot - PV do Município de Sevidade de Iguaço, no rermos do Lei nº 7:304/77 a cm. 52 e 105 do Erfoturo do Faños CONVOCA pala presente edital todos os convencionais deste diletários do Partido Verde - Saudade do Iguado - PR - Municipial - PV, aprios a votor, para a Convenção Mineciral, que será realizada no sia 12 de setembro de 3000, com início as 09:00 horas, quando será realitado a primeira consecção, e às 09:30 horas, quando será realitado a segunda convicuiçõe, se necessóna, e ancomananto às 14:00 horas, no Rua Patre Felipe Siera, 845, Canlins, na cidade de Sasidade do Iguaça - FE comio sessuritei

ORDEN DO DIA

ELETIVOS DAS ELECÕES MUNICIPAS DE 2020 E SORTEIO DOS RESPECTIVOS. SUMPOS PARA OS CANDIDATOS A VERSAS

DELIBERAÇÃO SOMP PROPOSTA DE COUGAÇÕES COM OUTRAS

DELEGIAÇÃO DE PODERES PARA A COMISSÃO EXECUTI UNICIPAL PARA TRATAR DE TEMAS UGADOS ÁS ELLIÇÕES DILIBERAÇÃO ALÉM DE OUTRAS MATÉRIAS CONEXAS.

Saudode do lavacu. 26 de agosto de 2020.





Conselho Municipal de Assistência Social

Lai Municipal nº 139/80 e Lai Municipal nº 1,304/2011

Amadrilo Historial Silinci, nº 8/53 - 6/57 86,3708-600

- Penna (60) 2530-9001 - Dropolamo Sfilante - Pa. Itapejara D'Oeste

incorepatibilidade manufa Manispal de Assistência Social – CMAS de Municipio de Itapajara ste – PR, no uso das atribuições que The confere a Lis Municipal nº 53696 e Municipal nº 1204/2018, de 17 de novientes de 2010. 3.4.%:

EBOLVE:

1. 1º - Aprilvar a alteração Plans de ação do PPAS I nos itans elesas:

- Sanigo de Proteção Social Bésica - PAS:

- Sanigo de Proteção Social Básica no domicilio para pessoa con deficiencia.

Service e interes.

Service de Protoção Sobre.

PSC.

pura D'Overie, 28 de aposto do 2020.

Solange de Souze Azerado

Presidente do CMAS es. Los de Proteção Social Especial de Medida Socioeducativa - LA a

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Odo presidente Albar Jane Gassavetti. 19 una 201 dell'uniono, que la una 192 dell'uniono, que la una 192 dell'uniono, que la una 192 dell'uniono pue la una 192 dell'uniono pue la una 192 della 1980/93 il administra puestrorina, a vetti do parocol carchivava esenata puna Correguio de uniono della contrata della contrata

IMMENTILE

ORIGORANIMENTO DE PERSOAS JURIDICAR DA AREA DE SAUDE PAIA

PRIESTAÇÃO DE SERNIÇÕE MEDICOS AMBILIATORIAR E MITIVAÇOS LE APORZA

UNAZUMISE E TETRAPIA (ACOTE ASSENDED AS SIGNIFICADOS ASSENDEDES DE APORTA A

LIACINADAS E CONSENT.

 OTRAINER CLIRER DE ORTOR E
 OR. Guardiante VI. Unitarie
 Total data Base

 PRESENÇÃO DE EXPRIÇOS DE APOSO A CIANOSIOSE
 SERV
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 12,000
 <td

Descripto de Origina Descripto de Computar de Comp

CONSORCIO INTERM INICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE RATIFICAÇÃO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 37/2020

Fundamentado nos en. 25 de Lei de Lictorijas en 1861693, RATIFICO à inexapilidado en 37.0020, para la CRECENCIAMENTO DE PESSAS JURIDICAS DIA A JEA DE SALDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAIS E SERVIÇOS DE APOLO À DIAGNOSE E TERAPIA (SADT), distinado ao atendimento aos usuatrios oriundos dos municípios cursondados ao CONIMS. Valor Global: 230.400.00

Detarás: 02 001 10 302 0002 2002 3 3 90 39 00 28/08/2020

Altair José Gasp wetto

Ejokox Ejostis do 4º Temo Aditho à Alls de Registro de Piscos nº 133/2020. Contratamo: Manolpio de Chepetando-Pro activista AUTO POSITO DA XV LTDA CREJ Nº 185/3/700000140. Cogles: Revisió de propie care fundament nº activista de la Carlo de Carlo de Servicio de 181 de filma 17, nº aci el 58/983. Estos e albo manegarido conforme sopie filma 10° - Combantina 1700 Gasalina Comun. Poell. – Valar Utaliana 173 1/16/07. People Presental 3/70/06. directio Lugal Angles et tracini el dienio "7", la la 17-deard 18/98/07. Desi de Servicio Presenta Autorita Delho Cor Scolaro pelo Manolpo, tem Tesportra Disnostra i el Manistano Vergina Berlanda Pressis pela empresa Autorita.

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO REF. DISPENSA DE LICITAÇÃO № 41/2020

Tendo em visto o Preserce da Comissão de Julgaminto e da Procuradora Municipal, qué apuraram o resultado de visto preserce da Comissão de Julgaminto e da Procuradora Municipal, qué apuraram o resultado do Processo de Dispensa de Licitação por Limite nº 41/2020, eu, ALVARO DENIS CENI SCOLARO, Prefeto, tomo pública a RATIFI-AÇÃO do procedimento em epligrafe e a ADJUDICAÇÃO do cojeto da seguinte forma:

EMPRESA	CNPJ	VALOR TOTAL R\$
P.M. PNEUS COMERCIAL LTDA	02:013:581/0001-21	3.900,00

Conforme proposta. É a docisilio. Gabinete do Prefeito de Chopinzinho - PR, 24/08/2020, Álvaro Dánis Ceni Scolaro Prefeito

Espécia Extrato de 4º Terres Adrive II Aza de Respons de Pieços de 1920/200 Currentarios Municipio de Chopocurres-PR. Commissio de Conhesia des Conhesia Mari Lista (AGU IIº 75 6/6/18/50/03/24). Cipiato Revisão de preça com Internativo ext. 14 de Obestrois Missional de 1950/210 ext. 6/3 sinhe 3º d. que la Bestro José con la Missiona conforme sejare familitá Commissiona de 1950/210 ext. 6/3 sinhe 3º d. que la Bestro José conhesia de Internativo extra de 1950/210 ext. 6/3 sinhe 3º d. que la Conhesia de Internativo extra de 1950/210 ext. 6/3 sinhe 3º d. que la Conhesia de 1950/200 extra de 1950/200 ext

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 79/2020 - PROCESSO Nº

170/2020 O Municipio de Pato Branco, através da pregoeira Liciane Cristina Puttkamer, designada pela Administração Municipal através da Portaria n.º 324/2020, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão Eletrônico contendo itens de participação exclusiva para microempresax e empresas de pequeno porte e item de ampla participação de empresas em geral, objetivando a Contratação de empresa para aquisição de adornos na:alinos para a decoração de Natal de Pato Branco, atendendo as necessida-les do Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sendo a licitação do tipo "menor preço", com critério de julgamento "menor preço por item", em conformidade com as disposições corridas na Lei nº 10,520/2002, Decreto Municipal nº 8.574, de 01 de novembro de 2019, Lei Complementar nº 123 2006 e alterações. Decreto nº 8.441, de 08 de janeiro de 2019 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993 suas alterações e demais legislações pertinentes à matéria. O preço máxir so admitido para cotação global do presente objeto è de R\$ 286.598,88 (duzentas e oitenta e seis mil quinhentos e noventa e oito reas e oitenta e oito centavos) O recebimento das propostas, documentos de habilitação, abertura e disputa de preços será exclusivamente per meio eletrônico, no endereço: www.comprasgovernamentais.gov.br, horário oficial de Brasilia - DF, conforme segue: A SESSÃO PÚBLICA SE INICIARÁ ÀS 09 HORAS DO DIA 15 DE SETEMBRO DE 2020. O inteiro teor do Edital e seus os poderão ser retirados gratuitsmente (em midia digital) junto a

de expediente, na Rua Caramuru, nº 271, Centro, em Pato Branco - PR, ou pelos sites: www.patobranco.pr.gov.br www.comprasgovernamentais.gov.br. Demais informações, fones: (46) 3220-1511/1534, e-mail: licitacao2@patobranco.pr.gov.br. Pato Branco, 28 de agosto de 2020. Liciane Cristino Puttkamer - Pregoeira.

Divisão de Licitações, na Prefeitura Municipal de Pato Branco, no horário



HUNICIPIO DE BOM BUCEBIU DO BÍA. - PR. - CMP3. BOLEFA. 100/2001-16 EXTRATO DA. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 114/2020 PESAÃO ELETRÓMICO Nº 26/200. - REGISTRO DE PREÇO Nº 23/2021 PROMIS LOCHIEM HI 47/201. - ROFICIGADO DE 1,79/2022/2 VIAÍNCIA. 12 (POES) HISSES (OL 36/20/2016 2/7/96/2022) DETENTIONA. COMO ANTERIAS PROGO CONTRIGUED COM - NE - CNP2: 03.253.730/0001-96.

The color of the	Temporary Company Temp	ITEM	60 ALGERTAD DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUI Inhelhidro, pritura, ferramanhae e prepatrius, e amaentes municipales, visantele à mainçamque e con tal de Proglis Terrificia nº 20-2125, escu orienta tal de Proglis Terrificia nº 20-2125, escu orienta.	, Sylli Sazere par	de illi pres	Section in con-	stance united	
MARCHAN 1997	MODE 1975	22.410	TAME, A CONTRACTOR CARCITUS ACRES.					VALUE TOT
	Security Company Com	1	AMAGICATA THE MICH AND MINESTRA	- Harrison	dinc.	THE SEC.	UNIT. (NA)	SASH CAR
Temporary Temp	STATE		FERDA, COMPOSADA STE ADD INCH. MIDIDA	METALINETIES.	34	UND;	0.58	
Temporary Temp	STATE		ENFRANCES AND A SECURE					
Temporary Temp	STATE		FEDERA SEM FIM, CARROLA SEXTWORKS (224)	million marrier		100		- 0
1.	Amenic gloss and processors	•	CARROLAL LAIS FOR CEPRESCHA AT THE	1000000			7,00	
Amening the premission	Amenic gloss and processors		PRINCIPLE THE TOTAL PRINCIPLES.				1.00	
1.	Amenic gloss and processors	٠.	FERDA, FRENCADO DE ACO PACA.	md ; NC HAC LEEP	30	1,000	1.41	, ra
1.	Amenic gloss and processors		RESULA SEM FEM, CARRES SEXTRUMES S COM	NETS, MATER	30	ung	3,49	54
Amening the premission	Amenic gloss and processors		ADMINISTRATION COMPLETED T AND MAKE CACE.			-		
1.	Amenic gloss and processors	7	CONTROL SIN PAC BIGGES, CONTROL SON	+06/01V	14.	UME	4,30	40
1	Amenic gloss and processors	16	ACTIVE SETEMBER AND THE PERSON NOTICES IN CONTRACT IN CONTRACT IN COST OF THE	URDACIT	10	Limite	47.00	479
A CASCATTO MATERIAL PROPERTY AND COST 150	AMERICAN	LT.	NAME OF THE PROPERTY OF THE	MOSLAN	20	860	0.30	- 431
A CASCATTO MATERIAL PROPERTY AND COST 150	AMERICAN	10-	ARAME GRANNIZADO 18 ARAME GRANNIZADO 30	MORLAN MORLAN	-31-	1	13,40	
A CASHED MARTHER DESIGNATION AND ADMINISTRATION OF THE PROPERTY OF THE PROPE	AMERICAN	21_	ARANG RECORDED IN THE . O RES 1440.	MARKET	300	115	7.90	239
A CASHED MARTHER DESIGNATION AND ADMINISTRATION OF THE PROPERTY OF THE PROPE	AMERICAN	22	HOS I CARD RM PLACTICD AFGRESHMEN, PANA	HETELSHI.	- 5	Links	23.30	110
A CASHED MARTHER DESIGNATION AND ADMINISTRATION OF THE PROPERTY OF THE PROPE	AMERICAN	-	CH CORTS SIREM, Nº 10	_	-		- 72	2.00
A CASHED MARTHER DESIGNATION AND ADMINISTRATION OF THE PROPERTY OF THE PROPE	AMERICAN		MATERIA CHILANGEA	HOBI	-	-	1000	
10		24	6,276g	HIPERMASSA:				1.429
10		30	THE REAL PROPERTY OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TWO IS NOT THE PERSON NAMED IN COLUMN TWO IS NAMED IN COL	WEIGH		UND	7,86	157
10		30	MINNEA, INCLUSING ACESTORICS	METAGIA	15	OND	13.00	188
12	Discontinue	31	STRADELO DANGARRO DE PAGRILLENDO	METASONA	19	UND	29.00	300
12	Discontinue	30	BOCAL KAROH	33,37641	16	UND	2,40	
Company Comp	BECKE 1975	36	BOTA DE PAC COM FORRO NACEDIA NA CER AZUL. Nº 43	INNERO	3.0	1.PMD	43.00	1,289
Company Comp	BECKE 1975	1	MACADERA THE U.S.	INCK.	50	UND	0.13	-
Company Comp	BECKE 1975	40	BARRA DE BUILD ADPLIED LITTORS	190401		UND	8.00	14
Company Comp	BECKE 1975	4	BROCK OF ACO KAPTON SHIP	PUNCE	14	UNE	1.45	- 1
Company Comp	BECKE 1975	11-	BACCA DE ACO BARTOS SINOS	HUNDL	10	196	5.80	- 11
Company Comp	BECKE 1975	55	BEDCA OF VIDEA ONW	CONEX	13	LINCO	1.38	- 4
		63 30	BROCA DE VISIA SINIE	CONEX	10	UNC	2.00	- 1
Comparison Com		8	BROKE BETANGLISH GREEZ	HOMA	20	CAC	Elic	- 6
Compare Manager Compare Comp	BEDNA STATE STAT	14	8609 147	96.76	128	UND	120	- 1
Second Continue Second Con		55	HOW stone	CISER	150	UND		- 6
Content Cont	Section Company Comp	57	CARO DE HADERAS INADA PARAMESTA ANTICAMA	CINE	130	040		- 1
MARCON 1997	MARION 1987		RECORDED DE 28 voni), ESSM ESS um - MARIACAC	MURD	35	100		àn
MARCON 1997	MARION 1987	52	280 55051 Hom, 164 PR	TIXOG	1.000		7.36	7.30
MARCON 1997	MARION 1987	10	CARC RESTA III	15K/10	430	- 1	1.55	7.150
MARCON 1997	MARION 1987	Ħ.	CANC PF 4 3 13	16010	300	- 2	530	4.05
MARCON 1997	MARION 1987		CATRO, NATTE EM BLOCO PURIDHORIDO EM CATRO, NATTE EM BLOC INGUIDANDS, DEUTIDO	100		100	4.60	- 2
AND ALEX A	ACTION 1.07 ACTION 1.07 ACTION 1.07		MENTHO & PRICE	1772		-	1,00	131
CARLO MARIES OF ACCOUNTS OF	ACTION 1.07 ACTION 1.07 ACTION 1.07		CADCADO NO MM. M.OUD PURCHADADO EM					
10	MARCO 1000	71	PIMA ESCORMINTO DE ÁCUA, DOMA TRAVA, NO	STAN	:20	UNC	1,21	141
10	MARCO 1000		CADDADO 40 MM; SLOCO FLANDADEDO EM		-			
10	MARCO 1000	74	CATEG. HARTE ON #CO INDENDAYO, DEFECTO	STAN	13.	UND	13/90	200
10	MARCO 1000		CADRAGO 45 MM. BLOCO AUMIDIALISTO EM	2000		1100	7432	100
10	MARCO 1000	-	AMA	27974	15	UNE	3.0,95	
1906 AMAR STOWNERS HOWERS OF CHILDREN IN PORTION 1000 100	GALANCE PLOT 18 18 18 18 18 18 18 1	711	CADRAGIO SO MM: BLOCO FUNDAJEJOO EM.	STAM	18.1	UND	23.90	291
1906 AMAR STOWNERS HOWERS OF CHILDREN IN PORTION 1000 100	GALANCE PLOT 18 18 18 18 18 18 18 1		PARA ESCIDAMENTO DE	PALES				
1906 AMAR STOWNERS HOWERS OF CHILDREN IN PORTION 1000 100	GALANCE PLOT 18 18 18 18 18 18 18 1		CAIRA DE BESCANDA SUMPLES EN POLITICIPAL	HETWELL				47
1906 AMAR STOWNERS HOWERS OF CHILDREN IN PORTION 1000 100	GALANCE PLOT 18 18 18 18 18 18 18 1	-	CALKA DE PRESACEM IN A 361 EM CONCRETO	The second of th	-	100000	with the same	-
March Marc	Company Com	-	TARREST AND ADDRESS OF ADDRESS OF A STATE OF A STATE OF ADDRESS OF A STATE OF ADDRESS OF A STATE OF	-	-		Annual Contract of	
	Comparing Comp		CHECHA DR 100 X 180 X 30					- 34
	Comparing Comp	90	EDMICIFICAÇÕES DA NOR7173, JUNE	ENGECKI.	255	UND:	31,412	2,300
10	SAME SET CONTROL THE PORT (FORT INTERNALS A) SURCEPTY 22 Lond 3-0,10 66	91	MARGAMANIA - 1968 ACCUITMANTE,	RESOCAL	80	AME	5,90	411
25	Continue	93	CANALETAS EM PAC BARRA DE 2 METROS, COM	MANTAC	128	LINE		430
25	Continue	12	CAPA BY CHINA THE PAY OFFER HANGAS &	MHDVIT				990
25	Continue		CARRIES THE HAG, CON CECHHEA DE ACC.		-	1111111		
25	Continue	\rightarrow	CHANGE COMPRESS THE STANDARDS AN	F128	-01	9465	16,22	1.324
25	Continue	95	PLASTICA, POTENCIA DE SADE WATER, VOLTADEM	SHIPE	15	SMO	21.90	328
25	Continue		CILINGRIO PARA FEGURA DURAS	STAN	40	UNC	13,60	36
	Annual Prof. 1500		DOLPHIE DE PROMITAGI SIN ACO. N.º 15 CANCO.	TRANSITION	.10		11,79	117
	Annual Prof. 1500	06	CORDA June MILON COM SIGN HETROS	MATERIAGE MATERIAGE	. 5	UNG	685,710	Z.A.[1
	Annual Prof. 1500	翹	COMES Since Not Dist 1004 NOT 1981 NOS	ARTERUS!	- 3	UNG	384.00	1-20
	Annual Prof. 1500	-	CUMBERS CHECKARA OF PRECOMENTS INC.		1.00		35.10	4.000
1	Company 18 18 18 18 18 18 18 1		CAMERONA DINCULARIA DE PERROCORDITO SINON		100	100		
March Marc	Section Company Comp	2				180	1.00	1.00
19	# MONOM DE 19 NO CENTROLES, BUTCHERS DE MISSION DE 19 NO. ## MONOM DE 19 NO CENTROLES, BUTCHERS DE 19 NO. ## MONOM DE 19 NO.	11	Cally S. Lib., J. L. P.	845	30	190	1.96	
19	# MONOM DE 19 NO CENTROLES, BUTCHERS DE MISSION DE 19 NO. ## MONOM DE 19 NO CENTROLES, BUTCHERS DE 19 NO. ## MONOM DE 19 NO.	-	DILLEGATE COLUMNS COMMONICAL MUNICIPAL	PSTADUS.	- 19	1/60		
	Company Comp		BRIANCEAGA DE ALCOCAL ESTERES, TION				-	1.78
March Prince Pr	ACTIVITION OF MACHINE PROCESSOR PAY BRANCH PAY PAY PAY	J						1.00
March Prince Pr	ACTIVITION OF MACHINE PROCESSOR PAY BRANCH PAY PAY PAY	ıx.	HONOCHRONETOS, ANLICAÇÃO, TRIJUÇÃO DE	90179G	90	190		1.00
March Prince Pr	ACTIVITION OF MACHINE PROCESSOR PAY BRANCH PAY PAY PAY		MANNO DE PIL DE CETONAS, ILLICIDATARES E HIDROCARROMETOS, ANLICAÇÃO DELACAS DE LACAS, ALTROCELHICOS (ILLICA) DOMACRICA HAZA PORTAS MODIA P		30	190	28,90	1,945
March Marc	ACTIVITION OF MACHINE PROCESSOR PAY BRANCH PAY PAY PAY		HANNED SE BY, OK CETTONAL MAJORATIONS SE HISTOCHARD AND MAJORA DE STANCED DE LACAS, MITTOCHARD MAJOR P DOBBANGES HERA PESTAN MISSA P DOBBANGES DE LACAS CHIMANO 2 A G		30 30 40	UND 1/50	28,90	1,945
March Marc	ACTIVITION OF PROCESSOR PAYER BRANCO PAYER BR	44	HAMMED DE PIL DE CETTOMAS, INJUSTISSISSES E HICHOCARRONALTOS, ANUICAÇÃO TRIBUÇÃO DE LACAS, INTROCEJUSTOS (1962) DOBAMACIAS, HAMA PORTANA HIGUA, P TORRA (1964) HAMA DORANA HIGUA, P CORRAGIÇÃO DE LATAS CROMADO 3 (1977) SALTISSOCIO (1905/MS), 1,344		29 69 19 40	1/NO 1/NO 1/NO 1/NO	28,90	1,941
March Prince Pr	ACTIVITION OF PROCESSOR PAYER BRANCO PAYER BR	44.49.69.69	COMMANDA MANA PRATTI MICHA P DOMINI MANA PRATTI MICHA P DOMINI MANA PRATTI MICHA P SOMMANDA PRIMITA CACAMINO 3 LIZ ELITROPITO MONAVI 121 LIZ MONITO MONAVI 121		20 40 50 40 40	1/NO 1/NO 1/NO 1/NO	5,95 0,95 1,95 10,65	1,941
Comparison Conference Comp	The control of the	44.49.69.69	COMMANDA MANA PRATTI MICHA P DOMINI MANA PRATTI MICHA P DOMINI MANA PRATTI MICHA P SOMMANDA PRIMITA CACAMINO 3 LIZ ELITROPITO MONAVI 121 LIZ MONITO MONAVI 121	SILVATAN SILVATAN SILVATAN AVI AVS est tolog	39 60 20 40 40 80 500	1/NO 1/NO 1/NO 1/NO 1/NO 1/NO	28,96 5,95 1,95 10,65 4,411 3,80	1,841 37 37 57 434 1,74
Comparison Conference Comp	The control of the	44.49.69.69	COMMANDA MANA PRATTI MICHA P DOMINI MANA PRATTI MICHA P DOMINI MANA PRATTI MICHA P SOMMANDA PRIMITA CACAMINO 3 LIZ ELITROPITO MONAVI 121 LIZ MONITO MONAVI 121	SILVATIA SILVATIA SILVATIA AVI AVI HETALLIL	39 60 20 40 40 80 500	1/NO 1/NO 1/NO 1/NO 1/NO 1/NO 1/I	5,94 0,95 1,95 10,65 4,48 3,80 i,34	1,941 34 57 43 179 1,960 1,360
Comparison Conference Comp	The control of the	44.49.69.69	COMMANDA MANA PRATTI MICHA P DOMINI MANA PRATTI MICHA P DOMINI MANA PRATTI MICHA P SOMMANDA PRIMITA CACAMINO 3 LIZ ELITROPITO MONAVI 121 LIZ MONITO MONAVI 121	SILVANA SILVANA SILVANA AVS HETALLE HETALLE	39 50 50 50 40 40 500 1,000	1/NO 1/NO 1/NO 1/NO 1/NO 1/1 H	28,96 0,95 1,99 10,95 10,95 4,41 3,80 1,34	1,941 34 51 435 1,745 1,965 1,345
Comparison Conference Comp	The control of the	44.49.69.69	COMMANDA MANA PRATTI MICHA P DOMINI MANA PRATTI MICHA P DOMINI MANA PRATTI MICHA P SOMMANDA PRIMITA CACAMINO 3 LIZ ELITROPITO MONAVI 121 LIZ MONITO MONAVI 121	SILVATION SILVATION SILVATION SILVATION AND	39 80 80 80 80 80 80 1,086 80 17	1/NO 1/NO 1/NO 5/NO 1/NO 1/1 1/NO 1/NO	28,96 5,25 1,26 10,25 4,41 3,20 1,34 8,65 1,93	1,941 34 57 57 434 174 1,965 1,365 294
1	The control of the	44 49 83 50	COMMANDA MANA PRATIS MINIS F DOMINI MANA THE LATES CHICANO SALE SOMMANDAS THE LATES CHICANO SALE ELECTROPICS ON ANY LATES LIST CONTROL OF SALE SALE LIST CONTROL OF SALE SALE	SILVANA SILVANA SILVANA SILVANA SILVANA AVS AVS AVS AVS AVS AVS AVS AVS AVS AV	29 40 40 40 40 500 1,000 40 17 13	1990 1990 1990 1990 19 19 19 190 1990 1990 1990	28,96 5,95 1,95 1,95 10,95 4,41 3,70 1,34 8,95 1,91 3,20 1,91	1,841 34 37 434 174 1,865 1,365 29 29
Comparison Conference Comp	The control of the	44.49.69.69	COMMANDA MANA PRATIS MINIS F DOMINI MANA THE LATES CHICANO SALE SOMMANDAS THE LATES CHICANO SALE ELECTROPICS ON ANY LATES LIST CONTROL OF SALE SALE LIST CONTROL OF SALE SALE	SILVANA SILVANA SILVANA SILVANA SILVANA AVS AVS AVS AVS AVS AVS AVS AVS AVS AV	29 40 40 40 40 500 1,000 40 17 13	1990 1990 1990 1990 19 19 19 190 1990 1990 1990	28,96 5,95 1,95 1,95 10,95 4,41 3,70 1,34 8,95 1,91 3,20 1,91	1,841 34 37 434 174 1,865 1,365 29 29
1	The control of the	44 49 83 50	COMMANDA MANA PRATIS MINIS F DOMINI MANA THE LATES CHICANO SALE SOMMANDAS THE LATES CHICANO SALE ELECTROPICS ON ANY LATES LIST CONTROL OF SALE SALE LIST CONTROL OF SALE SALE	STLYCKER SELECTOR SELECTOR SELECTOR AND AND METABLE METABLE MANCAC MANTAC BOTAPOGO WORKER	25 40 40 40 40 500 500 1,000 40 17 23 2	1940 1940 1940 1940 1940 1940 1940 1940	28,96 5,95 1,99 10,95 4,48 3,30 1,34 8,95 1,13 3,29 141,02 47,01	4,941 34 37 424 11,965 1,365 29 29 20 20 27
1	The control of the	44 49 83 50	COMMANDA MANA PRATIS MINIS F DOMINI MANA THE LATES CHICANO SALE SOMMANDAS THE LATES CHICANO SALE ELECTROPICS ON ANY LATES LIST CONTROL OF SALE SALE LIST CONTROL OF SALE SALE	SELVINE SELVINE SELVINE SELVINE AVS HETABLE HETABLE HETABLE MANTAC MANTAC MANTAC MOTAPOGO WORKER NEGOVA	39 40 70 40 40 40 40 40 40 40 10 10 10 11 23 23 10 10	10ND 10ND 10ND 10ND 10ND 10 10ND 10ND 10	28,96 5,95 1,96 50,95 4,91 3,20 1,34 8,95 1,93 2,20 144,00 42,91	1,941 34 51 4,74 1,74 1,465 1,465 24 25 27 27 27 27 27
1	The control of the	44 49 83 50	COMMANDA MANA PRATIS MINIS F DOMINI MANA THE LATES CHICANO SALE SOMMANDAS THE LATES CHICANO SALE ELECTROPICS ON ANY LATES LIST CONTROL OF SALE SALE LIST CONTROL OF SALE SALE	SILVANIA SILVANIA SILVANIA SILVANIA AVS AVS AVS AVS AVS AVS AVS AVS AVS AV	29 60 40 40 40 40 100 100 17 23 23 20 100 100 11 12 13 23 23 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20	1940 1950 1950 1970 1970 19 19 1960 1960 1960 1960 1960 1960 19	28,96 5,85 1,95 1,95 15,85 5,41 2,30 1,34 4,63 1,43 2,20 1,43 2,20 1,44 2,21 1,40 2,20 1,40 2,20 1,20 1,20 1,20 1,20 1,20 1,20 1,2	1,941 21 21 21 23 23 27 1,962 1,962 28 29 20 20 20 21 21 22 23 24 24 25 26 27 27 27 28 28 28 28 28 28 28 28 28 28 28 28 28
1	The control of the	44 49 83 50	COMMANDA MANA PRATIS MINIS F DOMINI MANA THE LATES CHICANO SALE SOMMANDAS THE LATES CHICANO SALE ELECTROPICS ON ANY LATES LIST CONTROL OF SALE SALE LIST CONTROL OF SALE SALE	SILVANIA SILVANIA SILVANIA SILVANIA AVS AVS AVS AVS AVS AVS AVS AVS AVS AV	29 60 40 40 40 40 100 100 17 23 23 20 100 100 11 12 13 23 23 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20	1940 1950 1950 1970 1970 19 19 1960 1960 1960 1960 1960 1960 19	28,96 5,85 1,95 1,95 15,85 5,41 2,30 1,34 4,63 1,43 2,20 1,43 2,20 1,44 2,21 1,40 2,20 1,40 2,20 1,20 1,20 1,20 1,20 1,20 1,20 1,2	1,941 21 21 21 23 23 27 1,962 1,962 28 29 20 20 20 21 21 22 23 24 24 25 26 27 27 27 28 28 28 28 28 28 28 28 28 28 28 28 28
Comparison Conference Comp	The control of the	44.49.69.69	COMMANDA MANA PRATIS MINIS F DOMINI MANA THE LATES CHICANO SALE SOMMANDAS THE LATES CHICANO SALE ELECTROPICS ON ANY LATES LIST CONTROL OF SALE SALE LIST CONTROL OF SALE SALE	SILVANA SILVANA SILVANA SILVANA SILVANA SILVANA SILVANA AVS AVS AVS AVS AVS AVS AVS AVS AVS AV	29, 49, 40, 40, 40, 40, 40, 40, 40, 40, 40, 40	1980 1980 1980 1980 19 19 19 19 19 19 19 19 19 19 19 19 19	28,96 5,95 1,97 1,97 1,97 1,97 1,98 1,38 1,38 1,18 2,99 1,19 1,19 1,19 1,19 1,19 1,19 1,19	1,941 2,641 434 434 1,340 1,340 2,540 2,740
Comparison Conference Comp	The control of the	44.49.69.69	COMMANDA MANA PRATIS MINIS F DOMINI MANA THE LATES CHICANO SALE SOMMANDAS THE LATES CHICANO SALE ELECTROPICS ON ANY LATES LIST CONTROL OF SALE SALE LIST CONTROL OF SALE SALE	SILVANA SILVANA SILVANA SILVANA SILVANA SILVANA SILVANA AVS AVS AVS AVS AVS AVS AVS AVS AVS AV	29, 49, 40, 40, 40, 40, 40, 40, 40, 40, 40, 40	1980 1980 1980 1980 19 19 19 19 19 19 19 19 19 19 19 19 19	28,96 5,95 1,97 1,97 1,97 1,97 1,98 1,38 1,38 1,18 2,99 1,19 1,19 1,19 1,19 1,19 1,19 1,19	1,941 2,641 434 434 1,340 1,340 2,540 2,740
Comparison Conference Comp	The control of the	44.49.69.69	COMMANDA MANA PRATIS MINIS F DOMINI MANA THE LATES CHICANO SALE SOMMANDAS THE LATES CHICANO SALE ELECTROPICS ON ANY LATES LIST CONTROL OF SALE SALE LIST CONTROL OF SALE SALE	STAMMAN STAMMA	29 69 75 49 49 500 1000 40 17 23 23 23 25 10 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15	5/80 5/80 5/80 5/80 12/90 12/90 12/80 14/80 14/80 14/80 14/80 14/80 14/80 14/80 14/80 14/80 14/80 14/80 14/80	28,96 5,95 1,95 1,95 1,95 5,20 1,34 8,95 3,20 1,34 2,20 141,00 2,20 141,00 2,20 141,00 2,20 141,00 4,21 4,21 4,21 4,21 4,21 4,21 4,21 4,21	1,941 1,941 1,941 1,941 1,941 1,941 1,941 2,
Comparison Conference Comp	The control of the	66 47 48 48 55 51 51 51 51 51 61 61 61 61	COMMUNICATION CONTROL OF THE CONTROL	SILVINA SILVINA SILVINA SILVINA SILVINA SILVINA SILVINA ANS METABLE METABLE METABLE MANTAC ROTAPSE WORKER NORMA SILVINA SILVIN	29 69 75 49 49 500 1000 40 17 23 23 23 25 10 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15	5/80 5/80 5/80 5/80 12/90 12/90 12/80 14/80 14/80 14/80 14/80 14/80 14/80 14/80 14/80 14/80 14/80 14/80 14/80	28,96 5,95 1,95 1,95 1,95 5,20 1,34 8,95 3,20 1,94 1,94 1,94 1,94 1,94 1,94 1,94 1,94	1,941 1,941 1,941 1,941 1,941 1,941 1,941 2,
CODE ALEM TO ANY TIME OF CHRIST CODE ALEM TO ANY TIME OF CHRIS	COR ALM DE SQU SECRETARIO DE CORRECTORIO DE CORRECT	66 47 48 48 55 51 51 51 51 51 61 61 61 61	COMMUNICATION CONTROL OF THE CONTROL	CILYTEAN SELECTION SELECTION SELECTION SELECTION SELECTION SELECTION SELECTION MARKE MARKE SOLAPOOL WIDDER SELECTION	29 49 49 40 40 40 50 10 10 11 23 23 23 10 15 25 25 27 21 21 21 21 21 21 21 21 21 21 21 21 21	1990 1990 1990 1990 1990 1990 1990 1990	28,96 5,85 1,95 1,95 5,20 5,20 1,34 1,24 1,24 1,24 1,24 1,24 1,24 1,24 1,24 1,25	1,841 2,1 2,1 3,1 1,1 1,1 1,1 1,1 1,1 1,1 1,1 1,1 1
CODE ALEM TO ANY TIME OF CHRIST CODE ALEM TO ANY TIME OF CHRIS	COR ALM DE SQU SECRETARIO DE CORRECTORIO DE CORRECT	66 47 48 48 55 51 51 51 51 51 61 61 61 61	COMMUNICATION CONTROL OF THE CONTROL	CILYTEAN SELECTION SELECTION SELECTION SELECTION SELECTION SELECTION SELECTION MARKE MARKE SOLAPOOL WIDDER SELECTION	39 49 40 40 40 40 40 40 40 40 10 40 10 10 10 10 10 10 10 10 10 1	UNIO UNIO UNIO UNIO UNIO UNIO UNIO UNIO	28,96 5,85 1,95 1,95 5,20 5,20 1,34 1,24 1,24 1,24 1,24 1,24 1,24 1,24 1,24 1,25	1,841 2,1 2,1 2,1 2,1 2,1 2,1 2,1 2,
CODE ALEM TO ANY TIME OF CHRIST CODE ALEM TO ANY TIME OF CHRIS	COR ALM DE SQU SECRETARIO DE CORRECTORIO DE CORRECT	66 47 48 48 55 51 51 51 51 51 61 61 61 61	COMMUNICATION CONTROL OF THE CONTROL	CILYTEAN SELECTION SELECTION SELECTION SELECTION SELECTION SELECTION SELECTION MARKE MARKE SOLAPOOL WIDDER SELECTION	39 49 40 40 40 40 40 40 40 40 10 40 10 10 10 10 10 10 10 10 10 1	UNIO UNIO UNIO UNIO UNIO UNIO UNIO UNIO	28,96 5,85 1,95 1,95 5,20 5,20 1,34 1,24 1,24 1,24 1,24 1,24 1,24 1,24 1,24 1,25	1,841 2,1 2,1 2,1 2,1 2,1 2,1 2,1 2,
CODE ALEM TO ANY TIME OF CHRIST CODE ALEM TO ANY TIME OF CHRIS	COR ALM DE SQU SECRETARIO DE CORRECTORIO DE CORRECT	66 47 48 48 55 51 51 51 51 51 61 61 61 61	COMMUNICATION CONTROL OF THE CONTROL	CILYTEAN SELECTION SELECTION SELECTION SELECTION SELECTION SELECTION SELECTION MARKE MARKE SOLAPOOL WIDDER SELECTION	29	UNIO UNIO UNIO UNIO UNIO UNIO UNIO UNIO	28,96 5,85 1,95 1,95 5,20 5,20 1,34 1,24 1,24 1,24 1,24 1,24 1,24 1,24 1,24 1,25	1,841 2,1 2,1 2,1 2,1 2,1 2,1 2,1 2,
COP ALMS DE RAJO RESISTEM DE COMPRESA. COMPRESA DE RAVO TIMO COMPRESA. SERVICIO DE RAVO TIMO COMP	COR ALM DE SQU SECRETARIO DE CORRECTORIO DE CORRECT	46 47 48 48 53 53 53 54 53 53 54 55 50 61 61 61 61 61 61	COMMUNICATION CONTROL OF THE CONTROL	STLVMAN, STLVMAN, STLVMAN, STLVMAN, AVS STLVMAN, AVS STLVMAN, AVS STLVMAN, AVS STLVMAN, STLVM	29 29 40 40 40 40 40 40 40 40 40 40 40 40 40	1900 1900 1900 1900 1900 1900 1900 1900	28,96 5,85 1,95 1,95 5,20 5,20 1,34 1,24 1,24 1,24 1,24 1,24 1,24 1,24 1,24 1,25	1,841 2.1 3.1 3.1 3.1 3.1 3.1 3.1 3.
CODE ALEM TO ANY TIME OF CHRIST CODE ALEM TO ANY TIME OF CHRIS	COR ALM DE SQU SECRETARIO DE CORRECTORIO DE CORRECT	66 47 48 48 55 51 51 51 51 51 61 61 61 61	COMMUNICATION CONTROL OF THE CONTROL	ENLYCHEN SELVANA SELVANA SELVANA SELVANA AVE SELVANA AVE SELVANA AVE SELVANA S	250 450 450 450 450 450 450 450 450 450 4	1980 1990 1990 1990 1990 1990 1990 1990	28,50 0.95 1,00	1,841 2,841 3,14 4,14
CODE ALEM TO ANY TIME OF CHRIST CODE ALEM TO ANY TIME OF CHRIS	COR ALM DE SQU SECRETARIO DE CORRECTORIO DE CORRECT	66 67 68 56 56 51 54 54 55 54 61 61 61 61 61 61 61 61 61 61 61 61 61	Cocce and the co	STLVMAN, STLICHAN STLICHAN STLICHAN AND STLOMAN AND STLOMAN AND STLOMAN MANTAC STAN MANTAC STAN MANTAC STAN MANTAC STAN STAN STAN STAN STAN STAN STAN STAN	20, 50, 50, 50, 50, 50, 50, 50, 50, 50, 5	1900 1900 1900 1900 1900 1900 1900 1900	28,96 5,28 1,00 1,00 1,00 1,00 1,00 1,00 1,00 1,0	1,841 1,841 1,145 1,
A		66 67 68 56 56 51 54 54 55 54 61 61 61 61 61 61 61 61 61 61 61 61 61	Cocce and the co	ENLYCHEN SELLINAS SEL	39, 49, 49, 49, 49, 49, 49, 49, 49, 49, 4	UND	28,96 5,98 1,98 1,98 2,00 1,34 3,70 1,54 3,70 12,55 12,50 12,50 13,70 12,70 12,70 13,	1,841 2,841 3,142 4,841 4,
A		66 67 68 56 56 51 54 54 55 54 61 61 61 61 61 61 61 61 61 61 61 61 61	Cocce and the co	ENLYCHEN SELLINAS SEL	39, 49, 49, 49, 49, 49, 49, 49, 49, 49, 4	UND	28,96 5,98 1,98 1,98 2,00 1,34 3,70 1,54 3,70 12,55 12,50 12,50 13,70 12,70 12,70 13,	1,841 2,841 3,142 4,841 4,
A		66 67 68 56 56 51 54 54 55 54 61 61 61 61 61 61 61 61 61 61 61 61 61	Cocce and the co	GILVOUR SILCHAR SILCHAR SILCHAR SILCHAR AND	29, 49, 49, 49, 49, 49, 49, 49, 49, 49, 4	UND	28,960 5,981 1,982 1,983 1,984 2,983 1,984 2,983 1,984 2,983 1,984 2,983 1,984 2,983 1,984 2,983 1,984 2,983 1,984 2,983 1,984	1,841 2,841 4,341
A		66 67 68 56 56 51 54 54 55 54 61 61 61 61 61 61 61 61 61 61 61 61 61	Cocce and the co	GILVOUR SILCHAR SILCHAR SILCHAR SILCHAR AND	29, 49, 49, 49, 49, 49, 49, 49, 49, 49, 4	UND	28,960 5,981 1,982 1,983 1,984 2,983 1,984 2,983 1,984 2,983 1,984 2,983 1,984 2,983 1,984 2,983 1,984 2,983 1,984 2,983 1,984	1,841 2,841 4,341
A		66 67 68 56 56 51 54 54 55 54 61 61 61 61 61 61 61 61 61 61 61 61 61	Cocce and the co	SILVOUR SILVOUR SILVOUR SILVOUR SILVOUR SILVOUR AND SILVOUR AND	22 2 32 32 32 32 32 32 32 32 32 32 32 32	180 180 180 180 180 180 180 180 180 180	26,96 5.05 5.05 5.05 5.05 5.05 5.05 5.05 5.0	1,501 (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1
2. A STATEMENT WILL A STATEMENT AND STATEMENT OF STATEMEN		66 47 46 50 50 50 50 50 50 50 50 50 50 50 50 50	Cocce and the co	SILVOUR SILVAME SILVAME SILVAME SILVAME SILVAME ANS SILVAME SI	22 2 32 32 32 32 32 32 32 32 32 32 32 32	1/100 1/100	24,56 5.84 5.65 5.65 5.65 5.65 5.65 5.65 5.65 5.6	1,501 (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1
2. A STATEMENT WILL A STATEMENT AND STATEMENT OF STATEMEN		445 447 447 447 447 447 447 447 447 447	COCCA MET TO PER LIBERT (1997). COCCA MET TO PER LIBERT (1997). COCACA M	SILVOUR SILVAMA SILVAMA SILVAMA SILVAMA SILVAMA ANS SILVAMA ANS ANS SILVAMA ANS ANS SILVAMA MARTAC SOLVATOR SOLVATOR SOLVATOR SILVAMA	252 152 152 153 153 154 155 155 155 155 155 155 155 155 155	1885 1886 1886 1886 1886 1886 1886 1886	24,56 5.84 5.85 5.85 5.85 5.85 5.85 5.85 5.85	(36) (36) (37) (37) (37) (37) (37) (37) (37) (37
1	247 248 287 ULLIPACE DE NECNAÇÃO	445 447 447 447 447 447 447 447 447 447	COCCA MET TO PER LIBERT (1997). COCCA MET TO PER LIBERT (1997). COCACA M	STUCKER STUCKE	252	1990 1990 1990 1990 1990 1990 1990 1990	24,56 5.82 5.83 5.83 5.83 5.83 5.83 5.83 5.83 5.83	1,000 (300 (300 (300 (300 (300 (300 (300
1	247 248 287 ULLIPACE DE NECNAÇÃO	445 447 447 447 447 447 447 447 447 447	COCCA MET TO PER LIBERT (1997). COCCA MET TO PER LIBERT (1997). COCACA M	STUCKER STUCKE	250 550 550 550 550 550 550 550 550 550	1990 1990 1990 1990 1990 1990 1990 1990	24,56 5.12 5.12 5.13 5.15	(36) (36) (37) (37) (37) (37) (37) (37) (37) (37
1	247 248 287 ULLIPACE DE NECNAÇÃO	445 447 447 447 447 447 447 447 447 447	COCCA MET TO PER LIBERT (1997). COCCA MET TO PER LIBERT (1997). COCACA M	SILVOUR SILVAMA SILVAMA SILVAMA SILVAMA SILVAMA ANS ANS ANS ANS ANS ANS ANS ANS ANS AN	290 - 150 -	1990 1990 1990 1990 1990 1990 1990 1990	24,56 5.12 5.12 5.13 5.15	241 (341) (341
1	247 248 287 ULLIPACE DE NECNAÇÃO	445 447 447 447 447 447 447 447 447 447	COCCA MET TO PER LIBERT (1997). COCCA MET TO PER LIBERT (1997). COCACA M	SILVOUR SILVAMA SILVAMA SILVAMA SILVAMA SILVAMA ANS ANS ANS ANS ANS ANS ANS ANS ANS AN	252 452 452 452 452 452 452 452 452 452	1990 1990 1990 1990 1990 1990 1990 1990	24,56 5.12 5.12 5.13 5.13 5.13 5.13 5.13 5.13 5.13 5.13	241 (341) (341
1.50 1.50	10 10 10 10 10 10 10 10	(46 46 46 46 46 47 48 53 54 53 54 53 54 55 54 55 54 55 56 66 6	COMMANDE STATES CONTROL OF STATES OF STATES CONTROL OF STATES CONT	STUCKER STUCKE	20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 2	1995 1990 1990 1990 1990 1990 1990 1990	24,56 5.82 5.83 5.63	1,000 cm
ADMINISTRAÇÃO DE META, BOSTO DE METAS DE LA LATA (1996 DE LATA (CONTROL PR. SEC. ACCUSATION MACHINE DEL	645 447 447 447 447 453 553 553 554 557 554 557 554 65 65 65 65 65 65 65 65 65 65 65 65 65	COMMANDE STATES CONTROL OF STATES OF STATES CONTROL OF STATES CONT	STUCKER STUCKE	20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 2	1995 1990 1990 1990 1990 1990 1990 1990	24,56 5.82 5.83 5.63	1,000 cm
14 15		46 45 45 45 55 45 4	COMMANDE STATES CONTROL OF STATES OF STATES CONTROL OF STATES CONT	STUCKER STUCKE	20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 2	1995 1990 1990 1990 1990 1990 1990 1990	24,56 5.82 5.83 5.63	1,000 cm
1/7/7 was 100 UTILIZADE DE INDÉNAÇÃO PRIEDINA DE RAMA PARA METE S. 500K NIVOZ. 1 6.000 150 UNC. 56,00 5.00 S. 1.00 S.	1072 1084	645 447 447 447 447 453 553 553 554 557 554 557 554 65 65 65 65 65 65 65 65 65 65 65 65 65	COMMANDE STATES CONTROL OF STATES OF STATES CONTROL OF STATES CONT	STUCKER STUCKE	20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 2	1995 1990 1990 1990 1990 1990 1990 1990	24,56 5.82 5.83 5.63	1.041.00 (341.
1.4999/ACT 170 16 16 170		645 447 447 447 447 447 447 447 447 447 4	COMMANDE STATES CONTROL OF STATES OF STATES CONTROL OF STATES CONT	SILVOM SILVAM SILVAM SILVAM SILVAM SILVAM SILVAM MACA MACA MACA MACA MACA MACA MACA M	25 49 49 49 49 49 49 49 49 49 49 49 49 49	UND 1500 1500 1500 1500 1500 1500 1500 150	24,56 5.82 5.83 5.83 5.83 5.83 5.83 5.83 5.83 5.83	1,000 (1,0))(1,000 (1,000 (1,0))(1,000 (1,000 (1,0))(1,000 (1,000 (1,0))(1,000 (1,000 (1,0))(1,000 (1,0))(1,000 (1,0))(1,000 (1,0)(1,0)(1,0)(1,0)(1,0)(1,0)(1,0)(1,0)
	MARINGA (17 R.D.R.) 31 WATER A STREET STRE	46 45 45 45 55 45 4	COMMANDE STATES CONTROL OF STATES OF STATES CONTROL OF STATES CONT	SILVOM SILVAM SILVAM SILVAM SILVAM SILVAM SILVAM MACA MACA MACA MACA MACA MACA MACA M	39 49 49 49 49 49 49 49 49 49 49 49 49 49	UND 1500 1500 1500 1500 1500 1500 1500 150	24,56 5.81 5.83 5.83 5.83 5.83 5.83 5.83 5.83 5.83	() 41 () 4
LAVATORIU COM COLUMA EM PORCELANA POR	LANATHREE FOR COLLING DIF PORCELANA, COR LOCADA 20 LNO E10,39 E210, NOMBEL	46 45 45 45 55 45 4	COMMANDE STATES CONTROL OF STATES OF STATES CONTROL OF STATES CONT	STATE	39	UND 1500 1500 1500 1500 1500 1500 1500 150	24,56 5.0 5.0 5.0 5.0 5.0 5.0 5.0 5.0 5.0 5.0	1,000 (1,0))(1,000 (1,000 (1,0))(1,000 (1,000 (1,000 (1,0))(1,000 (1,000 (1,0))(1,000 (1,000 (1,0))(1,000 (1,0))(1,000 (1,0)(1,0)(1,0)(1,0)(1,0)(1,0)(1,0)(1,0)
I MANUAL TO SERVE THE PARTY OF	HIGGARDONIA STALL CON SAPELLA SULEY 300 UND 24.00 4.200	46 45 45 45 55 45 4	COMMANDE STATES CONTROL OF STATES OF STATES CONTROL OF STATES CONT	STATE	39 49 49 49 49 49 49 49 49 49 49 49 49 49	UND 1500 1500 1500 1500 1500 1500 1500 150	23,56 (2.5)	1,000 (1,0))(1,000 (1,000 (1,000 (1,0))(1,000 (1,000 (1,000 (1,000 (1,0))(1,000 (1,000 (1,0))(1,000 (1,000 (1,0))(1,000 (1,0))(1,000 (1,0)(1,000 (1,0))(1,000 (1,000 (1,0)(1,0)(1,0)(1,0)(1,0)(1,0)(1,0)(1,0)
1 132 04 SPHINDSHCIA 30 LEGY COM BATTERIA \$1,000 350 550 3400 4420 4200	TRECHMISSAND RESELT. 2500 1965 24,00 4,200	66人が対象を は、12 は 14 は 15 は 16	COMMITTED CONTROL OF THE CONTROL OF	STOCKER STOCKE	39 49 49 49 49 49 49 49 49 49 49 49 49 49	UMB	24,56 5.82 5.63	(341) 3.1 3.1 3.1 3.1 3.1 3.1 3.1 3

134	LIMA CHATA DE U POSTADADA JOURNEL CONTRETE L'ANGLO DE PERRAMENTA, TARRICACIÓN DE APIGADO CONTRETE ANALAS MINIMA DE BARCA COM CADO DE AVE. BARCADO DE AVE. BARC	TRAMONTINA	30	unio	(3340)	393/0
	COM DUBLICA MINIMA DE BRIC. COM CARO DE PVC DERTADO					
226	FOLEGADAD, PARKICAGA DE ACO AD CROHO.	TRAMONTINA	20	UND	4.59	91.0
237	POLEGADAD, PABRICAGA DE ACO AO CROHO, COMITAMBLA MÍNIMA DE 46/80 LIDINA DE NYLDA ILBII ROLO COM LOS M	NAZZ-FERNO	30	UNO	9,60	1,504,17
(29 (46	LIMA DUPLA FALE 1950 JOS RICKAS		5	UND	750,00	3.756.0
4)	JOHA PHETA 4x100 + 100 HICRAS - 30 kg	ECOCICLE ECOCICLE	20	UND	511,00 145,00	1.555,0 2.294,0 3.405,0
42	100A PRETA AV 101 - 24 600 100A PRETA R II 100 107 600	RCGCYCLE RCGC/CLE	13	UND	201,00	2,499,0
red.	LIGHT CHIPS A FAST EXPS 200 HICKAS LIVED GROUPS AND HICKAS STATE OF HICKAS HICKAS STATE OF HIGH OF HICKAS STATE OF HIGH OF HIG	ATUAS	30	uno	1.60	294.0
	MAGO DE GALDADE E ESTITUTADO DE MESONICIO DO MINISTERIO DO TRABAJAO LURA DE VALUETA COMPOZICIONADA DE MADRIES TRATOS COMO DA MADRIA DE MADRIES TRATOS COMO DE MADRIES DE MADRIES TRATOS COMO DE MADRIES DE MADRIES TRATOS DE MADRIES DE MADRIES TRATOS DE MA					
249	USER DE VAQUETA CONFECCIONADA EM INCLUETO MATACA, CRISA DO ANGUELA E MATACA, CRISA DO ANGUELA E MATACA, RAZA E DECOS. REPORCO ACCULTORANDO NO DERGO DA LUNA, PEDAMENTO DO PLANO, PEDA PROPOSO DE PRIMO UN TRAS DE CONTRO PEDA POR PEDA PROPOSO DE PRIMO DE PROPOSO DE PR	2005	300	inci	9.74	3,914,0
rat.	THE LE APLE, DE PUC COM RECHE DE LATÃO, NA COM APLA, LIDM ENCADE PETRO EM ROSCA E COLA, COM OLÁMICIAO DE SWE A LIZ, PARA SEX UNILLIADA EM INSTALACIES METILATE DE ACCA.	romey	18	180	2.76	20.00
500	THE STOCK LIVE SET ACT FOR SEC. SET ACT FOR SEC.	FORTLEY FORTLEY FORTLEY	30 50	UNG UNG	1.00 1.80	26.6 26.6 26.8
166	S. LELLANDERS TO STATE STATE OF THE PROPERTY AND ADDRESS OF THE PARTY ADDRESS OF THE PARTY ADDRESS OF THE PARTY AND ADDRESS OF THE PARTY AND ADDRE	TRANSMITTAN	111	(80)	41.00	410.0
\$1	CAMO DE HABITRA DE 1997NU ANADOS DE MARION DE 1997NU ANADOS DE MARION DE 1997NU ANADOS DE MARION DE 1997NU ANADOS DE	SAUTH KITS	500	14	1.11	\$10.0
27	MANGUERA PRETA 1/102 Smm MANGUERA PRETA 1/3 mm PRA FGADA	POLIBOL POLIBOL POLIBOL	1,500	- 0	127	455.0 403.0 1305.0
10	Michiganiza Pour IA 3/462, beim	FOLTACK	2,500	11	1,60	1,365.0
(5.0)	THE ACID FORTING COME ACABAMENTO POLIZIO,	TRAPPONITINA	10	Silver	11,50	225.0
í.	PASSA A BASE DE EPON, EMBALACEM CEM LOGG	ADCTOR BLAGGOR	33	THE	.654	1.875.0
	MASSA DI LALAFETAN, BROWN	MUNCH.	10	J. MHD.	12.55	1,575,0
bi4	MAIN TIROLD DE BARRO, HEG. [EL. SKI, SKIH, S. MARA EXECUÇÃO DE MARIDES À VISTA, SKIUROS	CER ALECUIA	2.008	UND	1,49	3,829,0
W.	TIPO CONVENCIONAL, OR FUNCES	CER, WLDSHIP	2,868	- UND	11,74	1.995.0
tod.	PICTO FLICUS DE NAKRO, MED. (9)6934 TILPARA EXECUÇÃO DE PROEDES A VISTA, DI PLACE	CER. ALECULA	2.000	unio	1,62	3.2+0.0
82 71	PETRO de 1 mr. HADEDA PERFIL HOLDURADO POL 7 8mm	TRAMONITALA PERTIL	100	LiteD	12.19	1185
73	PA OF BICO, TANAANO GRANDE, CON CARD THE	TRAHOATTAN	15	(940)	24.90	127.50
74	PA DE CONTE DIADRACA (CONTROCHA)	HAMONUA.	211	UNIS	21.40	414.0
79	HA OF BECO, TAMAGEO GRANDE, CON CARD DE LA CONTROL DE LA C	тканситник	10.	(840)	20.79	247.0
18	MAJARO DE PASSOO DE APPERES ADRICO -	SISSE	3	UNIS	979,56	2,634,31
22	PARENT THE PROJECT TO AMPLITUS SERVICE .	RUTENA .	1	uno	882.00	2.667.60
781	ANIMAD BY PASSED SO APPEARS ASSED - STRENDING AN HOMEOUT SO APPEARS STREET AND AN APPEARS OF COPPE. PROBAD SE HOUSE SO APPEARS STREET AND AND ANIMAD AND APPEARS SO APPEARS AND ANIMAD AND ANIMAD AND ANIMAD SO APPEAR AND ANIMAD AND ANIMAD AND ANIMAD AND ANIMAD ANIMAD ANIMAD AND ANIMAD ANIMA	FLSSAN	1	UND	1.580,00	4.740-iii
si"	PROMING TO ASSECT TO MARKING RESIGN - INSULTYOU AS MORNAGE DA COPPE, MARAYING S.S. v. 150 MARAYING S.S. v. 20 MARAYING S.S. v. 21	CSEX	219	180	3.98	
Ħ.	PARAMISS SS - 23 PARAMISS SS - 23 PARAMISS SS - 51	CSSI	200 200	190	4.38 4.21 4.21	(1), (i) 45, 0) 45, 0) 46, 0)
15. 67.	PARAPOSICI N.S. » SS	C2388 C2388	200	190		
H	PARAMON BUT DECCAMP STANIA	CISSE	40	200	1.5	146.70
67.	MAGNICO E.3 ell MESSICO MUTO SECUNISTI ITALIA BASICISO DE ACO SALUMISTROO 18 e 120 MM MAGNICO DE ACO SALUMISTROO 18 e 120 MM MAGNICO MINISTRO DE SESO IL BACIA	CSSI. ROMEGNO.I	-8-	MAG	0.51 0.75 0.24 11,40 13.40	100
10		1540	39	uno	1,04	61.20
	SANDYAND FARE TELES DE FERROCHENTO	unsko	304	ind	130	250.50
61 27	MANUAL TRO SANCHO	COSTR	20	UNP	1.84 1.41	198.0
	PASSAVID DULLE PRIVATE CONVENIENTE I SIN PE-PE-CARRA THE ALANAMA I DIR DIRE EDIRECTUAL TIPE UNIVERSITY OF THE COMO SERVICIA CURRISH, RECIRCO 46 ITS.		-	Med		81.00
98	COMPO SERÁCILA CAMBROS, PEDIRED 48 JM, JAB JE ALO FEBRADO PEDAS BETTA UT BL. LIMPE E DEBITA DE MATERIA DEMIANDOS DIGESTA DE ALU PONDADO, MODELO PULARITA DE ALU PONDADO, MODELO	ENEWHO	356	100	44,311	22.686.00
čii.	PICEARTA, IN ACU PONDADO, MODELO	ZWCAWAS	200	507	86,41	13.485,70
14	PLIFATE IN ACU PORIADO, MODELO CRIMANCA, CARO DE MADELES, COMPRIMENTO DE LAS COMPRENENTO DE LA COMPRENENTO DE LA COMPRENENTA DEL COMPRENENTA DE LA COMPRENENTA DEL COMPRENENTA DEL COMPRENENTA DEL COMPRENENTA DE LA COMPRENENTA DEL COMPRENEN	countri	171	ONE	34.90	M3.10
13	PUBLIC CERTAIN DE WILCH, CHATO P	ROM9	20	MMS	4,13	47,00
18.0	Francisco Contractor	RIQMA.	20	180	(1.50-)	90.00
d-	FIND FREE LISA FIND PARCET LISA FIND PARCET LISA FIND PARCET LISA FIND SALES AND SALES FIND	HANGIROUS HANGIROUS	200	UND	3,21	8-61,10 760,10
26.	SUBSTITUTE TO BE SHELL CONTORNE	FORTLIN	10	UNID	0.21	2,10
17	MING ROSCAND 3/4" BN PIC COMPORMS	FIRTURY	16	UNE	0.24	2.40
GE I	#MADA (3) SAIDAS (NA/ZSON) CAMAMA DE AM E	makcadus aura	15	UND	5.80	347.60
ad	HIGH CONCENTS SERVICE CONCENTRAL OF AN E- SANTI MANA CARRO DE REO. PO DE RECENTA SUE AGUYE CONCENTO RADARO CAPEL IN- 7,40 R 75	ZMICMARO	209	197	\$4.50 48.50	8.780,00
u	POSTE CONFERTO PADAÑO CUPEL HI- 7,40 M PS DAN	10800	10	simely	256,85	2.36A.60
19	AGETY CONCRETO FROMAG CORC. III. 7,50 H (III.) TANK	Interco	1.00	IINO	225.65	1.116.50
4 6	NOSTE CONCURSO REGULACIONE. D. TANN 200 1AM METEC CON FAMILA 15412 METEC CON FAMILA 15413 METEC CON FAMILA 15413 METEC CON FAMILA 1523 METEC CON FAMILA 1523	CANTA LUIZA	49	106	15,80	- 143.45 481.55 481.55 481.55 123.45 123.45
5	METOD COM ZAMECA CK-24	LANCA LILITA LANCA LILIDA LANCA LILIDA LANCA LILIDA LANCA LILIDA LANCA LILIDA	23 23 53 300	15	1.75 6.65	481.10
8	PRESIDENCE CARRECT STATES	SANTA LUCCA	40	10	8.80	325.6
19	Mago com časeca bil aco 1712s		10	160	35.00	(70.30
12	PRECIDE CHECK CHECK TOWN A 1 NATE	MITAL MICELII HITAL	211	RE.	18.50	500.16
N.	PROVE NAME CONCEPTION OF TELL IN CARDINGS	PETROSON	300	46	17.50	675.30
馯	PRESIDENT PRINT NAMED TO THE PRINT OF THE PARTY OF T	85.	50	UND H	-14	385.0
H	STORT AND SHAPE STORES OF THE	CMI.	126	16	5.90	- 1850
10.	RESIDENT BUTTONSCO PARA LEPHONI- PULMERSTORT UNDARAN, COM RESIDEN BARTIA, CHRISTIANE PRARA I CAMPACA DE «O MATTIL PE LES PATON DE PILANIAMENTO DE LOS UNTOUCHO PARAMENTA MENTRO E E CONTROLA CONTROL PALANIA DE SE SERTE TENSÃO DE 171125 UNITS SE-SHOT MENTOS COM PATON DELECTRICA DECENSOR DE SERTOS COM PATON DELECTRICA DELECTRICA DE SERTOS COMPATON DELECTRICA DELECTRICA DE SERTOS DE S	INTRAL.	50	sessi	41.50	1.103,30
10	ANTICA PRODUCTION FOR TEMPORADA, CANO PARTICA, PRODUCTION FOR TEMPORADA, UNIVERSITATIVA PRODUCTIONAL PROGUCTION FOR THE PRODUCTION PARTICIPANT A RESEL PROGUCTION PARTICIPANT	RONA	26	ideast	13.46	575.00
4.	AGLE OF LA 15 ON COM CARD	2,010	. 26	UND	4.36	90.00
4	SCHADOW & BASE OF PLANTSHEED PARTY OF	SONe	26	imati	11.50	380,00
0		MASUOK	18.	1MO:	9(8)(10)	1:355.00
3	BULLING PARRIES, PAILS PARTIES PIRTURA CON- LINIA (NASTRA, CIPM LIE. BISASCOR HOUSE). PAIR PREDE PRITURA COM- JUNIA (PARTIES). CON 181 FREDA JOSANIT FRENCHISTE PRILA DEL PRIMA (PAUL) DE PROCESTO PRIMA DE PARTIES (PAUL) DE COMPONENTO DE PRIMA DE PRIMA (PAUL) DE PROCESTOS COM- PRIMA DE PRIMA (PAUL) PROCESTOS COM- PRIMA DE PRIMA (PAUL) PROCESTOS COM- PRIMA PRIMA (PAUL)	RLASCOR RLASCOR	15	(ACC)	21.90	159,50
-	SODULTE REPORTER	soquete	100	UNIO	30(0)	248,00
0	THE PROPERTY OF THE QUALITAGE	84.58	38	140	1.141,49	11,919,85
3	STRUBANCIA I SUMA INDUNENTI	THE SPANIE	15	unb	154.00	1,375,30
H	H S mint, but	CHINA CHINA CHIVA	27 21 21 21	UND.	3.80 1.96 2.45	10.0
,	TE SECOND THE SECOND TO CAVE OF HEATON, CONTRACTOR SUPELIFICACO NA NARI SENZO, CONTRACTOR SUPELIFICACO NA NARI SENZO, CONTRACTOR SUPELIFICACIONA NARIA SENZO, CONTRACTOR SUPELIFICACIONA SENTENZA SENZO, CONTRACTOR SUPELIFICACIONA SENZO, CONTRACTOR SENZO,	CHOVE CROVE FORTLEY	20	UNIS	1.00	13.00 10.00
	THE STATE OF THE S	YOUTEN	20	unes .	140	ima
1	UTILIZADA PRI DISTALAÇÃO PRIDAL DE ROJA MILAR (RECLACA DE HISTOCIPRATO AND					
4	Wine INCOMER DE PURCOPRATO E	MUCHER	200	(84)	9,80	4,300,30
-	PENA INFARANCE OF PERSONNENS SHIP	MATER	400	39.0	24.50	71.400.00
Η	The information of Characteristic Acres	MATERIA	400	UMB	41,00	34.400.00
Η	Titles opposes of management and	40,070,07	1,000	1910	29.75	28.196.00
Η	CLARCLIST TRACK POSE FORDASA, COM CAMO	MATEUR MANORITAN	456	I,842r	20,95	\$5,685,00
4	AUGUSTANIA	ALC: UNK	10.000	UNO	37,60	329.00
4	COMMISSIONAL OF TURBOL CHISTOPALES FARA	WLDNG CIR. NITSUA	35.000 8.000	UMO:	1.14	14.305,10
1	TINTA A SHEE OF LAMES, COMPOSICADI ACRILICA CON VENMEUNA MALECAÇÃO	BOJACAGA	10	SHO	25.00	3.121.00
-4	REMOVEMENTO DE 45 A 45 Nº POR ESPAÑO, COM 3.6L, de primirio bino ciudicatão de marca- silling, Eurand, Coral-				1284	
3	YANA E BAZE DE LATTE COMPUTAÇÃO PAR ACRELICA COM PERMENA, APCICAÇÃO ALVENARIA, INTERNIPES E EXTREDIRES, FUSICA COM LA, EL primeiro Brido Disparido de resecu- cio de la Computação de Carra Confedencia M. H. AND DE LATER, CONFEDENCIA ACRELICA, COM BRANCA, APCICAÇÃO	BOLLBERGE	90	UND	25,86	779.81
	TINFA A MASE DE LAYER, CONFIGNICA ANTILICA CON BRANCH, APELCACIO-ALVERNERA, INFRANCES È RETEXIONEZ, PODE CONTROL CONTR	BESSECREA	40	SINO	74.25	1.170,00
	\$76k1 been betting, extention, com-	MILYACAS4	140	1910	109-101	4,960,10
	PRINCIPATIVO DE 200 À 230 Nº POG DEPAIX, COM- 181, de primaria toina chapealla de napra; Ellarg, Davret Circel Tinna à RAGE DE LÁTEIC COMPOSIÇÃO; ACOLLOS, COM BRANCA, BALCACÃO; ACURTABIA, INTENDIRES E EXTERDIRES, FOSCO		_			

	3,6 de protiete links (hupes/En de Prevez.	BELLACASA	28	LNO	32,23	754.0
350	HATTA, THEFTH, GETHEL THAT A OLEO, COM BRANCA, BROWNANTE, COM J.A., de primeira linha (supposte de morca.	BELLACASA	10	100	33,33	177.5
381	THIT & USED TO BRANCA BULCHARY, CON JAL, de primeira lina (superfic de morca Killen, Suvest, Caral) THITA ZARAKTE SOSTITICE, CON VENEUAL THO ACARAMENTO BELLIANTE CON S.A. — primeira liona (superfic de morca; Killen, Suvest, Const.)	DELLACASA	24	UNIO:	46,00	911.0
362	Carell INTA SERVICE SINIETICO COR SRANCA, TIPO ACAMANINTO RECHARTE CON SAC. SE process BOR (Alpenha de marcia Killed, Scand. Carell INTA STAT SERVI. IDRACE BIROCAR (ANDERSA) COM	BELL NORSA	196	UND	41.85	2.097,9
707	Tinta Smar Stire.	19090-200	50	1,445	1,08	417.5
284	LOMADY STACTOR THINESET REDONDS THE STATE OF	HAR-DRUS	240	UNC:	4,15	123,0
itte	TOWARD REPORTED LINEVERSAL REDDRICK LIPES	HAR CASS	- 26	SIMO	7,29	181,3
305	TORRIGA FRETA FARA TELEFORE (FACILIA)	HARIDRUS	128	UND:	6.30	162.5
187	TILEBRASI CON CONSCION 6713 - 2 VOAS TORNE RADIE BOOK DE PUE, EVAMETRO NOMONAL	Ac 794	15	VAC	4,20	83.5
bin	TORRESTA DE BOSA DE PUE, QUÍMETRO ADMINAL	ALTER	12	140	3,40	80.2
389	DE MET TOTAL DE SELVEN, PLACTICA LET DERINA SE SENSIN, PLACTICA DE DERINA SE SENSIN PLACTICA DE DESCRIPA DE SENSIN PLACTICA DE DESCRIPA DE SENSIN PLACTICA DE DESCRIPA DE RENES PLACTICA CONSTITUA DE DESCRIPA DE RENES PLACTICA CONSTITUA DE DESCRIPA DE RENES PLACTICA DE RESERVA DE DESCRIPA DE RESERVA DE RENES PLACTICA DE DESCRIPA DE RENES PLACTICA DE RENES PLACTICA DE RENES A DE REDECIDO DE RENES, ESPANDO DE RENES PLACTICADO DE RENES, ESPANDO DE RENES PLACTICADO DE RENES PLACTICADO DE RENES PLACTICADO DE DESCRIPA DE RENES PLACTICADO DE	0.00		190	1,50	95.5
	TORNETRA DE JARONE, PLASTICA DAT.	0.08 0.08 0.780 0.780		1250	1,55	90.0 90.0 680.0
眖	TORNEDA DE PAREDY HETALICA CINATORIA 1/2	17.76		180	122	634,0
285	COM ACAGAMENTO CROMACO PIES PIS 1/2	11.40	18	UND	27,59	#12.5
395	TORNEDIA DE PRESCAD RUTORISTICA (U)	u šo	15	UNC.	10as Has	3,154,3
104	AND COUNTY OF STREET AND ADDRESS OF THE PARTY OF THE PART	5.80	1	180	107.84	160
	THUMA COM NATIONAL TO THE PARTY OF THE PARTY	CE NO.	-11	VNI	27.43 3.80 27.55	224.3
100	TRUNK COM A METHICA	CTABL	11	180	27,50	225.3
133	The STATE AND THE TABLE TH	SHO-MISON		140	44,00	327,8
ept		PET ASSIS		MC	77.0	
161	NOTION Y J. 6/16, NA COR ESANCA	PE ASUL	12	1/40	5.35	163,7
112	THE P. COM. SATISFEED SPECIAL PROPERTY AND ASSESSMENT	POLITARY.	30	UND	13,40	670,0
i)	AN DESCRIPTION OF COLUMN DESCRIPTION OF THE PACTURE	POLITLEN	žu.	NACT.	27.80	150,0
04	TIGE COM DIGHETRO NOMINAL DE 30 MM COM EM DE COMEMIMENTO TUBO PEC BÉCIDO N' CELETOR PISOTO, EM PIC RIGHTE: COM FOSTA E BOLSA DE JISTA ELATICA COMPCIME ESPECIFICAD NA 1888 FIGE, COM JUANTIRO NOMINAL DE 75 MM COM	FORTERY	и	100	26,70	1714,0
-5	En to carried history	FOR PLEY	18	SPACE	38,40	3.104(,1)
	ANY DE SUMMERSON OF STREET OF SHEET OF	PORTLAN	10	100	121.90	3.050
07	AN DE COMBRANÇATO TUBO PAC BÍSTOS À COLFTUR ESCUPIO EM PAC BURDO, COM PÁNTA E BÓLSA DE SANTA BLANTON, COMPORTAN ESPECIPICAÇO AN MEM. TPAC, COM CIÁMPITAD BOMBINA DO 201 PM COM	FOLDER	it	UNIS	218,86	2.194.0
	AN DE COMMENCIA DE PONTA E BELSA DE LANGA SILLEÁRE, COMPONIA E BELSA DE LANGA SILLEÁRE, COMPONIO EMPECIALADO NA 1888 SIGIS, COM SIGNETIA ESCENAZ MENTAN.	matiev	30	UNO	27,50	625,0
	DE 40MM (L. LIMEN), COM SIN DE COMMUNICION TUBO PAC BERGO: COM PONTA E BOLSA DE TUROS BOLDAVEL, COMPONINE ESPECIFICADO MA	FORTLEY	.100	(No.	9,50	4900
in.		HE ROLL		180	8.01	61.4
17	COLUMN THE SHOULD C' I TO LAURSO L. L' E	HE ROOF	18	UNC	1.0	34,9
14	PLANTA COM TRANS THAN THE REPORT OF THE STANDARD THAN THE STANDARD THE STANDARD THAN	701417	20	1/80	194,00	3,781,0
ia.	VASSIDARA CHIPE CONUC. 200 VERSALDRIC CA- S eve BARRA 12M	CO Lifted.	31	140	14,50	386,0
12	WESSAURO CA-10 100 mm (2 200) + 0,611	M TAL AR STAL AR STAL	290	UNIC	9.55	2.567,9
_		MR. 5431	298	LAND	27,95	7,890,0
	NACH SARRA (7M					
TH.	NAME AND A TOP OF THE PROPERTY OF THE PARTY	48.2710 m 184	200	N/NO	6,90	1,940,0
19	NEW BARKA (7M VERTALINAD CA-SII B.T TIME (2) 1/10") - 0,345 kg/m VERTALINAD CA-SII B.T TIME (2) 1/10") - 0,345 kg/m	AR STAG ET IAL AR NLO ET TAL	200 200	UND UND	8,90 22,00	1,990,00
19	NEW BARRA (78) VESTALVAÇO CA-SE B. II HHI (B 1/10") - 0, 325 kg/m VESTALVAÇO CA-SE B. II HHI (B 1/10") - 0, 325 kg/m VESTALVAÇO CA-SE B. II HHI (B 1/10") - 0, 325 kg/m VESTALVAÇO CA-SE B. II HHI (B 1/10") - 0, 325 kg/m	M TAL M TAL GEIDAU	296	UND	22,00	4.400,0
19	NEW BARRE (TM CHARLES TO BE DET) 0.245 6070 GARD 150 CARD 150 GARD 150 GARD 150 GARD 150 CARD	M TAL M TAL DEIDAU	296	UND	22,00	4.400,0
119 129 121 123	NAME AND A TOP (# 14 AND A TOP	M TAL M TAL DESIGNAL HEAL FIDADS MALE FIDADS	290	UND	22,00	6.400,0
18 19 20 21 23	NAME AND A TOP (# 14 AND A TOP	M TAL M TAL DESIGNAL HEAL FIDADS MALE FIDADS	2:00 2:00 2:0 2:0 4:0 4:0	UND UND UND UND UND	22,00 5,45 108,00 290,50 231,00	4.400,00 1.130,00 3.765,00 4.810,00 9.400,00
19 19 20 21 22 23	Section 2015 C. The Colon Colo	M TAL M TAL DESIGNAL HEAL FIDADS MALE FIDADS	200 200 20 20 40 50	UND UND UND UND UND UND	22,00 0,05 106,00 240,50 231,00	4.400,00 1.130,00 5.765,00 4.410,00 9.400,00
18 19 20 21 23 23 24	Section 2015 C. The Colon Colo	M TAL M TAL DEIDAU	2:00 2:00 2:0 2:0 4:0 4:0	UND UND UND UND UND	22,00 5,45 108,00 290,50 231,00	4.400,00 1.130,00 3.765,00 4.810,00 9.400,00
(17) (18) (11) (11) (21) (23) (23) (23) (42) (42) (42)	September 199 Septem	H 164 H TAL H TAL HEAL DIRROS HAL DIRROS HAL DIRROS HAL DIRROS HAL DIRROS H TAL HOSE AN HAL HOSE AN	200 200 20 40 50 100 50 100 50 50 50 50 50 50 50 50 50 50 50 50 5	UND UND UND UND UND UND UND UND	22,00 0,45 108,20 220,30 231,00 14,30 194,40 14,22	6.400,00 1.130,01 5.765,01 6.410,01 9.400,01 19.440,00
118 119 110 110 110 110 110 110 110 110 110	Section 2015 C. The Colon Colo	H 164 H TAL H TAL HEAL DIRROS HAL DIRROS HAL DIRROS HAL DIRROS HAL DIRROS H TAL HOSE AN HAL HOSE AN	296 290 25 20 40 50 108 1,000 1,000	UND UND UND UND UND UND UND UND UND	22,00 0,45 108,20 220,30 231,00 14,30 194,40 14,22	4.400,01 1.130,01 5.766,01 4.400,01 4.705,00 19.440,01
118 119 20 21 22 23 23 23 23 24 24 25 25	Section 2012 C.	H 164 H TAL H TAL HEAL DIRROS HAL DIRROS HAL DIRROS HAL DIRROS HAL DIRROS H TAL HOSE AN HAL HOSE AN	296 290 25 20 40 50 108 1,000 1,000	UND UND SHIP SHIP SHIP SHIP SHIP SHIP SHIP SHIP	22,00 0,60 106,00 290,50 233,00 94,30 (94,40 (94,40 (34,20 (23,30 (23,30 (33,00 (34,20 (3	4.400,01 1,130,01 5,765,01 4.405,01 4.405,01 1,725,00 10,440,01 14,504,01 14,504,01
118 119 120 121 122 123 123 124 125 126 126 127	September 1991 CHARLEST CONTROL IL TIMM (B) 1971 - 0,245 September 1991 CHARLEST CONTROL IL TIMM (B) 1971 - 0,245 September 1991 CHARLEST CONTROL IL TIMM (B) 1971 - 0,245 September 1991 CHARLEST CONTROL IL TIMM (B) 1991 CHARLEST CONTROL IL TIMM (B) 1991 CHARLEST CONTROL IL TIMM (B) 17 - 1,245 September 1991 CHARLEST CONTROL IL TIMM (B) 17 - 1,245 September 1991 CHARLEST CONTROL IL TIMM (B) 1991 CHARLEST CONTROL IN 1991 CHARLEST CONTR	H 164 H TAL H TAL HEAL DIRROS HAL DIRROS HAL DIRROS HAL DIRROS HAL DIRROS H TAL HOSE AN HAL HOSE AN	296 281 27 29 40 50 108 5.208 5.208 5.208 5.208	UND UND SHIP SHIP SHIP SHIP SHIP SHIP SHIP SHIP	22,00 0,60 106,00 290,50 233,00 94,30 (94,40 (94,40 (34,20 (23,30 (23,30 (33,00 (34,20 (3	4.400,01 1,130,01 5,765,01 4.405,01 4.405,01 1,725,00 10,440,01 14,504,01 14,504,01
119 119 121 121 123 123 123 124 126	Section 2012 C.	#1 (A) #4	296 281 275 270 481 5.000 5.000 5.000 5.000 5.000 40 40	UND	22,00 0,45 104,20 220,50 233,00 94,30 (94,40 14,20 (72,30 5,27 5,27 6,50 6,60 15,00 15	4.400,04 1.130,04 3.765,03 4.410,01 9.400,11 1.775,00 19.441,03 14.500,00 14.500,00 14.500,00 15.701,00 17.701
19 19 20 21 22 23 23 23 24 25 25 25 25 25 25 25 25 25 25 25 25 25	Section 2015 C.	PE 164. PE 340. PE 740. PE	208 201 45 40 40 50 108 500 5,000 5,000 1,000 40 40 40 40 40 80 80 80 80 80 80 80 80 80 80 80 80 80	UND UND SHIP SHIP SHIP SHIP SHIP SHIP SHIP SHIP	22,00 0,40 106,00 210,00 210,00 211,00 44,50 (94,40 (4,20 (5,30 5,00 6,00 (5,40	4.400,00 1.130,00 5.765,00 4.400,00 19.440,00 19.441,00 16.556,00
119 119 120 121 122 123 123 123 123 123 123 123 123	Section Account (19) 19(1) 10(#1 (A) #4	296 281 275 270 481 5.000 5.000 5.000 5.000 5.000 40 40	UND UND UND UND UND UND UND UND UND UND	22,00 0,45 104,20 220,50 233,00 94,30 (94,40 14,20 (72,30 5,27 5,27 6,50 6,60 15,00 15	4.400,04 1.130,04 3.765,03 4.410,01 9.400,11 1.775,00 19.441,03 14.500,00 14.500,00 14.500,00 15.701,00 17.701
118 220 231 232 231 234 235 235 235 235 235 235 235 235 235 235	Section 2012 Control of the Control	#1 (14) #1 751 #	2:00 2:00 45 40 40 108 1.300 1	LIND UND UND UND IND UND UND UND UND UND UND UND UND UND U	22,00 9,49 194,00 210,00 211,00 94,30 (94,40 14,22 17,30 9,21 9,21 9,21 9,21 18,22 17,30 18,22 17,30 18,22 17,30 18,22 18,	4.400,00 1.130,00 5.765,00 4.400,00 1.725,00 10.441,00 10.44
19 20 20 21 22 23 22 23 22 4 27 5 22 2 3 2 2 3 2 2 3 2 3 2 3 2 3 2 3 2	Section 2012 Let 1 mile (2 147) 10,245 legin seas. 1 He 1	#1 (A) #1 (A) #2 (A) #3	200 200 200 40 50 100 50 50 50 50 20 20 20 40 80 80 90	UND	22,00 9,45 194,00 223,40 44,30 194,40 194,40 14,32 23,30 5,30 5,50 5,50 5,50 5,50 11,50 11,50 11,50	4,400,01 1,130,01 5,785,01 4,405,01 4,705,01 1,775,06 10,441,00 10,441,00 11,306,00 10,441,00 11,306,00 11
78 119 220 211 222 23 234 275 235 235 236 236 236 236 236 236 236 236 236 236	Section 2012 Letters (2) 1497 1 (2) 245 legitimes 119 1 (2) 1497 1 (2) 245 legitimes 119 1 (2) 1497 1 (2) 245 legitimes 119 1	#1 (A) #2 (A) #3	200 200 200 40 40 50 50 50 50 50 40 40 80 80 90	UND	22,00 0,40 (94,00 (94,00 230,00 (94,40 (94,40 (5,20 (7,30 (5,50	6,400,01 1,150,01 1,1
108 (119 (200 (211 (212 (212 (212 (212 (212 (212	Seminary (19) Semina	# 15 ACM ## 25 ACM #	206 206 206 206 206 206 206 206 206 206	UND	24,09 9,45 198,45 198,40 223,40 94,50 199,40 14,29 23,40 15,40	4,405,00 1,100,
118 19 20 31 22 23 23 23 23 23 23 23 23 23 23 23 23	Section 2012 Letters (2) 1497 1 (2) 245 legitimes 119 1 (2) 1497 1 (2) 245 legitimes 119 1 (2) 1497 1 (2) 245 legitimes 119 1	# 15 A	2:00 2:00 1:00 1:00 1:00 1:00 1:00 1:00	UND	22,00 9,05 196,00 290,00 290,00 340,00 (98,40 (98,40 15,30 20,30 15,5	4,400,00 1,100,01 3,755,00 4,100,01 5,400,01 6,700,00 10,441,00

Places of Austrian is precised for eligibility of Project Proj

HUNICIPIO DE BOM BUCESSO DO SUE - PR - CNPT: 80 874.100/0001-86 EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2020

A 1-20 PATRICE OF TATA 1-2

Espacia. Estrato do Contrato nº 265/2020, Contratantir. Municipio de Choprachina. Contratata: P.M. Presso.
Conemiar Lista. CARP. 02.013.5810001-21. Objeto: Agasopilo de Pressa 1411/5, para Restrosso-audoina.
XOMO: Vador. PS RS 3.00000 (sels mil e contratints reass). Origen: Dispense de Leclação: nº 410/000.
XOMO: Vador. PS RS 3.00000 (sels mil e contratints reass). Origen: Dispense de Leclação: nº 410/000.
XOMO: Vador. PS RS 3.0000 (sels mil e contratints reass). Origen: Dispense de Leclação: nº 410/000.
XOMO: SERVICIA (sels mil e contratints reass). Origen: Delo Professo. Delo Profes

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

110

Segunda-Feira, 31 de Agosto de 2020

Ano IX – Edição Nº 2185

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO REF. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 41/2020

Tendo em vista o Parecer da Comissão de Julgamento e da Procuradoria Municipal, que apuraram o resultado do Processo de Dispensa de Licitação por Limite nº 41/2020, eu, ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO, Prefeito, torno pública a RATIFICAÇÃO do procedimento em epígrafe e a ADJUDICAÇÃO do objeto da seguinte forma:

EMPRESA	CNPJ	VALOR TOTAL RS
P.M. PNEUS COMERCIAL LTDA	02.013.581/0001-21	3.900,00

Conforme proposta. É a decisão. Gabinete do Prefeito de Chopinzinho-PR, 24/08/2020. Álvaro Dênis Ceni Scolaro - Prefeito

- whiteheart

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná



Segunda-Feira, 31 de Agosto de 2020

Ano IX - Edição Nº 2185

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

Espécie: Extrato do Contrato nº 266/2020

Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: P.M. Pneus Comercial Ltda. CNPJ: 02.013.581/0001-21. Objeto: Aquisição de Pneus 14/17,5 para Retroescavadeira XCMG. Valor: R\$ R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais). Origem: Dispensa de Licitação nº 41/2020. Fundamento Legal: Artigo 24 da Lei 8.666/93. Elemento de despesa: (1449) FONTE 000, Data da assinatura 24/08/2020. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Mauricio Garcia, pela Empresa.

:d340088:

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO RATIFICAÇÃO DL 41-2020 - PROCESSO 184-2020

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO REF. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 41/2020

Tendo em vista o Parecer da Comissão de Julgamento e da Procuradoria Municipal, que apuraram o resultado do Processo de Dispensa de Licitação por Limite nº 41/2020, eu, ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO, Prefeito, torno pública a RATIFICAÇÃO do procedimento em epigrafe e a ADJUDICAÇÃO do objeto da seguinte

EMPRESA	CNPJ	Valor total RS
P.M. PNEUS COMERCIAL LTDA	02.013.581/0001-21	3.900,00

Conforme proposta. É a decisão.

Gabinete do Prefeito de Chopinzinho - PR, 24/08/2020.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO Prefeito

> Publicado por: Roberto Alencar Przendziuk Código Identificador:D7E60F1B

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 31/08/2020. Edição 2087 A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site: http://www.diariomunicipal.com.br/amp/

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO 266-2020 - DL 41-2020

Espécie: Extrato do Contrato nº 266/2020. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: P.M. Pneus Comercial Ltda. CNPJ: 02.013.581/0001-21. Objeto: Aquisição de Pneus 14/17,5 para Retroescavadeira XCMG. Valor: R\$ R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais). Origem: Dispensa de Licitação nº 41/2020. Fundamento Legal: Artigo 24 da Lei 8.666/93. Elemento de despesa: (1449) FONTE 000. Data da assinatura 24/08/2020. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Maurício Garcia, pela Empresa.

> Publicado por: Roberto Alencar Przendziuk Código Identificador:E1F168FE

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 31/08/2020. Edição 2087 A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site: http://www.diariomunicipal.com.br/amp/